UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIANA PEREIRA DE CASTRO

**A auto-organização feminista como processo de
aprendizagem coletiva**
A experiência da Rede Xique-Xique

São Paulo

2014

MARIANA PEREIRA DE CASTRO

**A auto-organização feminista como processo de
aprendizagem coletiva**
A experiência da Rede Xique-Xique

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de concentração:
Estado, sociedade e educação

Orientadora: Profa. Dra.
Sonia Maria Portella Kruppa

São Paulo

2014

Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este trabalho, ou parte dele, desde que cite a fonte, não utilize para fins comerciais e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
37.047
C355a | <p>Castro, Mariana Pereira de</p> <p>A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique / Mariana Pereira de Castro; orientação Sonia Maria Portella Kruppa. São Paulo: s.n., 2014.</p> <p>134 p.; anexos; apêndices</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.</p> <p>1. Mulheres 2. Trabalho feminino 3. Aprendizagem organizacional
4. Organização social 5. Economia solidária I. Kruppa, Sonia Maria Portella, orient.</p> |
|-----------------|---|
-

CASTRO, Mariana Pereira de.

A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Estado, sociedade e educação

Aprovada em:

Banca examinadora:

Profa. Dra.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Dedico este trabalho às mulheres lutadoras da Chapada do Apodi/RN.
Resistentes e guerreiras, seguem em luta cotidianamente em defesa da autonomia e
soberania das mulheres camponesas.
Também dedico este trabalho à pequena Amélie.
Que façamos nascer dias melhores.*

RESUMO

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva:** a experiência da Rede Xique-Xique. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta pesquisa apresenta um estudo de caso cujo objetivo é descrever os saberes produzidos no processo de auto-organização de grupos de mulheres da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, nos municípios de Mossoró, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Baraúna, Grossos, Tibau e Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma análise sócio histórica e econômica das categorias discursivas de termos como 'mulheres', 'trabalho', 'família' e 'história', assim como da capacidade de transformação social que estes saberes apresentam. A pesquisa de campo foi guiada essencialmente pelo método da observação participante, com procedimentos aplicados pelo método biográfico, mais especificamente pela história de vida. Sobre a coleta dos dados, foram realizadas 11 entrevistas individuais com as mulheres dos grupos auto-organizados; uma entrevista com a coordenadora do CF8 e uma entrevista coletiva, na qual estavam presentes mulheres participantes de seis grupos da região. Além das entrevistas, foram realizadas visitas aos grupos produtivos, participação em reuniões e seminários promovidos pela Rede Xique-Xique ou instituições parceiras. Para analisar todos os dados registrados, as entrevistas foram transcritas e categorizadas. A análise foi realizada a partir do objetivo apresentado e da referenciação das categorias supracitadas, com o auxílio do Software NVivo10. Nesse sentido, foi possível descrever e apreender que o processo de auto-organização dessas mulheres permite a construção de um ato comunicativo entre estas, que por sua vez possibilita a produção de saberes. Esse ato comunicativo torna-se emancipatório na medida em que se caracteriza como uma prática constante de autorreflexão a respeito dos efeitos da organização produtiva autogerida e contribui assim com a transformação de vida dessas mulheres. Sobre a estrutura textual do presente trabalho, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata da descrição dos aspectos sócio históricos do estado do Rio Grande do Norte e sua relação constitutiva com a ação atual da Rede Xique-Xique. O capítulo dois descreve a estrutura de princípios ou pilares que sustentam a prática da Rede: agroecologia, economia

solidária e feminismo. No capítulo três, com base nas categorias discursivas propostas, analiso as histórias de vidas das mulheres entrevistadas durante o trabalho de campo. Por fim, as considerações finais são apresentadas.

Palavras-chave: Mulheres. Auto-organização. Trabalho Associado.

ABSTRACT

CASTRO, Mariana Pereira de. **Feminist self-organization as a collective learning process: experiences from Xique-Xique Network**, 2014. 134 f. Master Dissertation – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This research presents a case study which aims to describe the knowledge produced in the process of self-organizing groups of women Xique-Xique Network Marketing Partnership located in Mossoró, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Baraúna, Grossos, Tibau e Apodi in the state of Rio Grande do Norte. It is a historical and socioeconomic analysis of the discursive categories of terms such as 'women', 'work', 'family' and 'history', as well as the ability to social transformation this knowledge presents. The field research was guided essentially by the method of participant observation with procedures applied by the biographical method, more specifically the history of life. On data collection, 11 individual interviews with women of self-organized groups were conducted; interview with the coordinator of the CF8 and a press conference, in which women from six groups in the region were present. Besides the interviews, visits to productive groups, participation in meetings and seminars sponsored by Xique-Xique Network or partner institutions were conducted. To analyze all the recorded data, the interviews were transcribed and using NVivo10, categorized. The analysis was based on the discursive and historical referencing of the above categories. Thus, it was possible to describe and understand that the process of self-organization of these women allows the construction of a communicative act between them, which in turn enables the production of knowledge. This communicative act becomes emancipatory in that it is characterized as a constant practice of self-reflection about the effects of self-managed productive organization and thus contributes to the transformation of these women's lives. On the textual structure of the present paper, it is divided into three chapters. The first chapter presents the description of the historical and social aspects of the state of Rio Grande do Norte and its constitutive relationship with the Xique-Xique Network current action. Chapter two describes the structure of principles that support the practice of the group: agroecology, economic solidarity and feminism. In chapter three, based on the discursive categories proposed, I analyze the life histories of the women interviewed during the field work. Finally, the concluding remarks are presented.

Keywords: Women. Self-organization. Associated labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Caminhos da pesquisa.....	18
CAPÍTULO 1 – Por dentro da rede xique-xique de comercialização solidária:	
Caracterização geográfica, política e socioeconômica do oeste potiguar	21
Ocupação do sertão e conflitos indígenas.....	23
O sertão dos coronéis.....	27
Política desenvolvimentista e o alvorecer da Reforma agrária.....	37
Organização política e convivência com o semiárido	47
CAPÍTULO 2 – Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres: Os princípios da Rede Xique-Xique	53
Agroecologia.....	53
Economia Solidária.....	61
Feminismo	68
CAPÍTULO 3 – Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo: Transformando vidas e a história.....	73
Categorização das entrevistas: Trabalhando com frequência de termos	74
Ato comunicativo e construção de saberes	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	109
Apêndice I: pesquisa de frequência de termos nas entrevistas	109
ANEXOS	113

Anexo I – Carta de princípios da Rede Xique-Xique.....	113
Anexo II – Carta Política da Rede Xique-Xique.....	115
Anexo III – Princípios do Sistema Participativo de Garantia da Rede Xique-Xique – SPG.....	117
Anexo IV – Declaração do semiárido brasileiro	120
Anexo V – Panfleto 24 horas de ação feminista	128
Anexo VI – 24 horas de ação feminista no Brasil.....	130

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa descreve o processo de auto-organização produtiva das mulheres da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária localizada no estado do Rio Grande do Norte. Por meio de um estudo de caso, proponho analisar quais são os saberes produzidos neste processo de auto-organização assim como sua capacidade de transformação na vida dessas mulheres. Com isso, tenho o objetivo de argumentar como esse processo de organização é capaz de gerar novos saberes e uma cultura de solidariedade entre esses sujeitos. Nesse sentido, busco também avaliar os efeitos produzidos pela relação entre organização produtiva autogerida e auto-organização feminista.

A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária (RXX) surgiu inspirada pela experiência de comercialização do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, do Assentamento Mulunguzinho, em Mossoró - RN. Este grupo produzia hortaliças orgânicas e começaram a comercializar para um grupo de consumidores locais. Esses consumidores criaram uma associação de consumo, a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra (APT), e cada sócio tinha o direito de receber uma cesta de produtos por semana. A cesta era levada pelo grupo para o centro de Mossoró, onde cada consumidor a retirava.

A partir dessa experiência e também da necessidade de criar espaços de comercialização dos grupos solidários, surge o Espaço de Comercialização Xique-Xique, no ano de 2003, em Mossoró, inspirado pelo desejo dos produtores e produtoras de fundar um espaço no qual pudessem comercializar de forma justa, eliminando atravessadores.

No início, alguns grupos do Oeste do Rio Grande do Norte se articulavam (territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi) e enviavam seus produtos semanalmente para serem comercializados em Mossoró. Com o tempo a experiência vai se expandindo e os grupos começam a perceber que não havia muito sentido levarem a produção, por exemplo, de Apodi para Mossoró, uma vez que também há consumidores em Apodi. Com isso, a discussão para criação de núcleos da RXX que deveriam articular localmente espaços de comercialização inicia-se. Surge então a Associação de Comercialização Solidária Xique-Xique – Rede Xique-

Xique¹, que amplia a visão do que seria a Rede e como seria sua organização. Assim, os núcleos vão se ampliando, feiras e espaços de comercialização vão se constituindo em outros municípios.

Atualmente, a RXX é organizada em 12 núcleos municipais, nos territórios do Rio Grande do Norte: Sertão do Apodi, Açú-Mossoró, Mato Grande e Terras Potiguaras, através de feiras agroecológicas, da agricultura familiar e economia solidária e da loja de produtos. A RXX possui hoje em média 60 grupos associados, beneficiando diretamente cerca de 600 produtoras(es) e indiretamente mais de 2.000 pessoas.

A loja da RXX, localizada no centro de Mossoró, é um espaço de comercialização no qual são comercializados parte dos produtos dos grupos produtivos dos diferentes núcleos, como uma forma de dar visibilidade à iniciativa. Já as feiras agroecológicas dos núcleos são um importante espaço de comercialização onde os agricultores e agricultoras têm a oportunidade de comercializar seus produtos diretamente com o/a consumidor/a, proporcionando uma relação que vai além da comercialização, formando também laços de confiança e respeito.

Os princípios que norteiam a RXX são a agroecologia, o feminismo e a economia solidária. Assim, a ação da RXX parte do reconhecimento do trabalho das mulheres, respeito ao meio ambiente através da produção ecológica e agroecológica e de uma organização econômica verdadeiramente solidária que valorize a relação entre produtoras(es) e consumidoras(es)². Para integrar a Rede, os grupos têm que adotar o Sistema Participativo de Garantia da Rede Xique-Xique, que se baseia em princípios como confiança, participação, descentralização, organização de base, transparência, trabalho coletivo e adesão voluntária³.

Outro princípio interessante e que torna esta experiência especial é seu manifesto incentivo à participação em movimentos sociais como forma de promover a autonomia das(os) trabalhadoras(es), em especial a Marcha Mundial de Mulheres, por sua atuação feminista. Há também o incentivo à articulação em redes de agroecologia e nos fóruns de economia solidária com o objetivo de construir uma maior credibilidade nos sistemas de garantia participativa e possibilitar o fortalecimento da agroecologia no país.

¹ Atualmente está sendo criada uma cooperativa de segundo grau da Rede Xique-Xique, a COOPERXIQUE, com o intuito de facilitar a comercialização dos grupos e a captação de recursos.

² A Carta de Princípios da Rede Xique-Xique, datada de março de 2004, bem como a Carta Política resultante do IV Encontro Estadual da Rede Xique-Xique, de maio de 2010, encontram-se disponíveis nos anexos um e dois deste trabalho. A partir desses documentos é possível ter um entendimento maior dos princípios que norteiam a prática da RXX.

³ Os princípios do Sistema Participativo da Rede Xique-Xique podem ser encontrados no anexo três.

Quanto à sua organização interna, a RXX possui cinco principais órgãos deliberativos: conselho diretor, conselho gestor, coordenação executiva, conselho fiscal e coordenação financeira. Apesar de contar com grupos mistos e grupos exclusivamente femininos, a Rede Xique-Xique exige participação mínima de 50% de mulheres em todas as suas instâncias. O conselho diretor é a instância máxima de decisão da Rede, composto por representantes de cada um dos núcleos e se reúne mensalmente. Nessas reuniões cada representante apresenta a conjuntura de cada núcleo, e em conjunto realizam um diagnóstico das feiras e da comercialização, discutem demandas e problemas. Já o conselho gestor envolve as outras instâncias deliberativas bem como entidades parceiras e grupos convidados. É incentivada a rotatividade de sede das reuniões do conselho diretor e gestor, com o objetivo de propiciar a participação do máximo possível de trabalhadoras(es).

Os núcleos por sua vez também se reúnem mensalmente com representantes dos grupos que os compõem para debaterem quais demandas serão apresentadas aos conselhos diretor e gestor. Além das reuniões do conselho diretor, do conselho gestor e dos núcleos, a RXX também incentiva a realização de intercâmbio entre os núcleos, como forma de troca de experiências e de saberes. É nessa intensa troca de experiências e exercício de participação coletiva que a Rede se constrói cotidianamente.

Desta forma, além de um espaço de articulação e comercialização, a RXX também se reconhece como espaço de formação permanente, na medida em que se substancializa como um exercício de democracia, “uma prática cotidiana de autonomia, solidariedade e autogestão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos organizados” (REDE XIQUE-XIQUE, 2012).

Para apresentar as reflexões e análises feitas até o momento, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata de uma contextualização do universo geopolítico, econômico e social no qual se insere a Rede Xique-Xique, abordando as especificidades da região. Acreditamos que tal contextualização é importante visto venho de uma realidade completamente distinta daquela que investigo. Compreendido esse contexto, no capítulo dois dediquei-me a uma análise detalhada das três bandeiras defendidas pela RXX; economia solidária, agroecologia e feminismo – com o objetivo de obter uma visão mais ampla possível do que é a atuação da Rede.

É só a partir do momento que pudermos compreender melhor todo este universo que poderemos interpretar e compreender suas trajetórias e histórias de vida das mulheres entrevistadas, tópico do último capítulo. Ao fim do trabalho apresentarei minhas principais considerações.

CAMINHOS DA PESQUISA

A presente pesquisa fundamenta-se basicamente em dois momentos: levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Em relação aos estudos bibliográficos, dediquei-me a três grandes áreas de concentração durante o período da pesquisa. O primeiro momento foi destinado ao levantamento dos estudos ligados ao tema da educação, em especial educação e trabalho. Os estudos foram guiados principalmente pelas disciplinas cursadas na própria Faculdade de Educação e serviram para aprofundar a compreensão sobre o tema.

Em paralelo desenvolvi os estudos sobre autogestão e economia solidária, com o apoio do Curso de Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, oferecido pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (sendo posteriormente monitora da turma). Seguiram-se também os estudos sobre o tema do feminismo por meio de minha atuação militante na Marcha Mundial de Mulheres e também pela participação no curso sobre Divisão Sexual do Trabalho oferecido pela professora Helena Hirata na Universidade de São Paulo.

Os resultados do levantamento bibliográfico estão presentes ao longo de todo relatório de dissertação, em constante diálogo com as observações realizadas em campo. Optou-se assim, por não apresentar um capítulo específico a cerca do referencial teórico construído ao longo da pesquisa, pois acreditamos que as bases teóricas deste trabalho estarão presentes em toda a sua estrutura, sendo um guia para a análise realizada nesta dissertação.

Em relação ao trabalho de campo baseei-me principalmente na observação participante e no método biográfico, mais especificamente na metodologia da história de vida. Durante o ano de 2012, realizei duas visitas a campo e pude participar de seminário de formação junto às lideranças da Rede Xique-Xique; visitas a feiras de agricultura familiar; visita a diversos grupos de mulheres e participação em suas reuniões; visita à sede da Rede Xique-Xique; participação na Plenária Regional da Marcha Mundial de Mulheres; participação na reunião do Comitê Territorial do Apodi do Projeto Dom Helder Câmara; participação na reunião da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Dix-Sept Rosado; participação na reunião da Associação de Moradores da Agrovila Palmares; participação no programa de rádio comunitário de Apodi/RN. Desta forma, a pesquisa de campo conseguiu abranger sete entre os doze municípios em que a Rede Xique-Xique atua, sendo estes: Mossoró, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Baraúna, Grossos, Tibau e Apodi.

Para viabilizar a participação em todos esses eventos e visitas, foi realizada uma parceria como o Centro Feminista 08 de março (CF8), importante entidade de assessoria técnica sediada em Mossoró, o que possibilitou que durante o período de pesquisa de campo eu pudesse acompanhar as técnicas em suas visitas às comunidades e assim também realizar minha imersão e observação participante. É importante destacar que houve uma grande solidariedade tanto por parte da equipe do CF8 quanto pelas mulheres das comunidades que sempre providenciaram o meu transporte e alojamento (em suas próprias casas). Isto não só tornou o trabalho economicamente viável, mas também extremamente rico em termos de vivência e troca de experiências entre as mulheres da região e eu.

Além das visitas e da participação em reuniões e seminários, foram realizadas 11 entrevistas individuais com as mulheres dos grupos auto-organizados; uma entrevista com a coordenadora do CF8 e uma entrevista coletiva, na qual estavam presentes mulheres participantes de seis grupos da região. Para a realização das entrevistas individuais com as mulheres dos grupos, baseei-me na metodologia da história de vida não sendo utilizados questionários pré-definidos.

A quantidade de dados com grande número de fontes diferentes se justifica pelo objetivo de obter relatos de vida cruzados, ou polifônicos, pelo quais diferentes indivíduos apresentam seu olhar sobre determinada realidade. Com isso, pretendemos captar as impressões das mulheres em relação ao trabalho, auto-organização feminista, suas percepções em relação à suas próprias histórias e à sociedade onde estão inseridas. O objetivo desta análise é, por fim, compreender a capacidade de transformação social que essa forma de organização das mulheres pode gerar naquela região.

Para analisar todos os dados registrados, as entrevistas foram transcritas por mim e então categorizadas. A análise foi realizada a partir do objetivo apresentado e da referenciação das categorias supracitadas. Para auxiliar nesse processo, utilizei o Software NVivo10⁴ usado para apoio a pesquisas qualitativas.

Por fim, também foi realizado um levantamento bibliográfico nos acervos das entidades e grupos, a fim de coletar documentos e materiais que pudessem contribuir para a

⁴ O NVivo é um software que ajuda a organizar e analisar facilmente as informações não estruturadas são provenientes de grupos focais, entrevistas, pesquisas, gravações em vídeo, áudio, mídia social – e tudo o que fizer parte desse processo. As ferramentas disponíveis possibilitam a descoberta de tendências sutis, e os recursos automáticos de análise tornam possível o detalhamento de seus dados. Por exemplo, pode-se buscar uma palavra exata ou palavras com significado semelhante para testar rapidamente teorias ou para conduzir para áreas que precisam de análise posterior. Com o NVivo, também é possível exibir conexões, ideias e descobertas usando ferramentas de visualização como gráficos, mapas e modelos. (NVIVO, 2013)

análise das experiências. O material bibliográfico e multimídia recolhido durante o campo também foi categorizado a partir das categorias emergidas da análise das entrevistas e inserido na dissertação, tanto ao longo do texto, como nos anexos.

CAPÍTULO 1 – POR DENTRO DA REDE XIQUE-XIQUE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA: Caracterização geográfica, política e socioeconômica do oeste potiguar

Neste capítulo descrevo basicamente os aspectos sócio históricos do estado do Rio Grande do Norte e sua relação constitutiva com a ação atual da Rede Xique-Xique. Após uma breve apresentação do contexto atual da Rede, descrevo os antecedentes econômicos, políticos e sociais que levaram a sua criação e então caracterizo de modo geral a região onde a RXX atua. Hoje em dia a Rede Xique-Xique está presente em 12 municípios do estado do Rio Grande do Norte, a saber: Mossoró, Tibau, Grossos, Baraúna, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Serra do Mel, Apodi, Felipe Guerra, Janduis, Messias Targino e São Miguel do Gostoso. Grande parte dos municípios concentra-se na porção oeste do estado, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - A RXX no estado do RN

Fonte: Elaboração própria.

O estado do Rio Grande do Norte é composto por 167 municípios, caracterizados por baixos índices de renda per capita⁵ e de desenvolvimento humano⁶. Grande parte da área

⁵ Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a renda per capita média do estado do Rio Grande do Norte é de R\$ 545,42, cerca de 30% menor que a renda per capita brasileira (R\$ 793,87). A situação se agrava quando analisamos os municípios onde atua a Rede Xique-Xique. Nestes a renda per capita

geográfica do estado faz parte do semiárido brasileiro (cerca de 90%), que por sua vez caracteriza-se por baixa precipitação pluviométrica anual, alto índice de aridez e de evapotranspiração, além de alto risco de ocorrência de secas⁷ (Figura 2).

Figura 2 - Semiárido brasileiro

Fonte: Ministério da Integração (MI), 2005.

média é de R\$ 332, 87, ou seja, 58% menor que a renda média nacional. Entre os doze municípios em que a Rede Xique-Xique atua, a menor renda per capita está em Upanema, com apenas R\$ 233,97.

⁶ Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, o IDHM médio do estado é 0,684, enquanto o IDHM nacional está no patamar de 0,727. Quando restringimos a análise aos 12 municípios onde há atuação da Rede Xique-Xique, o IDHM médio passa para 0,626.

⁷ Para a nova delimitação do semiárido (MI, 2005), foram considerados três critérios técnicos: a) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; b) índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e c) risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Segundo a delimitação atual, o semiárido abrange 1.133 municípios com uma área de 969.589,4 km correspondente a quase 90% da Região Nordeste (nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); e a região setentrional de Minas Gerais.

OCUPAÇÃO DO SERTÃO E CONFLITOS INDÍGENAS

Para compreender o processo de ocupação do estado e em especial da região onde hoje atua a Rede Xique-Xique, é necessário retomar como se deu a luta pelas terras do “sertão” nordestino e a instalação dos latifúndios nessa região desde o período colonial. Processos políticos que datam do início da ocupação europeia no Brasil explicam ainda hoje a formação de oligarquias e sistemas de poder no oeste potiguar. Desvendar estas tramas é tarefa fundamental para a compreensão do surgimento de experiências como a da Rede Xique-Xique.

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a região que hoje conhecemos como o estado do Rio Grande do Norte era habitado pelos povos Potiguara, pertencentes à Matriz Tupi (RIBEIRO, 2006), conforme demonstra a Figura 3. Ao chegarem ao Brasil e iniciarem o processo de colonização, os portugueses se instalaram principalmente na região litorânea (zona da mata), devido às condições propícias para o desenvolvimento da indústria açucareira. Ao contrário do apregoado pela “história oficial”, os índios apresentaram grande resistência à ocupação portuguesa. Houve intensas batalhas por território em todo litoral brasileiro, até que, por meio de grande violência, o colonizador conseguiu dizimar parte significativa da população indígena da região. Aqueles que sobreviveram, fragilizados, fugiram para o sertão nordestino, onde povos do grupo Jê, adaptados às condições da caatinga, habitavam (Figura 4).

Figura 3 – Presença indígena na costa brasileira à época da chegada dos portugueses

Fonte: PESSOA, 2013.

Figura 4 – Território aproximado das nações indígenas antes da colonização europeia

Fonte: PESSOA, 2013.

Segundo Marinho (2006), o interesse dos colonizadores pelo sertão nordestino só se inicia em meados do século XVII, devido principalmente a três condições:

- A ocupação de áreas do Agreste com a policultura e a pecuária para abastecer a região açucareira;
- As expedições de exploração em busca de minerais preciosos nas margens do Rio São Francisco;
- O movimento de fuga de colonizadores do litoral para o Sertão durante o período da ocupação holandesa (1624 a 1654).

A primeira investida dos colonizadores pelo sertão foi vastamente estudada nas ciências econômicas e na historiografia econômica e compõe o que Celso Furtado (1987) chamou de “complexo econômico nordestino”. Segundo o economista, a razão para o sucesso a indústria açucareira no período colonial explica-se pelo fato de que além da atividade altamente especializada da produção de açúcar, o “complexo econômico nordestino” produziu em seu entorno – no agreste e posteriormente no sertão – um subsistema para o seu provimento. Ou seja, o desenvolvimento da economia pecuária no agreste nordestino, que posteriormente expandiu-se para o sertão, abastecia a economia açucareira com animais de transporte, tração, de corte, couro, lenha etc. Consubstanciava-se assim em um sistema econômico separado da economia açucareira, mas dependente de sua dinâmica.

O segundo movimento de ocupação do sertão nordestino teve início com a procura por pedras preciosas no Rio São Francisco e posteriormente no Rio Parnaíba. Esse processo teve grande importância para o surgimento dos núcleos sociais “não nativos” na instalação das grandes fazendas de criação gado no sertão da Bahia, de Pernambuco e do Piauí. As fazendas foram instaladas inicialmente às margens do rio São Francisco. Os colonizadores receberam concessões de terras e passaram a exercer pleno domínio sobre os recursos naturais da região. Deu-se aí a base para a formação dos grandes latifúndios que ainda permanecem na estrutura fundiária do nordeste brasileiro (MARINHO, 2006).

Por fim, um terceiro movimento rumo ao sertão se deu nos anos da ocupação holandesa no Brasil. Neste ínterim, parte do sertão da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará foram ocupados por colonizadores em fuga da guerra instaurada na zona litorânea entre portugueses e holandeses. Traziam consigo pessoas da família, pequenos lavradores, escravos, seus gados e iniciaram a ocupação nos vales e leitos de alguns rios (MARINHO, 2006).

A consolidação da ocupação do sertão se deu somente no século XVIII, com o genocídio da população indígena local. Diversas foram as batalhas travadas entre povos indígenas e a “civilização branca”, conforme demonstra Darcy Ribeiro no trecho abaixo:

Nessas guerras, como nas anteriores – por exemplo, a de Paraguaçu no Recôncavo, em 1559 – e nas que se seguiram até a consolidação da conquista portuguesa – como as campanhas de extermínio dos Potiguara do Rio Grande do Norte, em 1599, e no século seguinte, a Guerra dos Bárbaros e as guerras na Amazônia –, os índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo de décadas, para dominar cada região (RIBEIRO, 2006, p. 30).

No entanto, apesar dos colonizadores terem conseguido construir sua hegemonia sob os povos indígenas, o povo sertanejo é ainda um povo miscigenado, que traz consigo trejeitos daquela cultura indígena devastada.

(...) o Sertão também foi palco do processo de miscigenação. Os poucos indígenas que sobreviveram às guerras contra suas tribos, contribuíram para o crescimento vegetativo das populações mestiças e para a consolidação do processo de ocupação do semiárido, tendo em vista que eram mais identificados com a aspereza do clima e da vegetação e com o nomadismo dos rebanhos, à procura de pastagens e aguadas nos períodos secos anuais (MARINHO, 2006, p. 39).

Assim, a colonização do semiárido se deu com a implantação de grandes fazendas de gado às margens de rios e vales, como um sistema econômico dependente da economia açucareira, desenvolvida na faixa litorânea. A agricultura até então era desenvolvida pelos camponeses, vulgos “matutos”, em nível de subsistência, devido às asperezas do clima.

Além da pecuária e da agricultura de subsistência, a partir da segunda metade do século XVIII passa-se a se disseminar na região o cultivo do algodão. O algodão é visto como uma cultura que poderia ser cultivada em conjunto com as atividades econômicas até então desenvolvidas, pois era uma cultura de alta resistência ao clima seco e seu subproduto poderia ser utilizado como alimento para o gado. Em fins do século XVIII e no século XIX o algodão torna-se um dos principais produtos na pauta de exportação brasileira, impulsionada pelas guerras pela independência das colônias inglesas na América do Norte (1776 e 1825) e pela Guerra de Secessão (1861 e 1865) nos Estados Unidos da América (MARINHO, 2006).

Em paralelo à expansão da economia algodoeira-pecuária, data do século XVIII os primeiros problemas dos colonizadores com as secas da região semiárida. Desde então as secas passaram a ser encaradas como situação problema, que deveria ser eliminada e que, sobretudo, trazia prejuízo aos proprietários dos rebanhos e pastagens. Em um primeiro momento registrou-se recorrentes fugas da população para áreas mais úmidas, como o litoral e o agreste do nordeste, ou mesmo para as áreas de mineração de Minas Gerais. Preocupado

com o despovoamento do nordeste, palco de sucessivas disputas de território, o Rei de Portugal passou a emitir ordens de fixação de seus colonizadores na região, obrigando-os ao plantio de alimentos para a época de estiagem e realizando distribuição de alimentos em períodos de longa seca.

Com o fim da colonização portuguesa, a política de “combate” às secas manteve-se: as ajudas só chegavam após muita insistência e alto índice de mortandade nos sertões, com distribuições de alimentos e, no período regencial, perfuração de poços. Assim, segundo nos relata Marinho (2006), a condição climática era apenas um dos fatores de fragilidade do “complexo econômico sertanejo”.

A insegurança dos sertões perturbava a evolução agrícola, que também não dispunha das condições de estrutura de transporte e de mão de obra para a lavoura. No entanto, as oligarquias agrárias sertanejas optaram por atribuir à seca toda a culpa pelo atraso econômico regional, e ainda conseguiram tirar proveito dessa situação, beneficiando-se das ações assistenciais governamentais (MARINHO, 2006, p. 43).

A relação entre organização social, propriedade da terra, poder político e o que veio a ser conhecido como a “indústria da seca” resulta no que ficou cunhado nacionalmente sob o termo coronelismo, tema apresentado na sessão seguinte.

O SERTÃO DOS CORONÉIS

Em posse de grandes extensões de terras situadas nos locais mais propensos ao desenvolvimento de atividades econômicas, os coronéis, novos ocupantes (proprietários) do sertão nordestino passam a estabelecer também o domínio político local. Com o declínio da economia açucareira – da qual a atividade pecuária desenvolvida no sertão era dependente – e com as sucessivas secas vivenciadas na região, estes percebem nos “auxílios” governamentais uma oportunidade de manterem sua produção e lucros, mesmo em época de estiagem.

Segundo relato de Darcy Ribeiro (2006), desde a segunda metade do século XIX as secas transformaram-se em um problema nacional que exigia socorro e amparo do governo. Contudo, a relação de auxílio entre o governo federal e a massa flagelada era mediada pela “poderosa camada senhorial dos coronéis, que controla toda a vida do sertão, monopolizando não só a terra e o gado, mas as posições de mando e as oportunidades de trabalho que enseja a máquina governamental” (RIBEIRO, 2006, p. 314).

São os grandes eleitores dos deputados, senadores e governadores; os manipuladores das autoridades municipais e estaduais (...). Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre seus trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem

das ajudas governamentais destinadas aos flagelados. Assim, a ordem oligárquica, que monopolizara a terra pela outorga oficial das sesmarias durante a época colonial, continua conduzindo, segundo seus interesses, as relações com o poder público, conseguindo, por fim, colocar até mesmo as secas a seu serviço e fazer delas um negócio (RIBEIRO, 2006, p. 314).

Durante o século XIX predominou a visão da seca como problema a ser enfrentado, combatido. Nas principais ações desenvolvidas, tanto no período imperial quanto nos primeiros anos da República, prevaleceu o enfoque hídrico, com a perfuração de poços e a construção de açudes. No entanto, a maioria dessas construções foi realizada em terras privadas, beneficiando as grandes e médias propriedades. A este processo Francisco de Oliveira (1981) chama de “captura” das benfeitorias públicas pelas oligarquias locais. Em momentos de grande calamidade, predominaram ações assistencialistas e descontínuas.

No início do século XX o combate à seca se institucionaliza no Estado brasileiro, por meio da criação da Inspetoria de Obras Contra a Seca, em 1909, modificada, em 1945, para Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Na primeira metade do século XX a política de combate à seca permaneceu privilegiando o enfoque hídrico, em que os açudes, barragens e poços foram em grande parte construídos dentro de (grandes) propriedades privadas e utilizadas primordialmente para a sustentação do gado. Assim, o DNOCS “criado para atender aos problemas das secas transformou-se uma agência de clientelismo descarado a serviço dos grandes criadores e do patriciado político da região” (RIBEIRO, 2006, p. 315).

Resistência no sertão

Diante da miséria a que a população era submetida, uma das formas de resistências encontradas pelos sertanejos foi o Cangaço. Datado do século XIX até meados da década de 1930, o Cangaço foi uma forma de banditismo típico do sertão, estruturado em bandos bem armados que percorriam as estradas em cavalgadas, “como ondas de violência justiceira” (RIBEIRO, 2006). Para Facó (1980), o cangaceiro era o pobre do campo que saía de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social. Não eram ainda lutas pela terra, mas era uma luta em função da terra e do seu domínio pelo latifúndio.

A integração do sertanejo ao Cangaço dava-se, em geral, por três motivos principais: a) a defesa da honra pessoal ou da família; b) conflitos pela terra; ou c) vingança em razão de agravos sofridos por um potentado local. Independente da motivação, todos faziam do banditismo a expressão de sua revolta contra as injustiças vividas. É interessante notar que, contrariamente, o Cangaço surgiu no seio do próprio sistema senhorial do latifúndio, que

incentivava a formação de bandos de jagunços para a proteção dos coronéis e de suas propriedades.

A população campesina dividia-se entre o medo e a admiração aos cangaceiros. Alguns ficaram célebres, como foi o caso de Virgulino Ferreira, o Lampião, e seu bando. Eram conhecidos por distribuírem aos pobres os bens que obtinham depois de cada assalto, numa espécie de Robin Hood do sertão. Com o extermínio dos cangaceiros, a história oficial passa a representá-los como meros bandidos, desordeiros e ladrões.

A passagem do bando de Lampião pelo oeste potiguar, mais especificamente pela cidade de Mossoró, deixou diversos registros históricos, hoje organizados em um grande memorial no centro da cidade (Figuras 5, 6, 7 e 8). O memorial lembra a todos que por ali passam, como os bravos soldados, policiais e demais homens aliciados pelo Estado, conseguiram derrotar o bando de Lampião, defendendo a propriedade privada e o latifúndio do perigo do Cangaço.

Figura 5 – O bando de Lampião e Maria Bonita

Fonte: Acervo próprio.

Figura 6 – Maria Bonita, A Rainha do Cangaço

Fonte: Acervo próprio.

Figura 7 – Correspondências de guerra

Fonte: Acervo próprio.

Figura 8 – Jornais locais

Fonte: Acervo próprio.

Política oligárquica e coronelismo na atualidade

Apesar dos grandes avanços democráticos da sociedade brasileira, algumas regiões do país ainda permanecem sob o domínio de oligarquias locais de poder. É o caso da região oeste do Rio Grande do Norte, onde as famílias latifundiárias se perpetuam no poder na região - ruas, praças, edificações, ou até mesmo uma cidade inteira⁸ levam os nomes dos “coronéis” da região.

Segundo estudo de Sandra Costa (2012), o estado do Rio Grande do Norte é ainda hoje reduto das famílias Maia e Rosado. O trabalho da pesquisadora aponta que, dos oito deputados federais que podem ser eleitos pelo estado, todos os deputados eleitos na última eleição compõem a Bancada Ruralista. Em relação à oligarquia formada pela família Maia, foram identificadas sete pessoas em cargos de poder (Figuras 9a e 9b). Já em relação à família Rosado, a pesquisadora identificou 16 pessoas em cargos políticos (Figuras 10a e 10b). Como exemplo deste processo de dominação das famílias ruralistas, podemos citar a cidade de Mossoró. A família Rosado iniciou sua saga na administração pública municipal em 1940 e até 2012 a administração do município permaneceu em mãos da família Rosado (COSTA, 2012).

⁸ É o caso do município “Governador Dix-Sept Rosado”, que teve seu nome alterado durante a ditadura militar, como prova do poderio da família Rosado na região.

O domínio das famílias oligárquicas está umbilicalmente ligado à propriedade da terra, bem como à “captura”, no dizer de Chico de Oliveira, das melhores condições para o enriquecimento próprio. Seja através do aproveitamento de obras públicas em benefício próprio, seja conseguindo condições propícias para participar com vantagens da exploração de novos setores econômicos locais, como o sal e o petróleo.

Figura 9a – Família e Política: Ruralista José Agripino Maia

Fonte: COSTA, 2012.

Figura 9b – Família e Política: Ruralista José Agripino Maia (continuação)

Fonte: COSTA, 2012.

Figura 10a – Família e Política: Ruralista Carlos Alberto De Souza Rosado

Figura 10b – Família e Política: Ruralista Carlos Alberto De Souza Rosado (continuação)

Fonte: COSTA, 2012.

POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E O ALVORECER DA REFORMA AGRÁRIA

Em meados do século XX começa a emergir o que os sociólogos e economistas costumam chamar de “o problema regional”. Por um lado assistia-se ao pleno desenvolvimento industrial do centro-sul do país, por outro, a estagnação da economia no nordeste baseada no complexo econômico açucareiro, pecuário e algodoeiro. Como estratégia para diminuir o “atraso” econômico, o governo adota a estratégia da modernização da economia nordestina.

Data deste período a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que tinha como objetivo conceder crédito para o desenvolvimento da indústria, dando dinamismo para a região e modernizando-a. No entanto, nas primeiras décadas de operação do banco, as concessões de crédito acabaram favorecendo as oligarquias políticas da região. Em um primeiro momento forneceu crédito para a instalação de indústria têxtil – favorecendo o setor algodoeiro – e posteriormente liberando financiamentos para a modernização dos setores da agricultura e pecuária, em especial a fruticultura irrigada e a implantação de agroindústrias. Nesse sentido, o BNB acabou financiando somente setores ligados aos grandes e médios proprietários, implantando assim o que ficaria conhecido como modernização conservadora (OLIVEIRA, 1981).

Com o agravamento da crise regional foi criado do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1950. Como principal resultado das recomendações do GTDN obteve-se a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, no ano de 1959. A criação da Sudene dá-se em um contexto em que as elites locais passam a exigir do governo mais atenção para o desenvolvimento da economia da região, e iniciam-se processos de organização populares massivos por meio dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. Desta forma, mais do que implementar um plano de desenvolvimento regional, a Sudene também carregava consigo a missão de acalmar os ânimos da população local, atendendo algumas necessidades básicas e mantendo a hegemonia burguesa (MARINHO, 2006).

Sob a coordenação de Celso Furtado, a Sudene concentrou sua análise sobre a raiz do “subdesenvolvimento” do Nordeste na questão da industrialização. Seguindo as ideias centrais até então amplamente defendidas por Furtado, o subdesenvolvimento de uma nação ou de uma região está baseado em um sistema de desigualdade nas trocas entre esta região e as demais. Assim, se uma região é especializada na produção de bens primários (bens que não passam por processo industrial) e necessita trocar tais bens com outra região que produz

produtos manufaturados, irá acontecer uma progressiva depreciação dos termos de troca, ou seja, a região que produz bens primários terá que dispor cada vez de mais bens para conseguir obter a mesma quantidade de produtos manufaturados. É essa desigualdade que está na raiz do subdesenvolvimento, e para Furtado, a única forma de superá-la é através da industrialização. Assim, a industrialização seria a única via para tirar o Nordeste do atraso (FURTADO, 1987).

Com sua proposta de industrialização, a Sudene visava tornar o Nordeste uma região mais autônoma, o que lhe rendeu forte oposição das oligarquias agrárias regionais, que expressavam seu descontentamento com a prioridade do projeto da Sudene com a industrialização e com as propostas de mudanças estruturais na economia nordestina. Por outro lado, a burguesia industrial do centro-sul era grande entusiasta das propostas apresentadas pela Superintendência, uma vez que acreditava que as novas políticas de desenvolvimento industrial para ao nordeste poderiam ter retornos em benefício próprio (OLIVEIRA, 1981; MARINHO, 2006).

Apesar das inúmeras contradições, a Sudene teve um importante papel na mobilização de agentes em busca de alternativas para o desenvolvimento regional do Nordeste. Para Marinho (2006), a atuação do órgão foi fundamental para

a formação de uma capacidade técnica e política especializada para a condução dos programas regionais, apoiando instituições de ensino superior e médio, promovendo diversos cursos de especialização e apoiando estudos e pesquisas científicas voltadas para o conhecimento da realidade nordestina, desenvolvendo técnicas apropriadas aos recursos naturais da Região e para a integração do Nordeste aos mercados nacional e internacional (MARINHO, 2006, p. 81).

Com o golpe militar de 1964, a Sudene perde sua autonomia e passa a fazer parte do plano de integração nacional proposto pela ditadura. Apesar de manter a política de industrialização da região, os feitos realizados durante do período militar tiveram caráter completamente diferente daqueles anteriormente propostos pela Superintendência, com base principalmente no capital estrangeiro e mantendo a dependência da região em relação ao Centro-Sul. Desta forma, o projeto originalmente proposto pela Sudene não chega a ser inteiramente implantado.

Foi também em 1964 que se realizou a promulgação do Estatuto da Terra. Diante de um processo de mobilização cada vez mais forte da população rural reivindicando a redistribuição mais justa das terras, que se disseminava no governo João Goulart, os militares implementaram em novembro de 1964 o Estatuto da Terra, que trata então da política da reforma agrária. O objetivo do governo com a medida era manter as tensões sociais sobre

controle e garantir a reprodução do capitalismo e do patronato rural (SILVEIRA; HEIM, 2013).

Data deste período os primeiros grandes investimentos na agricultura irrigada, que passou a ser uma das prioridades governamentais. As propostas de implantação dos perímetros irrigados no Nordeste já chegavam munidas de um pacote tecnológico e gerencial inquestionável. No período militar, o Estado foi um grande impulsionador das atividades de irrigação. Segundo Marinho (2006) foram criados 14 polos de agricultura irrigada no Nordeste, que “possibilitaram a ampliação da fronteira agrícola, com a incorporação de milhares de hectares em áreas anteriormente pouco exploradas economicamente”.

No período posterior à ditadura milita, nas décadas de 1980 e 1990, a iniciativa privada aproveitando-se da estrutura instalada na região, passa a controlar as áreas irrigadas. Além da infraestrutura, o setor conta também com crédito e incentivo fiscais do governo para o desenvolvimento de atividades nas áreas irrigadas. No entanto, alguns estudos apontam que a prática da agricultura irrigada possui seus limites. De um modo geral, os solos situados em regiões áridas, quando submetidos à prática da irrigação, apresentam grandes possibilidades de se salinizarem. Isso acontece porque, em decorrência das características do solo e do clima da região, a água utilizada possui alta concentração de sais minerais. A depender do nível de salinização, pode ocorrer também a solidificação dos sais minerais, ocasionando uma barreira sob o solo que impede a infiltração de água.

Estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO – Food and Agriculture Organization) informam que aproximadamente 30 milhões de hectares do planeta são afetados por sais, e de 0,25 a 0,5 milhões de hectares de área produtiva são perdidos e abandonados a cada ano em função da salinização do solo. No Brasil, embora não se tenham estudos detalhados quanto ao mapeamento e à identificação de áreas salinizadas, estima-se que 20 a 25% das áreas irrigadas enfrentam problemas causados pela salinização, sendo a região Nordeste a mais afetada (FAO, 2005).

No período posterior ao regime militar, o modelo agrícola adotado optou por seguir os rumos da modernização conservadora, ou seja, modernização técnica e gerencial, mas sem alterações na estrutura social. Prospera a visão do agronegócio como melhor alternativa para o desenvolvimento do campo, e passam a gozar de investimentos e incentivos aqueles empreendimentos de maior porte, em geral pertencentes às mesmas famílias oligarcas que organizaram a região desde o período colonial.

Organização popular e resistência

A resistência do povo campesino à exploração está presente em todo o processo de ocupação da região, desde a colonização, na luta dos povos nativos. O “banditismo” e o “fanatismo” podem ser analisados como forma de resistência e de subversão à ordem imposta pelos coronéis. Mas é a partir de meados do século XX que as organizações sociais camponesas passam a ganhar mais força e visibilidade. Podemos destacar quatro atores que modificam significativamente o cenário das lutas sociais no campo: as ligas camponesas; os sindicatos rurais; a igreja católica; e os novos movimentos sociais do campo (pós-ditadura).

As Ligas Camponesas surgiram no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. A Liga da Galileia foi criada no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Tinha como objetivo principal arrecadar fundos para enterrar os mortos, que até então eram depositados em vala comum. O nome “Liga” foi dado pelos setores conservadores, na imprensa, que temiam que a experiência fosse uma nova investida de organização camponesa influenciada pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB), assim como vinha acontecendo na periferia e região metropolitana de Recife.

Temerosos de que a organização campesina pudesse atrapalhar seus planos, a família proprietária do engenho aumentou o preço do foro da terra, com o objetivo de desmobilizar e expulsar os camponeses da propriedade. A partir de então se iniciou uma grande luta contra o aumento da renda da terra, que culminou na desapropriação do engenho em benefício das famílias que ali moravam e trabalhavam.

A partir da experiência da SAPPP, outros núcleos das Ligas foram criados em Pernambuco. Até 1961, 25 núcleos foram instalados no estado, com predominância na Zona da Mata e no Agreste.

As Ligas Camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento, a partir de 1959. Entre 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em cerca de dez estados da Federação.

Em relação aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), apesar de vários existirem desde o início do século XX, é somente em 1962 que passa a existir no Brasil uma regulamentação própria para esse tipo de organização. A regulamentação dos STRs, realizada por João Goulart, teve como objetivo aumentar os índices de aprovação do governo, bem como conter a projeção e alcance das Ligas Camponesas (RICCI, 1999).

Goulart tenta, com a regulamentação dos STRs, ampliar sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais rurais mais radicais em

projeção, as Ligas Camponesas. Pretendia forjar um novo agrupamento político sindical, esvaziando, de um lado, estes setores totalmente fora de seu controle e desarticulando, por outro, o poder privado do latifúndio (...). A superação do latifúndio era considerada pela corrente nacional-desenvolvimentista – projeto articulador do governo populista – um pré-requisito para a industrialização do país (RICCI, 1999, p. 52).

Como consequência da regulamentação, o número de STRs aumentou enormemente. Somente entre 1962 e 1966, 278 novos sindicatos rurais foram criados. Em dezembro de 1963 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), tendo como núcleo dirigente líderes do Partido Comunista Brasileiro e setores da Igreja Católica – tanto da ala progressista quanto conservadora. Com o golpe militar, em 1964, a CONTAG passa a sofrer intervenção do Estado e perde sua relativa autonomia (RICCI, 1999).

A partir de então, a CONTAG passa a ter como estratégia a formação de dirigentes e a institucionalização cada vez maior dos sindicatos. Em seus congressos ficava cada vez mais clara a opção por formar e atuar com a cúpula dirigente dos sindicatos, organizados em diversas Federações Estaduais, em contraposição ao diálogo amplo e direto com a base sindical.

Em relação ao processo de mobilização e formação dos sindicatos rurais, a Igreja Católica teve suma importância em grande parte do Brasil. No campo conservador, a Igreja desenvolvia suas ações por meio dos Círculos Operários, com forte atuação no sudeste, e o Serviço de Assistência Rural (SAR), com atuação no nordeste. O SAR, criada por Dom Eugênio Sales no Rio Grande do Norte, “iniciou um serviço de promoção sindical que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e a auxiliar na formação dos sindicatos” (RICCI, 1999, p. 60). O serviço realizava campanhas de sindicalização por meio de emissoras de rádio controladas pela Igreja, conseguindo assim atingir grande número de trabalhadores. A ação do SAR era contrapunha-se claramente contra a ação das Ligas Camponesas, consideradas subversivas por esse setor da Igreja, de cunho conservador. Por este motivo, o Rio Grande do Norte foi o único estado do Nordeste onde as Ligas Camponesas não conseguiram ter atuação.

Em contraposição ao campo conservador, a Igreja também contava com a Ação Popular (AP), organização de cunho mais progressista que teve destaque na formação de STRs entre 1962 e 1964. A ação da AP contava principalmente com a estrutura e capacidade de alcance do Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1960. A AP defendia uma participação radical na base sindical e a ruptura com a institucionalidade vigente. No entanto, devido a difícil correlação de forças daquele período, a ação da AP não chegou a se generalizar no Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Contudo, com o surgimento de novos movimentos sociais no fim da década de 1970, a prática cada vez mais institucionalizada promovida pela CONTAG, com foco na ação dos dirigentes em detrimento da base, passou a ser alvo de profundas críticas. Criada em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade vinculada a Igreja Católica, foi uma das organizações que catalisou a oposição as práticas da CONTAG, ao mesmo tempo em que retomou o trabalho de organização de base realizado pela Igreja. A CPT traz em seu discursos dois elementos principais: a participação da base no processo decisório e o destaque à questão da terra (RICCI, 1999).

Com o processo de redemocratização, a partir de 1984, passam a proliferar movimentos sociais ligados a luta da população do campo. Entre os mais expressivos destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado no Rio Grande do Sul em 1984, embora suas origens remontem o final da década de 1970, a partir do Movimento dos Agricultores Sem-Terra. O MST acirrará a luta pela terra no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, colocando a reforma agrária na pauta política do país.

A presença do MST no território potiguar se iniciou em 1989, com entrada pelo Vale do Açu, uma das áreas de maior produção de alimentos do estado e considerada como uma possuidora dos melhores tipos de solo. Os primeiros integrantes vieram da Paraíba e Ceará, em decorrência de uma política de expansão de atuação do movimento até então presente em 17 estados. As primeiras tentativas de ocupações realizadas, nos municípios de Augusto Severo e Santana dos Matos, foram reprimidas, suas lideranças foram detidas e as famílias desarticuladas. No início de sua atuação no Rio Grande do Norte, o MST enfrentou duras críticas por parte da Igreja e apresentou divergências com a atuação dos STRs. Atualmente observa-se maior grau de articulação entre as organizações, configurando-se em entidades chave para a luta no campo na região (COSTA, 2005; FERNANDES, 2010).

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais

Nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base e a CPT já possuíam experiência organizativa de grupos de mulheres desde a década de 1970. No entanto, é no contexto da redemocratização política, na década de 1980, que a luta das mulheres rurais passa a ganhar maior visibilidade.

Até metade da década de 1980, os sindicatos filiados à CONTAG assumiam que somente uma pessoa por família poderia ser membro do sindicato, função geralmente designada ao home, tido como chefe de família. Além desse impedimento, as mulheres

comumente eram vistas como trabalhadoras “do lar”, e não como trabalhadoras da agricultura, ressaltando ainda mais a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo.

Nesse âmbito, as principais reivindicações do movimento das mulheres rurais em seu momento constitutivo eram decorrentes desta conjuntura. Resumia-se a duas principais pautas: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença- maternidade e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais.

Segundo Deere (2004, p. 180), “só em 1985, no Quarto Congresso da CONTAG, que as questões das mulheres rurais foram seriamente tratadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores”. O impulso para que as pautas das mulheres fossem debatidas de forma ampla derivou da formação e organização do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), inicialmente formado em Brejo, Paraíba, e em Serra Talhada, no Sertão Central, Pernambuco. Em 1984 o MMTR-Sertão Central se reuniu e formulou uma proposta a ser apresentada no congresso da CONTAG, reivindicando que uma das prioridades da organização deveria ser a sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais (DEERE, 2004).

No Sul, as mulheres membros dos sindicatos rurais também estavam se organizando e se reunindo, com a preocupação de aumentar o número de mulheres na base sindical da região. O Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado no Rio Grande do Sul em 1985, contou com a participação de 10 mil mulheres.

Ao mesmo tempo em que a participação das mulheres rurais passou a aumentar no movimento sindicalista, houve também, em muitos estados, ao longo da década de 1980, o crescimento do movimento autônomo de mulheres, o MMTR.

O primeiro encontro nacional de mulheres rurais autônomas aconteceu em 1986 em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional de mulheres trabalhadoras rurais. No encontro, do qual participaram mulheres de 16 estados, foi decidido que uma organização nacional seria prematura e que os esforços deveriam se concentrar na criação de redes regionais (DEERE, 2004, p. 180-1).

Como frutos desse encontro foram criados o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos cinco estados do Sul (AIMTR-Sul).

No mesmo ano, o MST realizou o I Encontro Nacional dos Assentados, momento em que discutiu e aprovou a resolução Posicionamento sobre a questão da mulher assentada, “apresentada como um primeiro passo na direção de tornar orgânicos os esforços para a construção das transformações necessárias para a dissolução das desigualdades de gênero que se reproduziam no interior do MST” (GOHN, 2003, p. 121).

No início de 1986, sob o slogan “para o processo constitucional ser válido, ele deve incluir os direitos das mulheres”, o movimento feminista teve grande ação unificada para garantir os direitos das mulheres na nova constituição. Foram realizados encontros e seminários sobre os direitos da mulher por todo o país. Como resultado dessa articulação entre as diversas frentes do movimento feminista, entre elas o movimento das mulheres rurais, que os direitos da mulher, incluído o direito à terra, foram incorporados na Constituição de 1988. Além da inclusão de mulheres na reforma agrária, a Constituição de 1988 incluía o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social (DEERE, 2004).

A despeito das importantes conquistas promovidas com a nova Constituição, a garantia da igualdade formal não significou necessariamente uma ampliação do acesso das mulheres à reforma agrária. Deere (2004) identifica que isso aconteceu principalmente porque “garantir na prática os direitos da mulher à terra não estava entre as prioridades dos movimentos sociais rurais”.

É só a partir de fins da década de 1990 que as reivindicações das mulheres rurais passam a ser verdadeiramente incorporadas pelos movimentos sociais do campo. Nesse momento, as mulheres passam também a criar novas formas de organização, Coletivos Estaduais de Mulheres nas Federações de Trabalhadores Rurais, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e a Marcha das Margaridas nos anos 2000 (GOIS, 2012).

“A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta” (CONTAG, 2011).

A Marcha tem esse nome em homenagem à dirigente sindical Margarida Alves (1943-1983), grande símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade por ter rompido com padrões tradicionais de gênero ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Sua trajetória sindical foi marcada pela luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária. Margarida Alves foi brutalmente assassinada com um tiro no rosto pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

Realizada desde 2000 em Brasília, a Marcha das Margaridas já teve quatro edições: 2000, 2003, 2007 e 2011. A última marcha realizada teve a participação de cerca de 100 mil mulheres de todos os estados brasileiros. Entre as principais conquistas da Marcha da Margaridas constam:

- Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDMTR) e fortalecimento do mesmo com ações educativas e unidades móveis em alguns estados.
- Titulação Conjunta Obrigatória e revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra.
- Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a Criação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher.
- Criação do crédito instalação para mulheres assentadas.
- Declaração de Aptidão ao PRONAF em nome do casal.
- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais.
- Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres.
- Manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos.
- Campanha Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.
- Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no Ministério de Educação (MEC).
- Implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras/es em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convênio com o Ministério da Saúde.

Políticas públicas para mulheres rurais

Constatamos, a partir do ano de 2003, uma mudança significativa na ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais no âmbito do governo federal, com ações importantes na reforma agrária. No II Plano Nacional de Reforma Agrária e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres passam a serem incorporadas proposições afirmativas “que orientam as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero” (BUTTO; HORA, 2010).

É em 2003, também, que se consolida um novo desenho institucional no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da criação do Programa de

Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), atual Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR). O Programa passou a atuar na construção de políticas de promoção de direitos econômicos das trabalhadoras rurais, por meio de ações de facilitação do acesso à documentação, acesso à terra, apoio a produção e participação e, controle social (BUTTO; HORA, 2010).

Uma das primeiras ações implementadas para a promoção da igualdade de gênero no meio rural foi o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). A partir do diagnóstico de que a ausência de documentação em nosso país atinge, predominantemente, as mulheres e, em especial, as trabalhadoras rurais, dificultando, o acesso às demais políticas públicas tais como acesso à terra e créditos produtivos, o PNDTR possibilita a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso a direitos previdenciários (MDA, 2010; BUTTO; HORA, 2010). Em 2013, o PNDTR ultrapassou a marca de um milhão de mulheres documentadas, denotando a importância do programa no acesso à cidadania e políticas públicas para mulheres rurais.

Em relação à titularidade da terra, a Portaria Nº 981/2003 efetivou a Titulação Conjunta Obrigatória para mulheres e homens acessarem a terra e a Instrução Normativa Nº38/2007 do INCRA alterou os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatos e candidatas na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. Tais procedimentos asseguraram a participação delas, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família. (MDA, 2010; BUTTO; HORA, 2010).

Em relação às ações de apoio a produção, diferentes incentivos foram criados. Na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, incorporaram critérios de gênero e de protagonismo das mulheres rurais. O MDA, também, passou a apoiar ações de Ater específicas para mulheres da agricultura familiar. Na reforma agrária, o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) também contemplou ações voltadas para as mulheres e suas atividades produtivas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) disponibilizou uma modalidade de crédito específico para as Mulheres: o Pronaf Mulher. As mulheres na reforma agrária passaram a acessá-lo a partir do Plano Safra 2005/2006

(BUTTO; HORA, 2010). Apesar das limitações no acesso, tornou-se uma alternativa de apoio à produção.

Visando apoiar e fortalecer a organização produtiva das mulheres, criou-se em 2008 o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, no âmbito do MDA,

que tem como diretrizes a promoção da igualdade de gênero, a economia feminista e solidária, a sustentabilidade e segurança alimentar, a geração de renda e agregação de valor, a valorização étnica e racial, a gestão econômica, o fortalecimento de redes de grupos de produção, e a participação e controle social (MDA, 2010).

Considerando as políticas de apoio e desenvolvimento da produção, cita-se a importante estratégia de apoio à comercialização por meio dos programas de compras públicas. Destaca-se, o Programa de Aquisição de Alimentos criado em 2003 e que, em 2011, estabeleceu cota específica para mulheres variando de 30 a 40% do número total de contratos a depender da modalidade, conforme Portaria N° 44/2011 do Comitê Gestor do PAA. Há ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar, indicando que 30% da alimentação destinada às escolas públicas devem ser adquiridas da agricultura familiar.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Em meados da década de 1990, indo na contramão da política de combate à seca dominante na região desde o período imperial, começa a emergir um novo paradigma; a convivência com o semiárido.

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes (MALVEZZI, 2007, p.12).

Nesse sentido, passa-se a compreender que o principal problema do semiárido não é o clima, a falta de chuva ou o bioma da caatinga, predominante na região, mas sim a grande concentração de terra, que consequentemente acaba concentrando também o acesso à água, uma vez que grande parte das obras para captação e armazenamento de água foi realizada em terras particulares.

Diante dessa nova perspectiva, diversas entidades da sociedade civil e do Estado, agricultoras/es, movimentos sociais, organizaram-se em busca de alternativas para a convivência com o semiárido. É neste ensejo que começam a surgir experiências como a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, que procuram melhorar a vida das agricultoras e

agricultores da região através da auto-organização e da valorização dos saberes e cultura local.

O projeto de convivência e os novos atores políticos

Construir e implementar um novo projeto para o semiárido significa organizar e valorizar novos parâmetros ambientais, culturais, sociais, econômicos e políticos, diferentes daqueles que foram historicamente relacionados à região. Para tanto, foi necessário articular diferentes iniciativas de centros de pesquisa e de organizações não governamentais que desenvolvem projetos voltados para a região desde a década de 1980. A proposta da convivência ganha maior força no fim da década de 1990, com a fundação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), e já no início dos anos 2000 conta com o apoio do Governo Federal (MARINHO, 2006).

As ações da Sociedade Civil

Como dito anteriormente, o debate em torno da convivência com o semiárido começa a ganhar corpo na sociedade civil com a criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). A proposta da ASA surge a partir de algumas articulações políticas e participações em fóruns, como o Fórum Seca (1991), a Articulação no Semiárido Paraibano (1993), e o Forcampo (1994). Em 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca, foi lançada a Declaração do Semiárido⁹, a ASA é fundada e lança-se a meta de construir um milhão de cisternas rurais para o atendimento às necessidades básicas das famílias no Semiárido (ASA, 2011; 2014).

Atualmente a ASA congrega mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e implementação de políticas para a convivência com o semiárido. A ASA é responsável também por gerir os dois maiores projetos de captação de água da chuva no semiárido: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Apoiado inicialmente pela Agência Nacional de Águas, ligada ao Ministério do Meio Ambiente, o programa P1MC só passa a ser incorporado como política pública a partir de 2003, pelo então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), que deu lugar ao atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Atualmente, com quase 500 mil cisternas construídas, o programa também é desenvolvido por estados e municípios e conta com recursos no Orçamento Geral da União

⁹ A Declaração do Semiárido Brasileiro encontra-se no Anexo IV deste trabalho.

alocados no MDS por meio da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), com o Programa Cisternas (ASA, 2011; MDS, 2014). Já o P1+2, executado a partir de 2007, conta também com o apoio da Fundação Banco do Brasil e da Petrobrás.

Em relação aos movimentos sociais, as últimas décadas também foram propícias para a atuação de diversos movimentos. Ainda com muita força em diversas regiões, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais são reconhecidos como entidades muito importantes para a articulação política das trabalhadoras e trabalhadores do campo. No campo dos movimentos camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) possuem maior destaque.

No entanto, outros movimentos passaram a criar novas bases no semiárido brasileiro. É o caso, por exemplo, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que começaram a sua atuação na região em defesa das populações que foram ameaçadas pelas grandes obras, seja de barragens, seja de implantação de áreas de fruticultura irrigada. Outros movimentos que ganharam força na região foram os movimentos de mulheres, dentre os quais podemos citar a Marcha Mundial de Mulheres, Movimento das Mulheres Camponesas e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

As ações do Estado

Com o fortalecimento das propostas de convivência com o semiárido advindas principalmente da sociedade civil, os programas governamentais começam a incorporar esta perspectiva em suas políticas. Em 2001, o Governo Federal lançou o “Programa Sertão Cidadão: Convívio com o Semiárido e Inclusão Social”, com proposta de desenvolver ações permanentes para melhoria da qualidade de vida na região, principalmente relacionado à educação, renda e saúde. Com a mudança de governo, em 2003 foi lançado o “Programa de Ações Integradas de Convivência com o Semiárido” (Programa Conviver). Segundo a plataforma lançada pelo governo, o Programa Conviver teve sua atuação focada no fortalecimento econômico dos arranjos e organizações produtivas locais, incluindo projetos de melhoria de infraestrutura.

O Programa Conviver foi desenvolvido entre 2003 e 2011, no âmbito da Secretaria de Programas Regionais - Ministério da Integração Nacional. O programa contou com a articulação de diversos Ministérios e órgãos públicos, a saber: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Banco do Brasil, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Superintendência

de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

A partir de 2011 a política de convivência com o semiárido passa a fazer parte de um Plano mais amplo do Governo, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que propõem eliminar a extrema pobreza do país até o fim de 2014. O Plano se organiza em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Principais ações do Plano Brasil Sem Miséria

Garantia de Renda	Acesso a serviços	Inclusão Produtiva (Rural)
Bolsa Família	Educação em tempo integral	Assistência Técnica e Fomento Água para todos – (cisternas de consumo)
Ação Brasil Carinhoso	Assistência Social	Água para todos – (água para produção) Programa de Aquisição de Alimentos
Busca Ativa	Saúde	Bolsa Verde

Fonte: MDS, 2013. Elaboração própria.

Além das políticas gerais, alguns programas já existentes foram direcionados especificamente para a população do Semiárido. É o caso do Plano Safra, lançado anualmente, é formado por um conjunto de políticas públicas, com o objetivo de aumentar a renda, incentivar a inovação tecnológica e estimular a produção de alimentos. Em 2013 o Governo Federal lançou o Plano Safra Semiárido, com ações estruturantes para a convivência com o semiárido, tais como aumento da oferta de crédito, compras públicas da agricultura familiar, melhores condições para a garantia safra, maior oferta de Assistência Técnica e fomento produtivo (MDA, 2013). Cabe ressaltar que todo esse rol de políticas públicas é fruto de intensa mobilização política de agricultoras e agricultores em seus movimentos, sindicatos e organizações.

As mulheres e a convivência com o Semiárido

A tarefa de abastecer as residências com água tem sido historicamente atribuída às mulheres de todas as idades, inclusive crianças. Esta relação íntima entre as mulheres e a água revela a divisão sexual do trabalho presente no campo. Abastecer os lares é tido como parte do trabalho doméstico, aquele restrito ao espaço doméstico, portanto, tarefa das mulheres.

Cabe aos homens cuidar do roçado, dos animais, o trabalho da porta pra fora, que embora também seja feito pelas mulheres, é sempre tido como ajuda.

Nesse sentido, as propostas de convivência com o semiárido por facilitarem o acesso e o transporte de água, bem como a produção nos arredores da casa, altera significativamente a dinâmica das relações de gênero. Entendendo-se como beneficiária direta das ações para convivência com o semiárido, não faltam exemplos de mulheres que se engajaram na construção de tecnologias alternativas no sertão nordestino, tornando-se verdadeiramente as grandes protagonistas desta transformação.

É o caso das mulheres cisterneiras do Rio Grande do Norte. Bem organizadas politicamente, as trabalhadoras rurais da região oeste potiguar perceberam que um dos maiores obstáculos para a melhoria das condições de vida na região era o acesso à água de qualidade. Levaram suas reivindicações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e conseguiram, com o apoio de organizações locais, a implementação de cisternas em 28 localidades da região. As cisternas não só foram reivindicadas pelas mulheres como foram construídas pelas suas próprias mãos (Figura 9), superando barreiras e preconceitos, até mesmo no interior das próprias comunidades (CF8, 2006; DANTAS, 2007).

Figura 11 - Construção das cisternas no RN

Fonte: CF8, 2006.

Entretanto, nem só de esforço físico e cuidado com o cotidiano das tarefas domésticas se faz a luta das mulheres pelo acesso e manutenção da água na convivência com o semiárido.

Pela transmissão do saber popular, elas se tornaram as responsáveis pelo cultivo, seleção e manutenção das plantas nos quintais, preservando espécies frutíferas resistentes ao clima como a mangueira, a goiabeira e o imbuzeiro (CF8, 2006).

Com seus conhecimentos, vindos do aprendizado ao longo do tempo e na observação das contingências climáticas, as mulheres demonstram na prática, seja na luta pela água, resguardando o cardápio familiar ou garantindo a sobrevivência e saúde de todos os que habitam a casa, que existem alternativas populares de convivência com o semiárido (CF8, 2006).

A atuação da Rede Xique-Xique

Criada em 2003, a Rede Xique-Xique, mais que uma proposta de articulação de produtores para a comercialização solidária, consubstancializa-se em uma alternativa forjada por agricultoras e agricultores para a melhor convivência com o semiárido. Por meio do apoio a comercialização, a Rede Xique-Xique contribui para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e solidárias, valorizando o trabalho e o protagonismo das mulheres.

CAPÍTULO 2 – MUDAR O MUNDO PARA MUDAR A VIDA DAS MULHERES: Os princípios da Rede Xique-Xique

No capítulo anterior apresentei o contexto do surgimento e o conjunto de objetivos a que se propõe a Rede Xique-Xique. Com isso nessa seção descrevo a estrutura de princípios ou pilares que sustentam sua prática. A Rede Xique-Xique, por meio de sua carta de princípios e de sua carta política, afirma que sua ação está embasada na agroecologia, na economia solidária e no feminismo. A partir da análise de materiais divulgados pela própria Rede, das observações em campo e de referências bibliográficas, faremos um estudo sobre esses três princípios a fim de compreender o que norteia as ações da Rede Xique-Xique.

AGROECOLOGIA

Vários autores afirmam que o termo ‘agroecologia’ passou a ser difundido na década de 1970, a partir das publicações de pesquisadores estadunidenses, em especial Miguel Altieri e Stephen Gliessman. No entanto, para além do conceito elaborado teoricamente, podemos entender como ‘agroecológicas’ a ciência e a prática da agricultura desde os seus primórdios, uma vez que sempre foi o resultado da adaptação humana aos variados ecossistemas e transformações ambientais. A agroecologia seria assim um resgate das práticas agrícolas destruídas pela agricultura moderna e que imbuídas “preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam e repassavam” (SILIPRANDI, 2009, p.103; HECHT, 2002).

A agroecologia pode ser compreendida, portanto, como um conjunto de disciplinas que tem como objetivo contribuir com a transição dos atuais modelos de agricultura, considerados insustentáveis, para modelos mais sustentáveis. A sustentabilidade aqui engloba, além do aspecto ambiental, a capacidade dos processos perdurarem no tempo, considerando a preservação do ambiente e a propiciando vida digna para camponesas e camponeses (SILIPRANDI, 2009).

A agricultura moderna, desenvolvida ao longo do século XX, se disseminou em todo mundo a partir da década de 1960 com a chamada Revolução Verde. Este processo se caracterizou pelo seu caráter dual: por um lado proporcionou um grande crescimento da produção agrícola em decorrência dos avanços tecnológicos, uso de fertilizantes, agrotóxicos,

máquinas etc. Por outro lado, as práticas apregoadas pela Revolução Verde produziram enormes danos ambientais; – tais como salinização e desertificação de solos, contaminação de mananciais – e sociais – alta concentração fundiária, por exemplo.

É diante desse contexto que alguns setores da sociedade passam a se organizar em torno de alternativas ecológicas e do debate do desenvolvimento sustentável. Em várias regiões do mundo, homens e mulheres do campo lutavam por reforma agrária; diversas comunidades rurais resistiam ao avanço da “modernização” agrícola, em prol de manter as suas práticas culturais milenares. É no encontro entre esses dois mundos que surge a proposta da agroecologia.

Diferente de outras propostas eco sustentáveis, a agroecologia traz consigo a afirmação do protagonismo camponês¹⁰ como elemento estruturante na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Assim, “a perspectiva transdisciplinar, incluindo o ‘diálogo de saberes’ entre os conhecimentos científicos e o conhecimento popular aparece como uma exigência para a resolução de problemas pertinentes à temática agroecológica, dadas as premissas éticas nas quais se baseia” (SILIPRANDI, 2009, p.106).

Desta forma, a agroecologia organiza e articula diferentes tipos de saberes e distintas formas de conhecimentos. Rompe assim “os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o ‘cientista’), como coprodutores do conhecimento a ser gerado” (SILIPRANDI, 2009, p. 112). Nesta nova epistemologia científica, as/os camponesas/es devem ser consideradas/os sujeitos ativas/os dessas propostas; adota-se a ideia de que é preciso observar a natureza e compreender seus ciclos de funcionamento; e percebe-se a necessidade de investir na construção de outro paradigma tecnológico baseado em outros valores que não simplesmente o lucro e a produtividade.

Agroecologia e Semiárido

¹⁰ Na definição de um modelo familiar pela Via Campesina, são incluídas todas as unidades de produção autônomas existentes, sejam estas produtoras agrícolas ou extrativistas, reconhecidas genericamente como “camponesas”: posseiros, parceiros, meeiros, pequenos proprietários, pescadores artesanais, seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas às parcelas dos povos indígenas já camponeizados, e tantas outros. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (VIA CAMPESINA, 2004; SILIPRANDI, 2009).

É preceitos da agroecologia a utilização de práticas agrícolas que se preocupam com o manejo e conservação do solo, uso racional dos recursos hídricos, entre outras ações que estão voltadas para o equilíbrio ambiental. Desta forma, a agroecologia apresenta-se como uma das alternativas de convivência com semiárido, pois a partir de sua matriz tecnológica é possível organizar a produção familiar de forma a utilizar o mínimo de água, ou preservando, potencializando a capacidade que a natureza já tem de armazenar água. Esse método resgata algumas tradições rurais, como a de troca de sementes entre agricultores/as, cooperação com a natureza e com a população, criação coletiva (BRANCO; MARRA, 2004; CALHEIROS, 2011; IRPAA, 2013).

A agroecologia trabalha voltada para ações de sustentabilidade e respeitando as riquezas ambientais e as características de cada região. Com isso os agricultores e agricultoras precisam conhecer o clima, a fauna e flora da sua comunidade para implantar o cultivo e criação de animais que são adaptados ao meio ambiente no qual estão inseridos. Essas técnicas oferecem alternativas de trabalho aumentando a renda e melhoria da qualidade de vida para o/a agricultor/a familiar, além de garantir a preservação das plantas da região, a Caatinga, o beneficiamento das frutas e o cultivo coletivo, formando comunidades organizadas e fortalecidas, aumentando a quantidade e qualidade de seus produtos (BRANCO; MARRA, 2004; CALHEIROS, 2011; IRPAA, 2013).

Diversas experiências têm demonstrado como a proposta de trabalho com a agroecologia pode contribuir para criar uma situação de disponibilidade de alimento suficiente, de boa qualidade e diversificado, mesmo em períodos de estiagem, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional das famílias (ASA-PB, 2002; CF8, 2003; BRANCO; MARRA, 2004; CALHEIROS, 2011; IRPAA, 2013).

A base para agroecologia na região é a Convivência com Semiárido, o que já vem sendo praticado há muito tempo pelos camponeses/as e agricultores/as e agora vem conquistando espaços de discussões nas universidades. Criação de cursos pós-graduação, grupos de debate sobre práticas ecológicas com estudantes e professores do curso de ciências agrônomas e outras graduações, são alguns dos espaços acadêmicos conquistado por essa ciência¹¹.

¹¹ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) possui uma sede no semiárido nordestino e realiza cursos para adequação de tecnologias para a convivência com o semiárido. Organizações Não governamentais em parcerias com instituições de ensino também tem promovido cursos de extensão e especialização focados no tema, como é o caso do curso “Agroecologia e Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido”, promovido pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra). Em 2013 os agricultores e agricultoras foram beneficiados com a abertura do curso superior de Tecnologia em

Mulheres e Agroecologia

O campo não é um lugar uniforme, mas sim um espaço composto por gente: mulheres, homens, jovens, idosos, crianças, brancos, negros, pardos, índios. É essa imensa teia de relações sociais que constrói cotidianamente que chamamos de campesinato. Nesta, forjam-se relações de poder que determinam o acesso de cada sujeito à produção e aos recursos ambientais, bem como as condições de participação nos espaços de decisão.

Considerando que vivemos sob a égide de uma sociedade patriarcal¹², marcada profundamente pela divisão sexual do trabalho, mesmo a agroecologia se configurando como uma proposta popular de desenvolvimento rural, este meio ainda não está a salvo de reproduzir as desigualdades de gênero.

Na divisão sexual do trabalho, as mulheres sempre são vistas como as responsáveis pela reprodução da vida, ou seja, pelo trabalho doméstico e de cuidados. No contexto do campo isso engloba ainda a provisão de alimentos, água, combustível (lenha) para a família. As mulheres são reconhecidas em vários países andinos como “guardadoras de sementes” e em geral desempenham papel ativo de resistência contra a privatização e/ou degradação do meio ambiente (TAPIA; LA TORRE, 1993; DE CICCIO, 2012; VIA CAMPESINA, 2013).

No entanto, o trabalho da mulher no campo segue, em grande parte, sendo visto como invisível. Apesar das mulheres participarem do conjunto dos trabalhos desempenhados nas propriedades familiares, permanece a visão de que o trabalho das mulheres no circuito produtivo é apenas uma ajuda, um auxílio ao chefe da família, o marido.

Nesse sentido, é fundamental que a agroecologia passe a dar destaque às mulheres como sujeitos da produção rural, valorizando seus saberes e suas práticas. O papel das mulheres como provedoras do alimento para a família tem importância crucial para a segurança alimentar no campo, como também para a produção de alimentos saudáveis, dois objetivos caros à agroecologia (TAPIA; LA TORRE, 1993; ONU, 2010).

É necessário assim apoiar os grupos produtivos de mulheres e possibilitar que elas tenham acesso a recursos produtivos para que possam desenvolver plenamente suas

Agroecologia voltado para os movimentos sociais do campo, no semiárido brasileiro. O curso, aprovado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), funcionará em regime de alternância, oferecendo 100 vagas destinadas a beneficiários dos programas e projetos de reforma agrária reconhecidos pelo INCRA.

¹² Patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder. Assim, as relações sociais baseiam-se numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação (DELPHY, 2009).

capacidades. Tal medida, além de uma forma de fortalecer o desenvolvimento da agroecologia é também uma política de combate às desigualdades de gênero no campo (ONU, 2010).

Mulheres, Agroecologia e a luta contra o Projeto da Morte em Apodi/RN

Em junho de 2011, o Governo Federal assinou o decreto de desapropriação de uma área de mais de 13 mil hectares na Chapada do Apodi, entre os municípios de Apodi e Felipe Guerra, ambos no estado do Rio Grande do Norte, para a implantação de um projeto de irrigação na área. A obra é patrocinada pelo Ministério da Integração Nacional e está sob o comando do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS. Para a implementação do projeto está previsto um gasto que ultrapassa os 240 milhões de reais, para garantir a irrigação de até 10 mil hectares destinado à fruticultura para exportação. Na localidade, compreendendo a área a ser desapropriada e a de influência indireta, hoje habitam cerca de 800 famílias divididas em cerca de 30 comunidades rurais. Mais de 150 famílias de pequenos agricultores terão que sair das terras onde tradicionalmente vivem há mais de 60 anos para dar lugar ao Projeto. Além de atingir diretamente as famílias dos pequenos agricultores, o projeto também vai impactar oito assentamentos que estão no entorno.

A implantação do perímetro irrigado ameaça por fim às experiências desenvolvidas por pequenos agricultores e agricultoras, que tornaram a região da Chapada do Apodi uma referência nacional e internacional de convivência com o Semiárido e de produções agroecológicas. Tais grupos populacionais possuem aspectos culturais, históricos e socioeconômicos próprios, sendo referência nacional em produção agroecológica e familiar e que, devido ao modo como o projeto está sendo executado, estão na iminência de uma série de violações aos seus Direitos Humanos, culturais, históricos e patrimoniais. A região apresenta, também, características de relevo, fauna e flora peculiares, possuindo uma ampla lista de espécies endêmicas, bem como formações arqueológicas de grande importância para o patrimônio e histórico e cultural brasileiro que, da mesma forma, encontram-se em risco latente de degradação.

O município de Apodi – RN, historicamente, tem articulado sua economia na produção agrícola tradicional, de sequeiro, com fortes experiências agroecológicas e sustentáveis, bem como na pecuária de ovinos e caprinos. Outro elemento que se destaca na economia rural de Apodi é a produção de mel, sem utilização de agrotóxicos, que tem gerado renda e aumentado a qualidade de vida dos agricultores da região, os quais, em sua maioria, estão organizados em cooperativas (DOSSIÊ, 2012).

Nesse sentido, a implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, direcionado aos grandes empreendimentos da fruticultura irrigada, poderá ser o fator de desarticulação da experiência agroecológica e de agricultura familiar no município. Percebe-se assim que há uma incompatibilidade de modelos de produção, onde se sobressaem a agroindústria e o agronegócio sobre a agricultura familiar e os modos de vida e produção tradicionais das comunidades (DOSSIÊ, 2012).

Em razão dessa problemática as comunidades camponesas bem como os movimentos sociais da região têm resistido fortemente à implantação desse projeto, dando origem assim a um conflito ambiental de caráter territorial e distributivo. Posto que estes sujeitos defendam um modelo de desenvolvimento rural baseado em alternativas agroecológicas, divergindo assim do que o projeto se propõe a fazer, que é a instalação da agroindústria na região, e por conseguinte disseminação do uso incriminado de agrotóxicos (DOSSIÊ, 2012).

Na linha de frente da resistência ao que ficou conhecido como “Projeto da Morte” encontram-se as mulheres. Esse grande envolvimento e protagonismo das mulheres com a luta na Chapada se deu pelo envolvimento das mulheres com os temas da soberania alimentar, reforma agrária e agroecologia, por compreenderem que essas bandeiras fazem parte da luta por igualdade e autonomia econômica das mulheres, que se articula com uma mudança estrutural no modelo de produção/reprodução e consumo. As mulheres da Chapada do Apodi tiveram que lutar muito para conquistar a terra e as condições para produzir, como água e infraestrutura. E da mesma forma tem que lutar para permanecer na terra. Perder as terras significa perder a autonomia econômica e ter que buscar outras formas de sobreviver, provavelmente na periferia das cidades (MMM, 2012).

Entre a assinatura do decreto de desapropriação, em 2011, e 2013, as diversas organizações da região se mobilizaram na resistência contra o “Projeto da Morte” (Figuras 12 e 13). Foram organizados atos, reuniões com autoridades públicas, seminários, campanhas, notas de repúdio, entre diversas outras ações de resistência, todas com forte protagonismo das mulheres rurais. Entre as ações organizadas destaca-se o envio de 2.000 cartas, pelas mulheres e suas organizações, à Presidência da República contra o projeto de irrigação da Chapada (DOSSIÊ, 2012).

Outro ato que ganhou grande destaque foi a ação organizada pela Marcha Mundial das Mulheres em 10 de dezembro de 2012. A ação caracterizou-se por 24 horas de ação feminista pelo mundo, em que milhares de mulheres estiveram nas ruas de 33 países. No Brasil, o dia foi marcado pela luta, resistência e solidariedade às mulheres da chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte e teve como lema “Somos todas Apodi” (Figura 12). A Ação contou com a participação de 3.000 mulheres em Apodi e mais milhares de mulheres em solidariedade por todo Brasil. Ao fim do ato, foi lido o estatuto das mulheres do Apodi (Tabela 2). O documento determina que o

Governo Federal deva considerar a chapada do Apodi como território da agricultura familiar camponesa, estabelece que a luta em defesa desse território é uma bandeira de todos aqueles e aquelas que defendem uma sociedade de igualdade (DANTAS, 2012).

Figura 12 – Mobilização das mulheres contra o “Projeto da Morte” – Apodi

Fonte: CF8, 2012.

Fonte: ASA, 2012.

Figura 13 – Substituição da placa do DNOCS pela placa da Agr. Familiar e Camponesa

Fonte: APODI DIÁRIO, 2012.

Tabela 2 – Estatuto das mulheres de Apodi

ESTATUTO DAS MULHERES DE APODI aprovado em 10.12.12	
Art.1º	Fica decretado que o governo federal, o DNOCS e a sociedade reconhecerão a Chapada do Apodi TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.
Art.2º	Fica decretado que de hoje em diante Nenhuma mulher saíra de suas terras por imposição do agronegócio e do capital e das transacionais. E que a agroecologia, a soberania alimentar e a convivência com o semiárido, continuarão sendo a realidade da Chapada do

Apodi.
Art. 3º Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar a natureza: A terra, a água, o ar, as florestas, as pessoas e nem o sol das manhãs. “O dinheiro se transformará em uma espada fraternal Para defender o direito de tentar e a festa do dia que chegou”.
Art.4º Fica decretado que as mulheres, os homens, a terra e a água estão livres do agronegócio, do agrotóxico, do capital, e da imposição do Estado. A terra será morada da justiça, da igualdade, da liberdade, da paz e da solidariedade.
Art. 5º Fica estabelecido durante 100 séculos, a prática sonhada da soberania alimentar, da igualdade entre homens e mulheres e o fim da divisão sexual do trabalho.
Art. 6º Fica decretado que o cheiro do sertão exalado pela florada do pereiro, da catingueira, do mufumbo, da aroeira, do juazeiro, continuará com sua pureza e livre da contaminação do agrotóxico, do agronegócio, das empresas e da imposição do estado.
Art. 7º Fica decretado que a Chapada do Apodi não voltará a ser patrimônio do latifúndio. Nenhuma mulher voltará a trabalhar de meeira, não haverá trabalho escravo e as empresas símbolo do capitalismo, não controlarão nosso território.
Art. 8º Fica decretado que a luta em defesa da Chapada do Apodi é uma bandeira de todos aqueles e aquelas que defendem uma sociedade de igualdade. E que a Chapada continuará com sua beleza, com sua gente e com sua alegria.
Art. 9º Fica acordado entre todas as mulheres do Brasil, que estaremos sempre em marcha, e não permitiremos que o capital controle nossas vidas, nossos corpos e nossos territórios.
Art. 10º Fica decretado que seguiremos em marcha até que todas sejamos livres. No Brasil isso significa também, até que o campo seja livre do agronegócio.

Fonte: APODI DIÁRIO, 2012.

Figura 14 – Campanha das mulheres contra o “Projeto da Morte”

Fonte: CF8, 2012.

Figura 15 – Campanha das mulheres contra o “Projeto da Morte”

Fonte: CF8, 2012.

Figura 16 – Campanha das mulheres contra o “Projeto da Morte”

Fonte: CF8, 2012.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforma-se no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 80, um extenso e heterogêneo campo chamado de Economia Solidária. Este campo é formado por

experiências cooperativas e associativas, que, em um primeiro momento, buscavam alternativas para geração de trabalho e renda diante da crise estrutural do emprego colocada no cenário nacional (TIRIBA, 2008). Com o tempo, a Economia Solidária vai ganhando complexidade, e hoje abarca gestores públicos, entidades de apoio e a mais diversa gama de iniciativas econômicas populares.

Apesar dos princípios ético-valorativos que dão uma unidade mínima a todas essas iniciativas, existem distintas visões sobre o que é e o que deverá vir a ser a Economia Solidária. Mais do que divergências teóricas ou abstratas, essas interpretações diferentes influenciam no objetivo estratégico dessas experiências e refletem modos diferentes de interpretar a realidade social, bem como projetos diferentes de sociedade.

Dentre estas diferentes interpretações, destacam-se três principais correntes: a Economia Solidária como um novo modo solidário de produção e distribuição para superação do capitalismo; a Economia Solidária como uma forma complementar à economia capitalista; e, por fim, a Economia Solidária como uma prática pedagógica da autogestão (WIRTH et al, 2010; CASTRO, 2011a).

Filho-me a esta terceira corrente interpretativa, em que um conjunto de autores (NASCIMENTO, 1999; DAL RI; VIEITEZ, 2008; TIRIBA, 2008; NOVAES, 2009; WIRTH et al, 2010, CASTRO, 2010; 2011a; 2011b; FARIA, 2011), centram suas análises sobre a vivência da autogestão, sendo esta um meio e um fim para a luta da classe trabalhadora. Assim, mais do que propor a gestão democrática das iniciativas econômico-solidárias, estes autores acreditam que a partir desta rica experiência pedagógica os trabalhadores podem se vincular a outras lutas, rumo a uma “sociedade dos livres produtores associados”. Nesses termos, a Economia Solidária configura-se como a prática pedagógica da autogestão possível nos nossos tempos.

A autogestão na história de luta dos/as trabalhadores/as

Desde o momento em que os/as trabalhadores/as foram expropriados/as dos meios de produção e impelidos/as a vender sua força de trabalho, a autogestão permeia seus horizontes. Ela surge como um instrumento de luta da classe trabalhadora que permite a ruptura com a disciplina e fragmentação próprias do modo de produção capitalista (FARIA, 2011).

A autogestão existe e se manifestou em várias formas. Desde as experiências mutualistas, as cooperativas de consumo (como a tão conhecida experiência de Rochdale) até experiências revolucionárias como a Comuna de Paris ou os *soviets* na primeira fase da Revolução Russa. Segundo Nascimento (2009), a autogestão entendida como os conselhos de

trabalhadores, pode surgir em momentos revolucionários de forma espontânea, ou incentivada por governos progressistas. Pode ainda ser entendida como possibilidades de autogestão em contextos defensivos, em geral na periferia do sistema capitalista, nos “pontos frágeis” do capital (BAYAT, 1997; LEFÉBVRE, 2008). É preciso ainda estudá-la de duas formas diferentes: “como ‘meio de luta’, abrindo caminho, e, como ‘meio de reorganização da sociedade’, a transformação ‘de baixo para cima’ da vida cotidiana e do Estado” (NASCIMENTO, 2009).

Os momentos de ruptura, de grande ebulição social, carregam em si o embrião de uma nova ordem e a necessidade de reorganização da sociedade e do poder, a ressignificação do espaço da cidade e da produção das condições de existência (LEFÉBVRE, 2008; FARIA, 2011). “Neste instante, quando se defrontam com a necessidade de reorganizar a produção e a vida social, os trabalhadores utilizam-se das mãos e da inteligência para a criação das suas próprias formas de organização (conselhos, comitês de fábrica, etc.), em completo antagonismo com as formas hierárquicas capitalistas.” (FARIA, 2011)

Portanto, a autogestão pode ser vista como uma tendência histórica do movimento dos/as trabalhadores/as. Assim o foi na Comuna de Paris de 1871, com os *soviets* na primeira fase da Revolução Russa, na Revolução Alemã de 1918/19, na Guerra Civil Espanhola de 1936/39, na Revolução Húngara de 1956, na Revolução Argelina em 1962, no Movimento de Maio de 1968 na Europa, a Primavera de Praga em 1968, na Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, na criação do sindicato Solidariedade na Polônia em 1978, a Comuna de Gdansk de 1980. (NASCIMENTO, 1999; 2009; FARIA, 2011)

Na América Latina, podemos dizer que desde a República Libertária no México em 1911 até a Revolução Cubana (1959) e Nicaraguense (1979) camponeses e operários tornam real a ideia de autogestão. No fim dos anos 60, tendo seu ápice em maio de 1968, houveram inúmeras revoltas contra o sistema capitalista. Podemos citar o “Cordobazzo”, na Argentina e as greves de Contagem e Osasco no Brasil, nas quais os operários partiam para a ocupação das empresas a partir das comissões de fábrica. Além do movimento operário, no Brasil, as ligas camponesas tinham a autogestão como um de seus princípios e podemos ousar dizer que muito antes, ainda no período escravocrata, tivemos a “Comuna de Palmares” também com algumas características autogestionárias (NASCIMENTO, 1999; NOVAES, 2009).

No Chile do governo de Salvador Allende, surgiram diversas práticas de autogestão marcando um grande período de grandes mobilizações de massa através dos chamados “cordões industriais”, como órgãos do poder operário. Assembleias gerais agrupavam os trabalhadores de uma zona industrial, criando coordenações operárias locais e reagrupando os órgãos populares

dos bairros vizinhos. O conjunto das atividades necessárias à manutenção da produção, distribuição e consumo e dos serviços de saúde é coordenado a nível superior pelos comandos comunais (comunas suburbanas, conselhos camponeses, centros de reforma agrária). Também surgiram as JAP (Juntas de Abastecimento e Preços) com o objetivo de gerir a distribuição, controlar os preços, lutar contra os atravessadores e o mercado paralelo — organizavam nos bairros as juntas de vizinhos, associações de jovens, pequenos comerciantes, clube de mães (NASCIMENTO, 1999).

Atualmente assistimos também a um crescimento das organizações associativas/cooperativas em países da América Latina que possuem governos identificados como progressistas, tal como a Bolívia, Venezuela, Equador, e até mesmo o Brasil, em alguma medida. No entanto, ainda carecemos de dados e bibliografia suficientes para analisar o que esse processo tem significado em termos de crescimento da autogestão e da autonomia dos povos.

Destarte, do ponto de vista global podemos afirmar que não estamos em um contexto de ruptura e as experiências autogestionárias ainda podem ser consideradas como estratégias de luta, como formas de resistência em uma conjuntura defensiva.

Sem a possibilidade de uma revolução geral, uma revolução política, a tendência dessas experiências autogestionárias é definhar ou serem cooptadas, conforme já nos alertava Rosa Luxemburgo em “Reforma ou revolução” e volta a nos lembrar de Mészáros (2002). Para o autor a sociedade pós-capital deverá ser uma “sociedade dos livres produtores associados”, onde terá sido superada toda forma de alienação. À alienação Mészáros (2002) associa quatro aspectos: “a) a alienação dos seres humanos em relação à natureza; b) à sua própria atividade produtiva; c) à sua espécie, como espécie humana; d) e de uns em relação aos outros”. (MÉSZÁROS, 2002; NOVAES, 2011)

Compreendemos, portanto, que apesar do contexto defensivo as experiências de autogestão hoje em curso podem indicar avanços no sentido da superação da alienação humana. É nesse íterim de contradições, avanços, lutas, derrotas que se insere a experiência que iremos analisar nessa pesquisa.

As mulheres na Economia Solidária

Para compreender o vasto universo que compõe a Economia Solidária, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem propondo, desde 2003, a construção de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Através de um mapeamento nacional, a proposta do SIES é identificar e caracterizar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as

Entidades de Apoio e as Políticas Públicas de Economia Solidária existentes no Brasil “com os objetivos de proporcionar a visibilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas” (SENAES, 2009). Até então, foram realizados dois mapeamentos nacionais (2005 e 2007) e deu-se início a um terceiro em 2009, ainda em fase de conclusão.

Até 2007 o SIES mapeou 21.859 EES o que inclui: cooperativas, associações e grupos informais. Dos EES mapeados 35% estão na área urbana, 48% encontram-se na área rural e 17% estão simultaneamente nas duas áreas. Esses empreendimentos reuniam 1.687.496 pessoas, das quais 63% eram homens e 37% mulheres (SIES, 2007).

Figura 17 – Participação de homens e mulheres segundo porte do empreendimento (%)

Fonte: SIES, 2007

Através dos dados disponíveis, observa-se que as mulheres estão concentradas nos grupos de menor porte. Elas predominam nos EES com menos de 10 sócios, que contam com a participação de 66% de mulheres. Já os homens estão mais presentes nos empreendimentos com mais de 20 sócios (58% nos EES de 21 a 50 sócios e 65% nos EES com mais de 50 sócios). Assim, podemos concluir que quanto menor o empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres.

Figura 18 – Distribuição das mulheres por atividade de Economia Solidária

Fonte: Wirth, 2010.

Em relação aos setores da economia em que as mulheres mapeadas estão mais presentes, observa-se uma concentração maior de mulheres em atividades agrícolas (36,1%). Como a maior parte dos EES está localizado no meio rural era esperado que a maior parte das mulheres estivesse na atividade agrícola. Nesse segmento as mulheres representam pouco mais de um terço dos trabalhadores (nos EES de agricultura 66% são homens e 34% são mulheres). Sobre esse dado, podemos questionar se a participação feminina não estaria subestimada, devido à invisibilidade da mulher nos trabalhos agrícolas.

No meio urbano, a fabricação de produtos têxteis concentra a maior parcela de mulheres, com 19,6% das mulheres mapeadas. Elas representam 85% da força de trabalho no setor. O terceiro lugar em termos de participação feminina é ocupado pelo setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, com 7,3% do total das mulheres mapeadas. Em quarto lugar, com 5,2% das mulheres mapeadas está à confecção de vestuário, setor que é composto por 83% de mulheres (WIRTH, 2010).

Podemos inferir, portanto, que a participação das mulheres na Economia Solidária reflete uma tendência à divisão sexual do trabalho observada na economia convencional, visto que a maioria das mulheres está concentrada em setores econômicos tradicionalmente femininos e relacionados à esfera dos cuidados e de reprodução da vida.

Por outro lado temos os EES com menor participação de mulheres, como é o caso das fábricas recuperadas, setor predominantemente masculino e que tem em média 40 associados. Nas fábricas, os homens figuram 68% da força de trabalho. Em relação ao total de mulheres mapeadas, a participação feminina nas fábricas recuperadas é de 0,3%. Assim, os empreendimentos maiores, com mais estrutura e maiores retiradas são ocupados predominantemente por homens, o que confirma a tendência à divisão sexual do trabalho supracitada.

Não temos dúvidas sobre a relevância de um sistema de informações no âmbito da Economia Solidária, pois poderá orientar a elaboração de políticas públicas mais eficazes. Reconhecemos o esforço que vem sendo despendido pela SENAES e as demais entidades que compõem a coordenação do SIES, para a sua elaboração, ampliação e constante aperfeiçoamento, em especial diante do pequeno volume de recursos que é destinado ao projeto. Contudo, principalmente devido a este fator, o sistema ainda apresenta uma série de limitações, principalmente quando nos propomos a analisar a situação das mulheres na Economia Solidária.

Nesse sentido, uma limitação que encontramos na pesquisa é que, ao tentar compreender a diversidade existente no campo da Economia Solidária, o SIES acaba tendo um olhar muito abrangente e focado especialmente nos empreendimentos e não em seus/suas trabalhadores/as, dificultando a realização de análises em profundidade sobre a situação das mulheres.

Dessa forma, não são percebidos os trabalhos não mercantis realizados por elas dentro e fora dos empreendimentos. Os trabalhos, especialmente reprodutivos, construídos historicamente como de responsabilidade feminina não são contabilizados. A organização não mercantil dessas atividades e uma articulação justa das esferas produtivas e reprodutiva teria potencialidade na Economia Solidária, mas o olhar do mapeamento ainda não abrange isso (FARIA, 2011).

O projeto de ampliar o mapeamento, iniciado em 2009, já apresenta avanços no sentido de ter um questionário específico para tentar captar dados em relação à realidade das mulheres¹³. Contudo, acredito que tratar as questões das mulheres como um adendo seja

¹³ Refirome aqui ao “Complemento Nacional Mulheres”, formulário complementar ao questionário oficial do Mapeamento Nacional de Economia Solidária que deve ser preenchido para os EES em que existam mulheres trabalhando, sejam elas sócias ou não. O complemento, bem como os questionários aplicados na edição 2009/2010 do mapeamento podem ser encontrados no endereço: http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_formularios.asp

insuficiente para que possamos compreender a inserção e atuação das mulheres no trabalho associado e na Economia Solidária.

Aponto então para a necessidade de olhar com mais cuidado para a divisão sexual do trabalho nos EES mistos, e naqueles exclusivamente femininos, indo além do espaço produtivo, abarcando também o âmbito da reprodução da vida. Além disso, o olhar para as experiências associativas desenvolvidas pelas mulheres, principalmente para aquelas que se encontram no âmbito da Economia Feminista e que não tem como objetivo central a inserção das mulheres no mercado de trabalho convencional é essencial. Esse olhar cuidadoso e essa valorização da experiência associativa das mulheres pode contribuir para a construção de outra economia e de outra sociedade de novo tipo, onde exista igualdade real entre homens e mulheres.

FEMINISMO

A presença das mulheres no campo é marcada por relações sociais de sexo, em que predomina a divisão sexual do trabalho e o patriarcalismo. Consequência disso é que, em geral, o campo está organizado em unidades familiares, em que é reservado às mulheres o papel de mães, esposas e donas de casa. A família é vista como um todo homogêneo, em que o homem representa o papel de “chefe de família” e tomador de decisões. Há, assim, uma forte hierarquia deste sobre a mulher e os filhos (FARIA, 2011).

Essa realidade, apresentada como natural, “na verdade é estruturada por uma relação social específica entre homens e mulheres, que tem como base material, uma forma de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho” (FARIA, 2011, p. 39). Em diálogo com a análise do materialismo histórico sobre a organização do trabalho, pesquisadoras feministas passaram a evidenciar a articulação entre classe e gênero no sistema pautado pela exploração do trabalho. Apontam que o mundo do trabalho também é marcado pela separação entre trabalhos masculinos e femininos, sendo os primeiros mais valorizados socialmente do que os últimos (HIRATA; KERGOAT, 2003; KERGOAT, 2010).

A divisão sexual do trabalho, que pretende dar conta de analisar a organização do trabalho em seu sentido amplo (produtivo e reprodutivo), se estrutura a partir de dois princípios. O primeiro é o da separação entre trabalhos de homens e de mulheres. Há trabalhos socialmente estabelecidos como masculinos e outros como femininos. O segundo princípio é o da hierarquização: os trabalhos masculinos são mais valorizados socialmente e consequentemente mais bem remunerados do que os femininos.

Dessa forma, em vez de tomar a dissociação entre as esferas produtiva e reprodutiva como algo estabelecido, imutável e menos importante para pensar a transformação social, demonstram que daí provém a desigualdade entre os sexos. Afirmam ainda que essa desigualdade não é secundária em relação à de classe, mas que estão mutuamente imbricadas (KERGOAT, 2010).

A partir dessa teoria, diversas autoras destacam a importância da exploração do trabalho feminino para o fortalecimento do atual sistema capitalista, o que ocorre através de duas lógicas. A primeira é a da superexploração da mão de obra feminina, cuja remuneração é em 30% menor do que a masculina. A segunda está relacionada à separação entre esfera da “produção” e da “reprodução”. Nessa divisão cabe às mulheres a maior parte do trabalho de “reprodução”, que não é remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2003; CARRASCO, 2006).

As mulheres, sobretudo as mais pobres, tem sua existência voltada à manutenção da vida. Colocam seus filhos no mundo e fazem de tudo para alimentá-los, educá-los, vesti-los etc. Se para isso for necessário enfrentar o sistema econômico, elas prontamente tomam a iniciativa. É sobre esse sentido profundo de justiça social, historicamente presente na mobilização feminina, que as reflexões da economia feminista lançam nova luz.

Isso não significa perder de vista a importante crítica a respeito da naturalização do papel das mulheres construída pelo pensamento feminista. As mulheres não são as únicas a gerarem as crianças e não são biologicamente as únicas responsáveis por elas e por todo o trabalho de cuidados daí decorrente. Os estudos de gênero tem se dedicado a comprovar que as questões atribuídas às mulheres não são naturais, mas socialmente construídas (SCOTT, 1990). Entretanto, analisar criticamente essa situação e afirmar teoricamente que ela é mutável tem causado pouco impacto sobre a vida das mulheres trabalhadoras pobres. Para estas, a responsabilidade que lhes é social e historicamente imposta continua sendo determinante na organização de suas vidas. Dessa forma, em vez de analisar a situação de responsabilização das mulheres apenas na perspectiva de denúncia da desigualdade social que recai sobre elas, o movimento feminista, mais recentemente, vem convertendo esses elementos no anúncio da emancipação das mulheres.

A Economia Feminista, que realiza a crítica da separação entre esfera produtiva e reprodutiva a partir de outra perspectiva teórica. Contestando a visão androcêntrica do pensamento econômico clássico e marxista, a economia feminista reivindica o reconhecimento do papel central que as mulheres desenvolvem para o funcionamento da economia (CARRASCO, 2006).

Esta teoria critica a forma como a economia clássica marca a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo apenas o primeiro contabilizado em suas análises, desconsiderando as contribuições econômicas do trabalho doméstico e, conseqüentemente, das mulheres. O sistema econômico capitalista pressupõe a separação e a subordinação do mundo da vida ao sistema do lucro. Nesse processo, o trabalho historicamente desempenhado pelas mulheres é ocultado.

Argumentam que o trabalho doméstico dá sustentação ao trabalho mercantil. Para as teóricas da economia feminista é necessária uma resignificação daquilo que se entende por trabalho, que seja visto de maneira mais ampla, considerando não apenas o trabalho assalariado, mas também aquele informal, o doméstico, a divisão sexual do trabalho nas famílias (CARRASCO, 2006).

Desde a gestação, passando pela alimentação, educação e manutenção, o trabalho feminino é fundamental para a sociedade e conseqüentemente para o sistema econômico. Se as mulheres não fizessem o chamado “trabalho de cuidados” não haveria força de trabalho disponível, alimentada, educada etc. (QUINTELA, 2006).

Assim, essa corrente teórica propõe a inversão do pensamento econômico: o enfoque deve recair naquilo que é desprezado pela economia convencional. Em vez de se centrar na lógica do lucro, esse outro sistema econômico deve se estruturar a partir das necessidades da vida (QUINTELA, 2006; GUÉRIN, 2005; DANTAS, 2008; SANTOS, 2009, CARRASCO, 2006 e 2008).

Nessa perspectiva, algumas experiências do movimento feminista articulam a proposta de auto-organização das mulheres e o trabalho de cuidados. Surgem então iniciativas de coletivização dos trabalhos de cuidados. São creches, restaurantes comunitários, lavanderias coletivas, muitas vezes ligadas também a outros movimentos sociais, que mostram na prática que o projeto de transformação social precisa necessariamente conceber outra articulação entre a esfera produtiva e reprodutiva e, conseqüentemente, outra compreensão do trabalho historicamente desempenhado pelas mulheres.

No contexto rural, articular o trabalho produtivo e reprodutivo passa por valorizar os trabalhos desempenhados pelas mulheres nos ‘arredores da casa’, nos quintais produtivos, com a criação de pequenos animais. Significa também reconhecer o trabalho realizado por estas na atividade econômica principal da unidade familiar. Muitas vezes tido como ‘ajuda’, o trabalho da mulher no ‘roçado’ é invisibilizado. Assim, é necessário que o trabalho das mulheres no âmbito produtivo deixe de ser visto como um apêndice ao trabalho do homem,

e passe a ser valorizado; bem como é necessário que passe a acontecer a corresponsabilização dos homens pelo trabalho doméstico e de cuidados (FARIA, 2009).

No entanto, nem todos os problemas advindos da divisão sexual do trabalho e do patriarcalismo são passíveis de serem resolvidos no âmbito da família. Nesse sentido, a busca pela autonomia das mulheres rurais passa pela estruturação e ampliação de serviços sociais, como o oferecimento de creches e escolas públicas no campo; como também pela construção de alternativas solidárias e coletivas (FARIA, 2009).

É nesse ínterim que se insere o trabalho da Rede Xique-Xique. Ao articular agroecologia, economia solidária e feminismo, a Rede Xique-Xique avança na luta pelo protagonismo das mulheres rurais. A Rede coloca-se ao lado da luta feminista na busca pela mudança do paradigma dominante na economia, voltado exclusivamente para o mercado, com o intuito de fortalecer outras expressões da economia, solidária e camponesa. A reafirmação da agenda feminista coloca para a Rede o desafio da construção de novas relações sociais, alterando a base material da divisão sexual do trabalho.

CAPÍTULO 3 – MUDAR A VIDA DAS MULHERES PARA MUDAR O MUNDO: Transformando vidas e a história

Neste capítulo, analisaremos as histórias de vidas de nove mulheres entrevistadas durante o trabalho de campo. A análise será realizada a partir de categorias discursivas que tornem possíveis a compreensão dos saberes gerados pela auto-organização de mulheres, bem como avaliar a capacidade transformadora destes saberes em suas vidas. Para entendermos as trajetórias de vida de cada uma dessas mulheres, apresento abaixo um quadro demográfico:

Tabela 3 - Perfil demográfico das mulheres entrevistadas

Nome completo	Idade	Cidade Natal	Cidade Atual	Ocupação	Escolaridade	Estado Civil	Filhos
Luciene de Oliveira	31 anos	Upanema/RN	Assentamento Monte Alegre II – Upanema/RN	Agricultora	Ensino Médio Completo	Casada	Três
Margilânia Luzia da Silva	30 anos	Caraúbas/RN	Assentamento Monte Alegre II – Upanema/RN	Agricultora	Ensino Médio Incompleto	Casada	Duas
Maria do Socorro Medeiros de Moura (Socorro)	34 anos	Upanema/RN	P.A. São Manoel II - Upanema/RN	Agricultora	Ensino Médio Completo	Casada	Três
Francisca Eliane de Lima (Neneide)	39 anos	Mossoró/RN	Assentamento Mulunguzinho - Mossoró/RN	Agricultora	Ensino Médio Completo	Divorciada	Três
Maria José da Silva (Bibia)	48 anos	Belém do Brejo do Cruz/PB	Assentamento Mulunguzinho - Mossoró/RN	Agricultora	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	Seis
Tatiana Muniz de Siqueira	40 anos	Guamaré/RN	Tibau/RN	Pescadora	Ensino Médio Completo	União Estável	Três
Francisca Helena de Paiva (Ica)	59 anos	Pau dos Ferros/RN	Agrovila Palmares - Apodi/RN	Agricultora	Analfabeta	Casada	Quatro
Francisca Antônia de Lima (Kika)	40 anos	São Francisco de Apodi - Apodi/RN	Comunidade de Laje do Meio - Apodi/RN	Agricultora	Superior Completo	Casada	Dois
Ivonilda de Souza Oliveira (Nova)	47 anos	Catolé do Rocha/PB	Agrovila Palmares - Apodi/RN	Agricultora	Ensino Médio Completo	Casada	Três

Fonte: Elaboração própria.

Todas as entrevistadas, com idade entre 30 e 59 anos, são oriundas de comunidades rurais do Rio Grande do Norte ou da Paraíba e atualmente moram em comunidades rurais na região oeste do RN. Em relação à escolaridade a maioria apresenta ensino médio completo, sendo que uma das entrevistadas iria completar o ensino médio no ano de 2013 e uma já possui ensino superior. É interessante perceber que grande parte das mulheres, segundo seus relatos, só chegou a completar seus estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos após se tornarem assentadas e muitas manifestam o desejo de ingressarem em cursos superiores.

Todas as mulheres estão ou já foram casadas e possuem filhos. Dentre as entrevistadas, a idade dos/as filhos/as mais novos/as variam entre seis (Margilânia) e 22 anos (Bibia e Ica). Algumas mulheres também disseram nas entrevistas que se casaram e começaram a ter filhos muito cedo. Por isso, apesar de ainda serem relativamente jovens, muitas delas já são avós e Dona Ica já tem até uma bisneta.

CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS: Trabalhando com frequência de termos

A categorização das entrevistas foi realizada com o auxílio do recurso frequência de termos oferecido pelo Software NVivo10. Este recurso permite ao pesquisador verificar qual o índice de recorrência de termos em um determinado conjunto de fontes. Neste estudo, buscamos as 100 palavras mais recorrentes¹⁴ com o número mínimo de quatro caracteres a partir das transcrições das nove entrevistas realizadas. O resultado pode ser observado na nuvem de termos abaixo:

¹⁴ Para filtrar a busca, foram pesquisadas as 100 palavras mais recorrentes considerando palavras exatas e similares. A tabela com todos os termos e similares mais frequentes encontra-se nos apêndices. Para que a fala da pesquisadora não influenciasse no resultado da frequência dos termos, a pesquisa levou em consideração somente as respostas das entrevistadas.

importante. Diante da análise de frequência podemos perceber que o tema ‘mulheres’ tem uma importância real na vida delas.

Outros termos que surgiram na pesquisa e que podem ser associados à categoria ‘mulheres’ são: ‘companheiras’, ‘meninas’ e ‘marcha’. ‘Companheiras’ em geral está associado a um contexto mais político e se refere a mulheres que atuam juntas em sindicatos, associações, movimentos sociais. O termo ‘Meninas’ surge nas entrevistas associada a dois contextos: quando as mulheres das comunidades chamam carinhosamente as mulheres que atuam como técnicas; ou quando se referem às suas filhas. Já quando elas se referem à ‘marcha’ o termo está ligado diretamente à Marcha Mundial de Mulheres, importante movimento social feminista, com forte atuação na região.

Tabela 4 – Frequência de termos categoria Mulheres

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
Mulheres	8	459	2,23	mulher, mulheres
Marcha	6	86	0,42	marcha, marchando, marchar, marchas
companheiras	12	63	0,31	companheira, companheiras, companheiro, companheiros
Meninas	7	59	0,29	menina, meninas, menino, meninos

Fonte: Elaboração própria

A partir desta categoria, os depoimentos dividem-se principalmente em quatro temas: história da formação dos grupos de mulheres; as motivações pessoais para participarem dos grupos; a importância da auto-organização e suas conquistas; e a importância da Marcha Mundial de mulheres.

Sobre a formação dos grupos, as entrevistas nos apontam para dois contextos diferentes. Em alguns casos os grupos formaram-se por iniciativa das próprias mulheres por meio de alguma liderança local que já possuía inserção junto a movimentos sociais, como é o caso do Grupo de Mulheres Unidas para Lutar, de Apodi, e do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, de Mossoró.

O assentamento foi criado em 98 (...) e quando nós entramos, que foi em setembro de 99, como eu já tinha uma história, assim, participava via as mulheres, achava muito importante a luta das mulheres, eu comecei a participar lá no meu assentamento. O assentamento tinha curso de capacitação, mas nenhuma mulher era sócia. Eu sempre levava o nome de metida, os outros companheiros dizia que o meu esposo era mandado por mim. (...) E quando tinha as reuniões, mesmo sem eu poder falar porque eu não era sócia, mas eu participava das reuniões. E isso eu sozinha, 23 homens e eu de mulher lá. Dizia que eu queria ser homem porque eu tava no meio

dos homens, e eu dizia que não. E quando eu chamei outra companheira né, a mulher de outro companheiro também que apoiava, (...) e aí ia nós duas. De 22 ia duas. E a gente começou. Aí houve o processo de eleição e o STTR acompanhou e começou a dizer que era importante a gente participar. E teve um momento que foi criado os estatutos das associações que tinha que ter 30% de mulheres na diretoria, e quando surgiu isso também veio que se viesse projeto tinha que ter 30% destinado para as mulheres. E isso aqueles que eram contra começaram assim a pensar que era importante deixar as mulheres permanecer. Então a gente fundou o grupo em 2003, o nome do grupo de mulheres lá é “Unidas para Lutar”. O grupo era com 18 mulheres, com esse grupo que a gente atua lá a gente viu a importância das mulheres irem para a diretoria, das mulheres tá representando a associação em outros espaços, como aqui no sindicato, como nível estadual, até nacional. Porque hoje mesmo acontece as feiras da agricultura familiar e a gente sempre tá mandando mulheres com produtos lá do grupo (Kika, Unidas para Lutar, Apodi).

Francisca Lurdes que é uma antiga moradora de lá também, junto com minha mãe, elas vieram participar de uma atividade realizada pelo sindicato de trabalhadoras rurais aqui de Mossoró junto com o CF8 (...). E aí elas vieram nessa reunião e começaram a perceber que existiam grupos de mulheres organizados e que precisavam voltar pra comunidade e organizar grupos de mulheres. (...) Ainda não tinha agrovila, ainda era barraco ainda, andavam na carroça chamando as mulheres para participar de uma reunião para formar o grupo de mulheres, e aí elas conseguiram formar o grupo de mulheres, trouxeram o Centro Feminista para fazer a primeira atividade com as mulheres e aí depois eu comecei perceber que existia esse grupo de mulheres na comunidade, eu comecei a ser convidada e eu dizia que eu ia desde que meus filhos pudessem ir também porque eu não tinha como deixar porque meu esposo saía para a roça, eu ficava em casa, as vezes ajudava, “ajudava” né na época, ajudava o marido na roça e não tinha como deixar, se fosse para participar de algum curso, de alguma atividade eu tinha que levar meus filhos. E aí o grupo aceitou e eu comecei a participar do grupo de 96 para 97 (Neneide, Decididas a Vencer, Mossoró).

Outro contexto também importante para a formação dos grupos de mulheres é o incentivo das entidades de assistência técnica. Em algumas localidades, principalmente nos assentamentos mais recentes, a assistência técnica teve papel fundamental no fomento à criação dos grupos, como nos relata Luciene, no caso do Grupo de Mulheres Lutando para Vencer, de Upanema. O fato de já existirem experiências de grupos de mulheres em outros assentamentos próximos também contribui na ação de fomento promovida pela assistência técnica.

Foi mais por incentivo dos técnicos da gente que incentivou, que toda comunidade precisava de um grupo de mulheres. Que um assentamento tão grande desse as mulheres nenhuma se reunir, não ter autonomia de estar unidas, organização. Aí a gente foi tendo noção, a COOPERVIDA ela foi incentivando, fazia oficinas. Ela tinha vezes de vir aqui passar dois, três dias pra fazer oficina com a gente. A COOPERVIDA incentivou muito as

mulheres pra começar a organização da gente (Luciene, Lutando para Vencer, Upanema).

No entanto, independente do contexto de surgimento do grupo, a assistência técnica mostra-se indispensável no apoio aos grupos. Em alguns casos é somente com a dinâmica das reuniões e visitas da assistência técnica que as mulheres conseguem liberar-se dos trabalhos em casa e participar das atividades coletivas. Nos grupos visitados, as mulheres já haviam conseguido estabelecer seu próprio calendário de atividades, independente da presença das técnicas. Mas todas reconhecem a importância destas no desenvolvimento dos grupos, em todos os seus estágios de desenvolvimento.

Quando questionadas sobre os motivos que as levaram a participar dos grupos, as mulheres relatam que conforme os temas relacionados à vida das mulheres começaram a emergir, elas passaram a querer fazer parte dessa discussão. A partir do momento em que participavam de debates sobre o trabalho das mulheres, direitos, prevenção da violência contra a mulher, elas passavam a refletir sobre o próprio cotidiano e daí surgia a vontade de mudança. Contudo, as mulheres só viam possibilidade de mudança a partir da auto-organização. Como na maioria das vezes as negociações a cerca do seu trabalho, dos seus direitos, começava dentro da própria casa, a organização coletiva foi uma estratégia natural de fortalecimento das mulheres. A necessidade de se sentir importante na comunidade e de ter seu trabalho valorizado surge então como motivação e também como resultado da auto-organização.

Porque na época assim, a mesma história do valor, dessa história do poder do homem sobre. Por mais que eu não tivesse, eu não necessitasse de algo para comer, mas assim, eu não tinha minha própria renda, eu não tinha minha liberdade como mulher de poder sair, de poder estar, de todas essas coisas que nós somos privadas de ter, de participar da associação. Quando eu comecei a ver as mulheres se organizando, participando das coisas, eu comecei a perceber que eu também precisava disso. Que as mulheres estavam ocupando dentro da comunidade um espaço que eu também queria ocupar, que eu também queria estar. E aí eu não podia porque ele é que podia ir para a reunião, e eu tinha que ficar com os filhos, era ele que poderia comprar quando queria uns bichos ou vender porque o dinheiro na cooperativa era dele, não era meu. E eu comecei a perceber que eu também queria ser sócia da associação, que eu também queria participar das formações, que eu também queria ser algo que eu estava percebendo que estava crescendo dentro do assentamento e que eu não fazia parte (Neneide, Decididas a Vencer, Mossoró).

Eu era doméstica, trabalhava em casa de família, não tinha meu trabalho valorizado, não era reconhecido, tinha bastante dificuldade para ir a escola, que inclusive eu consegui concluir o segundo grau agora nesse ano depois de tanto tempo, que já era pra eu ter terminado até a faculdade, mas não foi possível porque também eu venho de família de agricultores, que antes era bem mais difícil. E hoje a gente fala que nós não somos reconhecidos, imagine antes, que não tinha tanta luta. E eu hoje me valorizo, tanto como mulher, como agricultora, porque eu sei que ainda falta muito pra gente conquistar, mas já conquistamos bastante que deu pra gente se valorizar, pelo menos assim melhorar nossa autoestima e saber realmente quem nós somos. Foi difícil chegar até aqui também. Lógico que teve uma dificuldade imensa de chegarmos até aqui, no assentamento, pra conseguirmos esse pedaço de terra, onde a gente pode tirar nosso próprio alimento, mas que hoje eu agradeço e tenho certeza que daqui eu não quero sair (Socorro, Unidas Venceremos, Upanema).

A autonomia passa a figurar como pauta fundamental para aquelas mulheres que até então, na sua maioria, nunca havia exercido atividades remuneradas fora do contexto doméstico. A autonomia econômica surge assim como base primordial para o desenvolvimento das outras formas de autonomia. Desta forma, uma das primeiras lutas das mulheres organizadas em seus assentamentos foi pela participação das mulheres na associação, tal como relatado por Kika acima. A associação do assentamento, além de importante papel político representativo, exerce também o papel de captador de recursos para desenvolvimento de projetos de investimento. Como em um primeiro momento as mulheres não eram reconhecidas como sócias da associação, não era permitido a elas participarem das decisões tomadas, inclusive as que se referiam a divisão das terras e dos recursos.

A partir da auto-organização, as mulheres passam a reivindicar a sua participação como sócias nas associações dos assentamentos, inclusive pleiteando pequenos lotes para que pudessem desenvolver as atividades produtivas de seus grupos. Esse é um primeiro, e essencial, passo em busca do reconhecimento e da autonomia dessas mulheres.

A gente começou a ter reunião com o Centro Feminista, sobre direito da mulher, saúde da mulher, e nossa primeira atividade do grupo organizado foi conseguir ser sócia da associação, porque a gente não era sócia. Só era sócia quem era titular quem era posseira, no caso minha mãe era porque ela era titular. As outras mulheres não participavam da reunião porque diziam que quem fazia parte da associação era os homens, as mulheres não faziam parte. E foi aí nossa primeira atividade organizada foi dizer que nós também queríamos ser sócias. E a gente começou a dialogar quem era que dava esse direito? Era nossos maridos, era nossos vizinhos, era nossos irmãos que existia lá no assentamento. E aí foi uma primeira atividade do grupo foi chamar o sindicato do trabalhador rural, foi chamar a associação,

convocar uma assembleia pra gente ter direito a ser sócia, as mulheres. E aí a gente conseguiu esse direito de ser sócia e a gente começou a participar das reuniões. E aí a gente começou a se inteirar que existia crédito, que existia outras coisas que eram discutidas na comunidade que as mulheres não tinham acesso e nem tinham direito. Dizia assim entre aspas que tinha porque é da família, e da família as mulheres faz parte, só que a gente não tinha direito de intervir, de discutir, de dizer o que a gente queria fazer com esse recurso. Quando a gente via a gente já era endividada, mas a gente não tinha direito a pegar, a ter um animal, a ter direito a vender. Aí a gente começou a provocar, a discutir que a gente queria um crédito específico para as mulheres (Neneide, Decididas a Vencer, Mossoró).

Antes também a reunião da associação era só com os homens. E eu comecei a participar (...). Mas aí depois eu comecei a conversar com elas, já participava daqui né, das reuniões da comissão do sindicato e quando eu chegava lá eu conversava e incentivava que elas fossem. Nós também temos direito de participar da associação, e não só participar, estar lá presente, estar lá também. Hoje quando a gente vai pra uma reunião, em muitas reuniões só quem fala é as mulheres. Como você viu naquele dia que você chegou lá, presenciou, as mulheres era a frente do movimento (Nova, Juntas Venceremos, Apodi).

Com a auto-organização as mulheres começam a se organizar para pleitear pautas que, apesar se serem de interesse de todo o assentamento, são fundamentais para o desenvolvimento de seus trabalhos. Um exemplo é o caso relatado por Socorro. As mulheres organizaram-se e pleitearam junto ao poder público a instalação de cisternas para captação de água no assentamento. Como vimos no capítulo dois, a garantia da água no contexto do semiárido é essencial para a reprodução da vida, e a aquisição de tecnologias que facilitam o acesso a água adquire importância singular para a vida das mulheres.

(...) A gente já participava de movimentos através do centro feminista lá em Mossoró onde de lá nós fizemos uma carta para o presidente Lula e nessa carta estava escrita, a gente botou a nossa maior necessidade aqui do assentamento, do município, mais especificamente do assentamento, que era a água, naquele momento. Nós temos água, mas só que a nossa água não é de boa qualidade, ela é uma água salobra. Então a gente botou a nossa maior necessidade, a água né, que existia o inverno que era bom, mas que não tínhamos um reservatório, um depósito, uma vasilha que guardasse, pra manter durante o ano todo. Então a gente botou a água. E quando foi em 2004 o CF8 veio nos dar assistência e dizendo que aquela carta tinha sido respondida, tinha tido resposta e que deu a ideia das cisternas de placa. E que elas procurou, brigou, na luta, pra que as mulheres também pudessem, pra que pudessem ser capacitadas mulheres cisterneiras. Aí foi onde as mulheres do grupo, foram quinze mulheres do grupo que fizeram a capacitação e construíram as cisternas, (...) e foi daí que a gente tomou gosto de permanecer na luta, e conseguir vencer, vencer e só vencer. Mesmo que a gente não consiga manter o vencimento, mas a gente tem aquele

objetivo cumprido, realizado. E foi daí que a gente começou a se reunir mais né (Socorro, Unidas Venceremos, Upanema).

As mulheres começam a ter a percepção de que é somente com a auto-organização e o fortalecimento dos grupos de mulheres que conseguirão avanços naquilo que elas consideram prioritário. De certa forma, percebem que a suas bandeiras de lutas não podem ser encampadas por outros que não elas próprias.

A liberdade das mulheres. Só quem consegue é a gente. Você acha que os homens querem as mulheres livres? Os homens não querem, os homens são machistas e vão morrer machistas. As mulheres tem que correr atrás da liberdade delas. A violência da mulher. Se ela não correr atrás os homens não vão não (Margilânia, Lutando para Vencer, Upanema).

Nessa questão das mulheres garantir o espaço delas eu acho que é porque a sociedade hoje ela ainda é muito capitalista e se as mulheres hoje se organizando, auto-organização, tendo um espaço um espaço que é só delas se ainda tem a dificuldade que tem na questão da violência, na questão da exploração do trabalho doméstico, imagina se elas não tivesse auto-organização, se elas não se organizassem em grupos, que situação é que as mulheres viviam? Ainda viviam em uma tempestade e tanto! Eu acho que isso é importante e precisa mudar muito a vida das mulheres pra que nossa sociedade veja como mulher, que a mulher tem decisão própria, que ela pode, que ela também tem o espaço dela, que não tem aquela história de que no campo de trabalho tá lá o homem e a mulher fazendo a mesma coisa mas o homem leva a melhor e a mulher com mais trabalho leva a pior. Eu acho que a gente ainda tem que lutar muito pra ter essa igualdade (Tatiana, COOTIPESCA, Tibau).

Nesse sentido, as mulheres ressaltam a importância de participarem de espaços de auto-organização mais amplos do que apenas os seus próprios grupos, como a Marcha Mundial de Mulheres.

Aí assim, pra mim, por mais que a Marcha ela tenha sido só em 2000 aqui no Brasil, mas pra mim assim, quando eu falo do grupo pra mim é a Marcha também. Por mais que o grupo tenha vindo antes, o grupo da gente tenha acontecido antes, mas assim eu não consigo separar, porque minha formação, minha integração com outras mulheres, tudo isso veio da Marcha Mundial de Mulheres. Eu também não consigo separar o grupo Decididas a Vencer da Marcha, porque a Marcha que faz a gente partir do local pro nacional, pro internacional. Assim, eu não consigo separar a ação do grupo da Marcha, porque pra mim a Marcha ela traz toda essa história da auto-organização das mulheres, ela trabalha toda essa história da reivindicação, porque a gente tem hoje a titulação conjunta da terra, a violência, a Lei Maria da Penha, o como a violência, nessa história da Marcha reivindicar isso, de como isso essa história de ter a prevenção que é a auto-organização dos grupos, a partir da auto-organização supera a violência. A história de

lutar contra a pobreza que é a história dos grupos, da autonomia econômica. Assim, eu não consigo ver o grupo e ver a Marcha, pra mim é quem faz com que a gente saia daqui pra ir pra cá, eu não consigo separar. Pra mim a Marcha é tudo isso que eu já falei do grupo. É quem faz a gente perceber que a luta é a mesma, que a dificuldade é a mesma, que o objetivo é o mesmo, tudo das mulheres (Neneide, Decididas a Vencer, Mossoró).

Pra mim é importante porque é na Marcha Mundial das Mulheres que eu vejo que não sou só eu mulher, que não são só as mulheres daqui, da nossa comunidade, do meu grupo, são mulheres de todo mundo, todo canto do Brasil que tá lá junto lutando pelo mesmo objetivo que é meu. Que as vezes a gente questiona, eu questionava sempre “ah, eu passo por tudo isso, eu tenho todos esses problemas e quando eu chego junto com as mulheres eu vejo que lá também tem os mesmos” e é lá que a gente consegue unir força e lutarmos, sabendo que cada canto do mundo, em todo canto do mundo na verdade tem grupo de mulheres que são igual o nosso e que estão lutando pelos nossos mesmo objetivos. Eu me sinto muito feliz. Eu me sinto realizada na Marcha, muito, muito mesmo (Socorro, Unidas Venceremos, Upanema).

Com a participação no movimento feminista as mulheres passam a se reconhecerem não só nas companheiras dos grupos, que vivem no mesmo assentamento, mas com milhares de outras mulheres do mundo todo, conforme vimos nos trechos acima. Essa capacidade de se reconhecer no outro e sentir empatia gera um novo tipo de solidariedade entre as mulheres, capaz de atravessar os limites do próprio grupo e da própria comunidade. Começam então a perceber que sua luta não é só sua, é de muitas, e que não é um acontecimento isolado, mas sim uma luta histórica.

E a Marcha existe também porque houve um grande grupo de mulheres guerreiras, como Olga Benário, Rosa Luxemburgo, como outras mulheres da luta né, como Elizabete Teixeira, que até hoje tá viva, é pernambucana ela se não me falha a memória, e Margarida Alves, que foi uma sindicalista aqui da Paraíba que recentemente né, recentemente assim porque não faz mais de quinze anos que ela faleceu. O nosso auditório aqui tem o nome dela, Margarida Alves, aqui de Apodi, então isso foi lutas e por isso que surgiu a Marcha Mundial de Mulheres. Porque essas mulheres tiveram muita luta importante, deram suas vidas, é isso que a gente trabalha muito com os grupos Mariana, a gente fala assim que pra nós hoje estar reunidos teve que alguém que perdeu sua vida, derramou seu sangue e mostrou que isso é importante pra vida da gente, entendeu, então porque nós também não se organizar, não lutar? Então a Marcha é muito importante por isso. Eu acho que despertou coisas, porque em canto nenhum, em comunidade nenhuma existia luta de mulheres se não tivesse acontecido tudo isso (Kika, Unidas para Lutar, Apodi).

A Marcha para mim significa liberdade (Tatiana, COOTIPESCA, Tibau).

Fortalecidas em seus espaços auto-organizados, as mulheres sentem-se mais seguras para participarem das atividades mistas, seja em nível local, como as reuniões das associações dos assentamentos, seja em nível municipal, como os sindicatos, ou até mesmo em nível nacional, como Fóruns e Conselhos. Neneide, que desempenhou a função de coordenadora nacional da Rede Xique-Xique e a representa nas entidades ligadas à economia solidária, relaciona a dificuldade das mulheres interferirem nesses espaços à falta de auto-organização das mulheres que estão ligadas ao tema.

Tem muita dificuldade hoje, por não ter e não compreender a necessidade de ter a auto-organização das mulheres para estar nesses espaços mistos. (...) Tem muita dificuldade de intervenção das mulheres nesses espaços. O que eu percebo é isso, falta mesmo desses espaços de auto-organização. Eu compreendo como esse espaço ele é muito importante para essa reafirmação, da importância de trabalhar com as mulheres, da importância de você estar nesses espaços, se não a gente é engolida pelo o que a sociedade diz: tem o que é de homem, o que é de mulher, cada qual no seu lugar. Eu vejo uma dificuldade muito grande e compreendo também assim que hoje que a gente que é de empreendimento, de grupo, não ter essa reafirmação, de estar nesses espaços, que a gente é engolido por algumas entidades, seja ela entidade nacional, seja ela entidade do seu convívio, porque a gente é visto muito como beneficiária, não como pessoa que tem que estar na gestão dizendo o que eu quero, o que eu não quero, o que eu posso, o que eu não posso, isso é assim, isso é errado. A gente é visto como simples beneficiário que precisa de alguma coisa pra produzir, ou não precisa estar nesses espaços políticos. Eu vejo muito isso, como que a gente é visto, e se a gente não tiver condições de estar nesses espaços, na gestão, a gente é engolido, tanto pelo governo, mas também por entidades, porque aí as pessoas ficam achando que a gente só merece ser visto como beneficiário (Neneide, Decididas a Vencer, Mossoró).

A bandeira da auto-organização de mulheres transcende assim a própria Rede Xique-Xique e chega às outras organizações nas quais as mulheres atuam, tais como os Fóruns Brasileiro e Potiguar de Economia Solidária e os Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais. As mulheres passam a fomentar a criação de espaços auto-organizados para discutir as questões das mulheres e fortalecê-las no debate com o todo da organização. Em busca de sua autonomia, o trabalho das mulheres segue sendo um dos principais pontos de debate nesses novos espaços auto-organizados, e é também o tema da nossa próxima sessão.

Categoria 'Trabalho'

Passando para a categoria Trabalho, vários termos nos mostram como está organizado o mundo do trabalho na região. Em um sentido mais estrito podemos encontrar os termos ‘trabalho’ e ‘dinheiro’. Por se tratar do contexto rural os termos ‘terra’, ‘produzir’, ‘plantar’, ‘criar’ também estão relacionados ao contexto do trabalho. Por fim a Rede Xique-Xique está intimamente relacionada ao trabalho dos grupos de mulheres da região, por isso podemos relacionar também os termos ‘rede’, ‘xique’ e ‘projeto’, já que a Rede Xique-Xique opera a partir de vários projetos, viabilizando o trabalho das mulheres em suas comunidades.

Tabela 5 – Frequência de termos categoria Trabalho

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
trabalho	8	222	1,08	trabalha, trabalhador, trabalhadora, trabalhadoras, trabalhadores, trabalham, trabalhando, trabalhar, trabalhasse, trabalhava, trabalhei, trabalho, trabalhos, trabalhou
rede	4	74	0,36	rede, redes
dinheiro	8	57	0,28	dinheiro
criou	5	51	0,25	criada, criado, criando, criar, criava, criei, crio, criou
produzir	8	47	0,23	produz, produzem, produzia, produzido, produzimos, produzindo, produzir
terra	5	43	0,21	terra, terras
xique	5	38	0,18	xique
plantar	7	38	0,18	planta, plantamos, plantando, plantar, plantas, plantava, plantavam, plantei, planto
projeto	7	35	0,17	projeto, projetos

Fonte: Elaboração própria

Todas as mulheres entrevistadas relataram ter origem campesina, ou seja, o trabalho no campo lhes era familiar desde a infância. Ao mesmo tempo em que elas demonstram ter orgulho de suas origens, por serem trabalhadoras desde muito cedo e também por adquirirem vários aprendizados desde a mais tenra idade, elas procuraram oferecer aos seus filhos e filhas outras oportunidades além do ‘roçado’.

Eu trabalhei muito de roçar, na roça. Meu pai me criou trabalhando na roça. Eu casei, fiquei na mesma luta, trabalhando de roça, na roça. Depois eu fiquei viúva daí fui criar meus quatro filhos né. Tenho quatro filhos, fui criar eles. Fiquei viúva muito nova, fiquei com filho de 10 meses, fui trabalhar na enxada pra criar meus filhos né, porque eu não tinha emprego, eu não sabia ler, como é que eu ia criar meus filhos, já era acostumada a trabalhar na roça né (Ica, Juntas Venceremos, Apodi).

(...) Eu cresci na roça, trabalhando com meus pais, plantando, limpando, colhendo. (...) Porque na minha época eu trabalhava muito, estudava, mas morria de trabalhar (Margilânia, Lutando para Vencer, Upanema).

(...) Meu pai trabalhava na agricultura, fazia também carvão. Ele trabalhou fazendo carvão 14 anos, mas a gente também trabalhava com ele, trabalhava na roça, cortando lenha de machado e tudo (Nova, Juntas Venceremos, Apodi).

Ainda sobre essa tradição campesina, esse ‘saber fazer’ das mulheres rurais, Neneide traz à discussão um elemento interessante. Por ocupar uma posição de liderança no interior da Rede Xique-Xique, muitas vezes ela desenvolve atividades de representação, que não estão estritamente ligadas ao contexto rural. No entanto ela destaca que, independente da posição que ocupe, sua identidade é de agricultora e é esta identidade que a define.

Eu tenho a compreensão de que tudo que eu fui educada foi através do grupo. Eu não vejo minha vida, só meus filhos de coisa boa que eu tive. Por isso que o grupo pra mim ele é tudo. Eu costumo dizer assim, se eu voltar hoje dos espaços que eu estou, da militância, ah que você trabalha em projeto, recebe dinheiro e tal, eu não vivo hoje completamente do grupo, mas se eu voltar para o assentamento eu não vou passar fome porque eu tenho lá a produção, eu sei produzir hortaliças, eu trabalho com apicultura, eu vou ganhar com o trabalho rural, eu não tenho medo nenhum de voltar porque eu não vou começar de novo, porque eu nunca parei (Neneide, Decididas a Vencer, Mossoró).

Sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres entrevistadas, quatro questões apareceram de forma predominante nos relatos: a importância de possuir renda própria e a autonomia econômica, bem como destacado na sessão anterior; o trabalho coletivo e a Rede Xique-Xique; as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de determinadas atividades produtivas em decorrência da forte estiagem; e a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo.

A cerca da autonomia econômica, os relatos se assemelham na afirmação da importância da mulher ter uma fonte de renda autônoma, independente do marido. Essa situação de autonomia lhes dá confiança para dialogar com seus companheiros em maior situação de igualdade.

(...) É muito triste pedir dinheiro ao marido e o marido perguntar para o que é. Tudo no mundo é “fulano me dê tanto, me dê tanto assim”. Eu trabalho com mel, eu faço crochê, eu costuro, eu digo que eu não sei nem o que eu sou. (...) Eu sou agricultora, sou apicultora, sou costureira, faço crochê. Eu me identifico mais como agricultora, mas tudo isso eu faço já pra mim ter minha renda (Bibia, Decididas a Vencer, Mossoró).

A partir do debate da autonomia econômica, as mulheres passam a pautar a renda própria não só para si mesmas, mas também para os grupos dos quais fazem parte. É quando iniciam a discutir formas de financiamento e captação de recursos para seus grupos, com intuito de financiar aquelas atividades que as mulheres consideram prioritárias. Nesse contexto surgem também experiências de finanças solidárias, alternativas que funcionam como uma poupança coletiva, que estimula a participação das mulheres nos grupos e são uma forma de autofinanciamento.

(...) Hoje tem mulher que tem uma visão diferente de ser mulher. Elas já vê de outra maneira. E da associação, como você falou, aqui tem associação, aqui realmente tem, mas nós queremos formar nossa própria associação de mulheres. Mas infelizmente esse desafio a gente não venceu, que as mulheres sócias, são as mulheres... As mulheres do grupo são todas sócias, mas são sócias dentro da direção. Então esse é um desafio que a gente luta ainda, porque como a gente precisa de algum recurso pra pagar um deslocamento, pra gente viajar, a gente nunca tem. Então assim, e quando a gente precisa tirar os homens dizem logo “as mulheres querem dinheiro pra ir andar, só pra ir feito besta no meio do mundo, só pra ir gritar, ser besta”. Então esse é um desafio que a gente quer vencer ainda que é formar a nossa própria associação, ter nosso próprio dinheiro (Socorro, Unidas Venceremos, Upanema).

(...) GOLD né, significa Grupo de Oportunidades Locais de Desenvolvimento. Aí o regulamento do GOLD é que a gente tem direito a empréstimo próprio. (...) É se cada mulher, se eu por exemplo, tivesse com meu papel da energia atrasado e não tinha de onde tirar, eu vinha no grupo e comunicava pra elas, pras demais “eu to precisando de tanto pra mim pagar o papel de energia, e eu quero que vocês me emprestem”, aí o grupo vai e emprestava o dinheiro pra mim, pra mim pagar minha energia e eu ia pagar o grupo com um juro baixo de 2%, sobre o dinheiro que eu pegar. Isso servia pra qualquer uma. Pra alimentação se tivesse precisando, pra doença e pra esses tipos de coisas, como papel de energia, bujão. Era assim, o regulamento da gente tinha essa prioridade pra gente, pras mulheres. E assim podia pegar emprestado se eu quisesse comercializar, colocar um comércio pra mim, eu pegava emprestado, ia comercializando e ia pagando parcelando ao GOLD, ao grupo (Margilânia, Lutando para Vencer, Upanema).

Além das dificuldades enfrentadas na busca pela autonomia econômica, seja delas mesmas ou dos grupos, as mulheres relatam as dificuldades de manter suas hortas e pomares, bem como a criação de pequenos animais durante o período de estiagem.

(...) Aí a gente ficou sem fazer nossos plantios assim de canteiro pro nosso uso. Elas [técnicas] deram umas coisas a gente, umas telas que a gente criava galinha, que eu parei de criar galinha que só dava prejuízo. É ou

plantar ou criar. Aí nessa seca grande desse jeito a gente não tem condições de comprar comê pra gente e pra bicho, pra galinha, aí nós paremos de criar galinha (Ica, Juntas Venceremos, Apodi).

Aí agora só tem o quê, tem poucas plantas, tem pé de mamão também, tem quase nada não. Esperando pra ver complementada aí pra movimentar. Aí também tem o quintal das minhas galinhas que elas ficam hora aqui dentro, hora lá fora. Deu pinto também, e pinto não fica em quintal de madeira. Aí pronto, tem que parar, porque eu não vou dar fim às galinhas. E eu quero plantar e quero criar. (...) Mas continuar, eu vou. Muito coentro, beterraba, alface, tudo eu já colhi lá (Luciene, Lutando para Vencer, Upanema).

Responsáveis por um trabalho invisibilizado, as mulheres garantem a segurança alimentar de suas famílias, evitando a aquisição de alimentos fora do contexto familiar. As políticas de convivência com semiárido, desta forma, devem promover a valorização e viabilidade dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres nas unidades familiares e, a partir dos princípios da agroecologia, promover a alimentação saudável.

Nesse contexto, diversas experiências passam a ser gestadas nos grupos para garantir a produção, ao menos no nível de autoconsumo. As mulheres apresentaram experiências de fundos rotativos de mudas, sementes e pequenos animais, além das trocas de experiências como forma de melhorar a produção. É nesse interim que a Rede Xique-Xique é apontada como uma forma de fortalecimento dos grupos e das próprias mulheres. O trabalho coletivo é contraposto ao trabalho individual e visto como a melhor forma de alcançar os melhores resultados.

Quando a gente trabalha em grupo é diferente de um trabalho individual, porque muitas vezes a sua produção é pouca, mas você trabalhando em um grupo sua produção aumenta. Existe pessoas que trabalha mais vagarosamente, outras que trabalha com mais facilidade. E quando você trabalha no grupo você divide tudo, seus problemas, você divide o trabalho, divide as angústias, mas também divide as alegrias. E aquele grupo quando ele surgiu começou a surgir justamente de apoio umas as outras (Tatiana, COOTIPESCA, Tibau).

Antigamente a gente trabalhava muito assim sem solidariedade, a pessoa trabalhava pra seu próprio consumo. E quando você não participa de um movimento, não tem conhecimento, pensa só em produzir pra ter lucro e não pensa em produzir para ter qualidade. E a rede ela é muito importante porque a vida das mulheres melhorou muito. Tanto na relação de tá se unindo pra melhorar as suas rendas, pra tá participando da Rede, pra ter mais conhecimento, então a Rede Xique-Xique é fruto dos movimentos, das mulheres, das comercializações também porque nós sabemos que as vezes nós produzimos o atravessador leva por um pouco bem pequeno, e isso mostra que a gente pode tá fazendo, produzindo pra o consumo. Porque a

Rede Xique-Xique, por ser feminista, ela tem um entendimento que você não é só pra produzir para o lucro, é pra produzir pra boa qualidade, pra boa condição de vida, ter uma alimentação mais saudável, uma mesa mais farta (Kika, Unidas para Lutar, Apodi).

Mas o trabalho dessas mulheres não acontece só no contexto estrito. Para as mulheres entrevistadas o trabalho na roça também está intimamente relacionado com a participação delas nas associações rurais, sindicatos, movimentos. Outra dimensão do trabalho que é muito importante e que aparece muito referenciado na fala das mulheres é o trabalho doméstico. A relação com a família, o cuidado com os filhos e maridos surge muitas vezes nas falas das entrevistadas. Destacam assim a importância do trabalho das mulheres no campo ser reconhecido como trabalho, e não simplesmente como uma ‘ajuda’.

No começo também eu tive um pouco de dificuldade porque na época o companheiro que eu estava não queria, que dizia que aquele trabalho não valia a pena, que aquilo ali era muito era besteira, que era um bando de mulher desocupada. E assim a gente insistia, e até ainda tem algumas mulheres que tá na cooperativa que tem esse problema ainda com os maridos, que se afasta porque o marido começa a dizer que é um trabalho que não vale a pena, quer dizer, que não dá valor para o trabalho da mulher porque ele acha que a mulher tem que trabalhar em casa, que para eles não é trabalho pra elas tem a obrigação de fazer as tarefas domésticas, e quando ela passa a fazer fora, mesmo que ela tenha renda que leva para dentro de casa para ele não vale nada, não tem valor nenhum (Tatiana, COOTIPESCA, Tibau).

A gente dizia você sente, dizia a importância de um grupo de mulheres, como era importante existir na comunidade, até porque as mulheres elas trabalham muito e não vê como trabalho, vê como ajuda né. E quando a gente vê que as mulheres tão produzindo nos quintais, tão trabalhando junto com o homem, com seus maridos nas roças, elas tão trabalhando, elas tão produzindo, e esse trabalho deve ser reconhecido. Então os debates são esses. E ao longo do tempo sempre a gente tem debatido muito dizer que a gente tem que conquistar os companheiros da gente, pra luta melhorar, pra produção continuar de boa qualidade. Porque muitas vezes tem mulher que diz “não, hoje eu fui só ajudar meu esposo no cercado”. Não, tem que dizer “fui trabalhar com meu esposo na roça”, entendeu? Então isso, a gente não pode... eu aconselho muito elas, olhe vocês tem que conquistar “fulano, vamos me ajudar aqui a fazer o almoço, eu faço uma coisa você faz outra”, e aos poucos a gente vai conquistando (Kika, Unidas para Lutar, Apodi).

Categoria ‘Família’

Tabela 6 – Frequência de termos categoria Família

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
---------	----------	----------	--------------------------	--------------------

Casou	5	226	1,10	casa, casada, casado, casados, casamos, casando, casar, casaram, casas, casasse, casei, caso, casos, casou
Minha	5	176	0,85	minha, minhas
Filhos	6	117	0,57	filha, filhas, filho, filhos
Moro	4	95	0,46	mora, moram, moramos, morando, morar, moraram, morarem, morava, morei, moro, morou
Anos	4	82	0,40	anos
Meninas	7	59	0,29	menina, meninas, menino, meninos
Família	7	51	0,25	família, famílias
Criou	5	51	0,25	criada, criado, criando, criar, criava, criei, crio, criou
assentamento	12	50	0,24	assentamento
Homens	6	50	0,24	homens
Marido	6	45	0,22	marido, maridos
Canto	5	36	0,17	canto, cantos
Espaço	6	34	0,17	espaço
Espaços	7	32	0,16	espaços

Fonte: Elaboração própria

Observando a frequência de termos e também a trajetória das mulheres entrevistadas podemos perceber que o casamento é um divisor de águas em suas vidas. Além de ser o momento que marca a saída da casa dos pais, a construção de suas próprias famílias, é também a partir desse momento que elas passam a conviver com uma série de conflitos que as fazem buscar a auto-organização de mulheres e se tornarem quem são hoje. Nesse sentido, podemos observar a grande frequência do termo ‘casou’ e seus similares, em geral se referindo ao ato de ‘casar’ ou à ‘casa’. O depoimento da entrevistada Bibia demonstra o marco que o casamento representou em sua vida:

Mulher quando eu disser que eu não conhecia ele direito no início, não conhecia ele direito, então com quinze dias de eu casada eu já tava arrependida, entendeu? Mas o meu pai era desses velhos bem cruel, ele disse que se eu tinha me casado eu tinha que viver com ele. Então até hoje eu vivo, mas eu sofri muito, muito, muito mesmo. (...) No mês que eu casei eu não estudei mais (Bibia, Decididas a Vencer, Mossoró).

Como o mesmo significado de ‘casa’ temos também o termo ‘canto’, ‘cantos’, muito utilizado na região, e se tratando do território rural muitas vezes as mulheres se referiam ao ‘assentamento’ também como ‘espaço’, ‘espaços’. Ainda falando da moradia, o termo ‘moro’ e seus similares também surgem com bastante frequência, demonstrando que sempre há a preocupação das mulheres com o espaço doméstico. Apesar desta preocupação permanente com o âmbito doméstico, as mulheres trazem em seus depoimentos a importância de não se

restringirem somente a ele, procurando vivenciar outras experiências, valorizando e incluindo em suas vidas outros aspectos importantes além do trabalho doméstico e de cuidados.

Resolvi porque eu queria participar. Eu morando esse tempo aqui todinho e não participar de nada, né? Eu achei assim eu vou participar, eu moro aqui, eu moro aqui esse tempo todinho, que eu não vou sair daqui, aqui é meu canto, aqui é meu, eu vou morar aqui e não vou participar de nada? Quer dizer que se eu não participar eu nunca vou ter amizade com as mulheres daqui, a união, a organização. E eu tenho que compartilhar com elas, na organização e tudo. Que se eu ficar na minha casa parada as oportunidades não vem pra mão da gente não, a gente tem que correr atrás (Margilânia, Lutando para Vencer, Upanema).

Acho que a pessoa que mora no assentamento dele, não tem nada de importante pra pessoa ver, você vai ficar só na sua, cuidando da sua casa, você vai aprender o que? Nada! Se você não sair, se você não for pra encontros, se você não se reunir ali com um grupo diferente pra passar as experiências de uma pra outra (Luciene, Lutando para Vencer, Upanema).

As palavras ‘filhos’, ‘marido’, ‘homem’ e ‘família’ aparecem sempre que as mulheres estão relatando suas relações familiares; em geral fazem esses relatos relacionando-os com sua atuação política. O termo ‘criou’ tanto pode ser associado ao contexto de criação de animais (categoria trabalho) quanto à criação das crianças (categoria família).

Muitas relataram que, antes da experiência de auto-organização, sofriam com as restrições impostas pelos maridos. Na maior parte dos casos os maridos proibem as mulheres de saírem de casa, de participarem dos grupos, ou até mesmo de estudar, como relataram Bibia e Socorro. Com a auto-organização e a troca de experiências entre as mulheres elas começam a se fortalecer para questionar essas restrições impostas pelos companheiros, buscando assim alcançar sua autonomia.

Mulher ele era muito ciumento. Não deixava eu sair pra canto nenhum, até pra uma missa com a minha mãe ele não deixava. Ele não deixava eu assistir novela. (...) Eu sofri muito, muito mesmo por conta disso. E também foi nascendo filho... (...) Hoje tudo que eu faço eu vou conversar com ele. Olha, eu tenho direito a isso, isso é assim, assim, assim. Olha, eu vou pra reunião. De primeiro ele dizia: quem é essas mulher que te ensina essas coisas? Eu dizia: Luís, as mulher não ensina... Você fica revoltado de dizer que as mulher que me ensina, essas mulher são muito liberal, não sei o quê. Jesus, a gente tem que ter um pouco de liberdade. Vocês acham que só vocês podem as coisas? Ih bichinha, ih foi uma conversa. Se Neneide dizia assim que tinha uma viagem não sei pra onde eu dizia: “ih mulher eu não vou não que Luis não deixa”. E ela dizia assim “mulher o quê?” e Rejane dizia: “mulher, é seu marido, dá pra conversar direitinho”; “Mulher ele não deixa não”, “mas mulher, conversa direitinho, você não vai brigar”; “mulher eu

começo a dizer e ele diz que se eu for nós briga”, e ela dizia: “mulher, ele não vai brigar. Você sabe conversar bem direitinho”. E eu disse que sabe de uma coisa eu vou aprender isso. Começava devagarzinho, começava a conversar com ele “Luís eu vou pra tal canto”. Ai, no início era uma zuada (Bibia, Decididas a Vencer, Mossoró).

Meu marido dizia “eu pra mim a mulher casou tem que parar de estudar. Não teve filho?” Eu dizia “minha mãe fica com a minha filha”. Isso no primeiro ano de casado, minha mãe fica com minha filha. Mas era quando eu morava lá junto de minha mãe né. Mas depois eu vim pra cá, aí pronto, desisti. Foi quando começou o grupo, sempre tinha companheira que dava força, as meninas dos sindicato, das entidades, “ah, você tem que retomar, retoma”. Até que quando eu comecei a ficar mais entendida eu disse “eu vou e não tem quem me impeça, ponto final”. E os filhos? Os filhos fica aí, você cuida. Aí eu ia e ele ficava. Aí já foi mudando, já foi mudando totalmente. Aí fiz a EJA, terminei em um ano e meio, primeiro, segundo e terceiro, terminei esse ano já. Mas que foi difícil foi. Era muito difícil. Era em Upanema, difícil era deixar eles em casa, tinha vez que eu quase não estudava direito sabendo que eles tavam em casa. (...) Mudou que hoje eu sou mais decidida. Antes eu não tinha decisão pra nada, as pessoas decidiam por mim, meu marido decidia por mim, eu não tinha decisão de nada, nada, nada. E hoje mudou porque hoje eu tenho decisão própria, eu tenho certeza que se eu disser que o que eu entendo, o que eu sei, foi através do grupo de mulheres, foi através da nossa organização, das marchas, dos movimentos sociais. Hoje eu tenho certeza de quem eu sou e que realmente a minha vida mudou pra melhor (Socorro, Unidas Venceremos, Upanema).

Pra mim fez diferença porque eu consegui a minha liberdade. Porque meu esposo não deixava eu sair pra ir pros movimentos. No começo eu entrei no grupo, não sei se era no tempo de Kelia, de Fabiana já, eu entrava no grupo, mas eu só vinha pra cá pra reuniões, meu marido não deixava eu ir pros movimentos fora. E hoje ele já não se importa mais. Tenho a liberdade de ir pra qualquer movimento que tiver. O que mudou na minha vida foi isso, foi a liberdade. Eu consegui, através do grupo das mulheres (Luciene, Lutando para Vencer, Upanema).

E apesar de reconhecerem seus avanços e de se proporem a construírem sua autonomia enquanto mulheres e esposas, as entrevistadas ainda incorrem em algumas contradições. É o caso apresentado por Socorro, que por mais que ela tenha lutado para poder continuar os estudos, mesmo enquanto estava na escola mantinha-se preocupada com os filhos que haviam sido deixados com o marido. É como se se desenvolvesse uma espécie de culpa involuntária por transgredir as normas sociais implicitamente estabelecidas e não desempenhando aquele trabalho que socialmente foi atribuído a ela, no caso, cuidar dos filhos.

Em relação aos seus filhos e filhas, as mulheres demonstram a preocupação em não reproduzir na criação de seus filhos o que elas consideraram como erros em sua própria criação, principalmente relacionado ao papel das mulheres na família.

As minhas hoje eu acho que vai ser bem diferente. Até porque eu na idade delas eu não participava de nada, eu não saía de dentro de casa, a não ser pra ir pra escola. E elas hoje não, elas faz parte de movimento. A minha passou sábado e domingo em Governador no encontro da igreja e o que eu posso fazer pra botando elas pra elas ir atrás eu vou, porque eu sei que é muito ruim a pessoa não ter conhecimento de nada. Então se for por minha parte elas vão também crescer, aprender lutando, do jeito que nós faz, porque a pessoa tem que lutar (Luciene, Lutando para Vencer, Upanema).

Eu crio elas diferente de mim. Eu moro aqui, moro no sítio, mas elas só faz estudar e pronto. Tem uma que é da igreja, do conjunto da igreja, eu sou evangélica e elas também, graças a deus são pequenas, mas já diz que são evangélicas, participa do conjunto da igreja, quer tá na igreja todo dia, eu que não deixo. (...) No meu ver eu to criando elas de uma forma melhor do que a minha, porque na minha época eu trabalhava muito, estudava, mas morria de trabalhar. E hoje é diferente, é tudo mais fácil (Margilânia, Lutando para Vencer, Upanema).

No entanto, apesar dessa preocupação constante com a criação da nova geração imbuída de novos valores, não isenta as mulheres de caírem em incongruências. Um ponto interessante é em relação ao casamento. Em seu depoimento, Bibia relatou as dificuldades que enfrentou ao se casar e como isso cerceou sua liberdade. No entanto, o casamento continua sendo um parâmetro de boa criação dos filhos, como podemos ver no trecho abaixo:

E graças a deus eles não estudou quem não quis, porque teve uma filha que também casou muito nova, que é a mãe dessas meninas. Mas eu casei tudinho, só tem a mais nova que é solteira, mas graças a deus é evangélica e não me dá trabalho. E eu digo pra você com tanto orgulho que eu tenho cinco filhos, cinco filhos, que graças a deus não tem vício nenhum de droga, é umas bênçãos que deus me deu. E ainda crio mais dois netos que é pra completar (Bibia, Decididas a Vencer, Mossoró).

Ainda em relação ao tema, as mulheres buscam encontrar na educação que ofereceram as justificativas para o comportamento submisso de suas filhas. No caso de Tatiana, apesar de sua formação feminista, ela busca explicações em si mesma, atribuindo a si certa dose de culpa a respeito da situação de violência doméstica enfrentada pela filha.

Eu fui aquela mãe que eu protegi demais. Eu tinha medo que acontecesse alguma coisa com elas e eu queria resolver tudo por elas. E isso prejudicou muito porque a minha filha mais velha é o mesmo que ver eu, aquele

bichinho medroso que eu era. A outra, a do meio, que eu chamo a do imprensado, ela recentemente passou por um tipo de violência, foi espancada pelo companheiro, quer dizer pelo ex porque agora eles estão separados, e eu praticamente, eu fiquei desesperada, eu comecei a dizer que cadê a lei que naquele momento. Pra mim foi desesperador porque estou lá dentro do movimento, to na discussão sobre a violência contra a mulher e eu saber que minha filha foi espancada, tá lá toda cheia de hematoma. Fui na delegacia e não ver o sujeito preso, pra mim foi desesperador. Eu sinceramente eu fiquei sem saber o que era que ia fazer... (Tatiana, COOTIPESCA, Tibau).

No entanto, apesar das contradições que permeiam todo processo de mudança, as mulheres hoje se reconhecem como grandes guerreiras. São capazes de se compararem de igual para igual com os homens, sejam eles seus maridos, os companheiros da associação do assentamento, do sindicato, entre tantas outras instâncias que atualmente elas estão presentes. Em alguns casos, como no caso da luta contra a implantação do perímetro irrigado em Apodi, as mulheres assumiram para si a liderança do processo de luta, e todas elas sentem-se muito orgulhosas disso.

Hoje em dia tem uma parte que tá contra, porque sabe, os que vão pra reunião tão vendo o resultado né que a gente tem. Tem uns que gente diz e não acredita que é do jeito que a gente diz. Aí é por isso que nós tamo contra e somos até deus existir pra nós ser contra nós somos contra esse projeto. Aí eles chegaram aqui medindo casa, medindo até, olhando até quantos bocal de luz tinha, tomada, e contando pé de planta. Aí nós perguntava eles pra quê que era aquilo e eles não explicava nós, eles nunca explicou pra que era. Quando foi um dia veio, diz ele que era mandado do DNOCS, veio, quando chegou aí, fomos pro prédio nós tudo, nós pensando que era uma coisa boa né, quando ele foi explicar que nós ia ficar sem essa terra, que não sei o quê ia doar. Que isso aí não vai acontecer nunca. Que tem muitos ainda inocente que não sabe, aí nós botemos pra frente. Tamo indo pra reunião, quando tem uma reunião desse DNOCS de importância nós vamos, que já fomos bem três em Mossoró, no sindicato. As mulheres acompanha, a frente é das mulheres. Os homens não vão, mas as mulheres vão. Mulheres, adolescentes, essas mocinhas vão, que não querem sair daqui (Ica, Juntas Venceremos, Apodi).

Hoje a gente participa de muitos movimentos, é tanto que as vezes a gente fica se perguntando pra qual a gente vai. Antes a gente até ia, mas não tínhamos a coragem de falar, a gente achava que só podia falar os homens. E depois a gente foi vendo que não, a gente tinha sim condições de falar, e a gente começou a falar. Se tinha algo que a gente não gostava a gente já estava lá pronta para falar, com a palavra na ponta da língua. A gente participa sempre quando tem encontro dos conselhos a gente procura estar dentro, sempre colocando uma representação de cada grupo de mulheres, pra gente estar envolvida, a gente participa do fórum das associações, tanto na direção do fórum quanto nas reuniões do fórum, no movimento sindical,

através do sindicato rural, nos fóruns sindicais potiguar, na Chapada do Apodi, que é onde a gente tá englobada, nos conselhos das escolas, nas igrejas, em todos os movimentos sociais a gente quer tá junto. Até nas questões da câmara dos vereadores a gente tá lá na briga junto. Todo canto a gente tá junto (Socorro, Unidas Venceremos, Upanema).

Categoria ‘História’

A última categoria que propomos a partir da frequência de palavras é história, luta e mudança. Nessa categoria organizamos todos os termos que se referem a tempos históricos, ações ou lugares de luta das mulheres e perspectivas de mudanças de suas vidas. Segue abaixo a tabela com os termos e a frequência de aparição nas entrevistas.

Tabela 7 – Frequência de termos categoria História, luta e mudança

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
Hoje	4	235	1,14	hoje
Faziam	6	204	0,99	fazem, fazemos, fazendo, fazer, fazia, faziam
Começou	7	176	0,85	começa, começam, começamos, começando, começar, começaram, começarmos, começasse, começava, comecei, comecemos, começo, começou
Minha	5	176	0,85	minha, minhas
Dizia	5	162	0,79	dizem, dizendo, dizer, dizia, diziam
Sabe	4	136	0,66	sabe, sabem, sabemos, sabendo, saber, sabia
Nosso	5	131	0,64	nossa, nossas, nosso, nossos
Ficar	5	116	0,56	fica, ficado, ficam, ficamos, ficando, ficar, ficaram, ficarmos, ficasse, ficava, ficavam, fico, ficou
Lutou	5	109	0,53	luta, lutado, lutam, lutando, lutar, lutarmos, lutas, lutei, lutemos, lutou
Participo	9	107	0,52	participa, participação, participações, participado, participam, participamos, participando, participar, participaram, participava, participavam, participe, participei, participo, participou
Passou	6	106	0,51	passa, passada, passado, passamos, passando, passar, passaram, passava, passavam, passe, passei, passo, passou
conseguiu	9	90	0,44	consegue, consegui, conseguia, conseguido, conseguimos, conseguindo, conseguir, conseguiram, conseguirmos, conseguiu
Podiam	6	89	0,43	pode, podem, podemos, podendo, poder, poderia, podia, podiam
Disse	5	81	0,39	disse, dissemos, disser, disseram, dissesse, disso
falou	5	81	0,39	fala, falamos, falando, falar, falasse, falava, falavam, falei, falo, falou
tive	4	80	0,39	tive, tivemos, tiver, tiveram, tivesse
sempre	6	78	0,38	sempre
estar	5	77	0,37	estar
junto	5	71	0,34	junta, juntamente, juntando, juntar, juntas, juntava, juntei, juntemos, junto, juntos, juntou
vida	4	68	0,33	vida, vidas
partir	6	68	0,33	parte, partes, partido, partindo, partir, parto

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
agora	5	67	0,33	agora
reunião	7	67	0,33	reunião
peessoa	6	66	0,32	peessoa
sindicato	9	63	0,31	sindicato, sindicatos
conversar	9	63	0,31	conversa, conversando, conversar, conversas, conversasse, conversava, converse, conversei, converso, conversou
difícil	7	57	0,28	difícil
digo	4	57	0,28	diga, digam, digamos, digo
movimentos	10	53	0,26	movimentação, movimentar, movimento, movimentos
peessoas	7	52	0,25	peessoas
direito	7	51	0,25	direito, direitos
conhecimento	12	50	0,24	conheça, conhece, conhecem, conhecer, conheceu, conheci, conhecia, conhecida, conhecido, conhecimento, conheço
quero	5	45	0,22	querem, queríamos, quero
melhor	6	40	0,19	melhor, melhora, melhorando, melhorar, melhorarmos, melhores, melhorou
história	8	35	0,17	história
moissoró	7	35	0,17	moissoró
apodi	5	34	0,17	apodi
associação	10	34	0,17	associação, associações

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos tempos históricos presentes nas falas das mulheres, podemos destacar os seguintes termos e similares: ‘faziam’, ‘começou’, ‘dizia’, ‘sabe’, ‘ficar’, ‘lutou’, ‘participo’, ‘passou’, ‘conseguiu’, ‘podiam’, ‘disse’, ‘falou’, ‘tive’, ‘estar’, ‘partir’, ‘conversar’, ‘digo’ e ‘quero’. Chama a atenção a grande quantidade de verbos ligados a eventos comunicativos (‘dizia’, ‘disse’, ‘falou’, ‘conversar’, ‘digo’). Uma explicação está no fato de que para muitas mulheres a capacidade de falar em público, de se sentir capaz de falar e ser ouvida só foi adquirida após se auto-organizarem, e muitas acreditam que esse é um dos maiores aprendizados da auto-organização.

Já as palavras ‘minha’, ‘história’ e ‘vida’ aparecem muitas vezes associadas nas entrevistas, cunhando uma frase que parece ser um verdadeiro lema das mulheres na região: “hoje eu sou dona da minha história” ou “hoje eu sou dona da minha vida”. A conquista de ‘direitos’ considerados básicos parece-nos ter uma dimensão potencialmente transformadora. Outro fator que chama atenção é que grande parte dos verbos está no tempo presente. Apesar das entrevistas se basearem no método biográfico, as mulheres se apoiam em sua história para

lançar novas perspectivas sobre suas vidas. Daí a grande ocorrência da palavra ‘hoje’ e também da palavra ‘agora’.

Os termos revelam também que grande parte das mudanças nas vidas das mulheres acontece por meio de lutas coletivas. É o que nos sugerem as palavras ‘nosso’, ‘junto’, ‘sindicato’, ‘movimentos’, ‘pessoas’ e ‘associação’. As cidades de ‘Mossoró’ e ‘Apodi’ também surgem como importantes para o contexto de lutas e conquistas da região. Mossoró por ser a capital regional da região oeste do RN e Apodi por ser neste momento um grande polo de resistência das trabalhadoras e trabalhadores, contra a implantação do perímetro irrigado na Chapada do Apodi.

Por fim, temos o termo ‘conhecimento’ que sempre aparece associado a uma esperança de melhoria das condições de vida, tanto o conhecimento formal, escolar, quanto o conhecimento empírico, adquirido através de trocas de experiências. O termo ‘difícil’ aparece nos dando uma dimensão do sofrimento pelo qual as mulheres já passaram e ainda passam e o termo ‘melhor’, em contraponto nos dá uma dimensão de esperança e perseverança.

ATO COMUNICATIVO E CONSTRUÇÃO DE SABERES

Com a análise das categorias identifica-se que, a partir da auto-organização, as mulheres são capazes de criar laços de solidariedade entre si e também passam a cultivar a empatia pela situação das mulheres de um modo mais amplo. Essa solidariedade seria capaz, segundo Habermas (1991), de impedir que o “Mundo da Vida” – regulado pela busca do entendimento através de procedimentos mediados linguisticamente – seja colonizado pelos imperativos do “Sistema” – regido por mecanismos como o mercado e o poder administrativo.

A ação comunicativa teria como resultado uma desregulamentação e desmonetarização do “Mundo da Vida”, entendido em todas as suas estruturas: cultura, sociedade e pessoa. Em outras palavras, a ação comunicativa seria capaz de criar outra governabilidade para o “Mundo da Vida”, subordinando os sistemas econômicos e administrativos ao controle das organizações da sociedade civil.

Na medida em que a auto-organização propicia não só a consolidação de um ato comunicativo das mulheres entre elas mesmas, mas também entre as várias outras organizações com as quais elas se relacionam, as mulheres sentem-se capazes de tomar suas vidas em suas próprias mãos e seguir em luta por seus direitos. A ação comunicativa das

mulheres nesse sentido estende-se para a família, para seus sindicatos, movimentos, como também para os espaços da administração pública, por meio de suas atuações nos conselhos, comissões, fóruns, comitês etc.

A análise da história de vida desses mulheres aponta para a importância das mulheres se auto organizarem e terem momentos nos quais elas possam literalmente ter voz, e que possam refletir sobre suas histórias, seus anseios. Essa capacidade de reflexão aliada à possibilidade da ação comunicativa tem demonstrado uma verdadeira capacidade de transformação na vida destas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária é fruto de um contexto sócio histórico geograficamente determinado. Ela emerge no contexto em que a sociedade brasileira passa a se dedicar com mais afinco ao debate sobre as estratégias para a convivência com o semiárido, e apresenta-se como alternativa de organização de produtores e produtoras rurais do oeste potiguar em busca de uma forma de comercialização mais justa de seus produtos. Desde seu momento fundante, a Rede Xique-Xique apoia-se nos princípios da agroecologia, economia solidária e feminismo, fazendo da articulação entre esses três eixos sua característica definidora, que a diferencia das demais experiências até então conhecidas.

A análise das categorias discursivas demonstra que a articulação entre esses três princípios é fundamental para o bom funcionamento da Rede, como também para garantir o protagonismo das mulheres rurais em sua atuação. Assim, os grupos auto-organizados de mulheres são estratégicos para que os princípios fundantes da Rede Xique-Xique se efetivem na prática. Por outro lado, a auto-organização das mulheres mostra-se também como fundamental para elas próprias na luta por sua autonomia e conquista de direitos.

Ao se auto organizarem as mulheres constroem espaços de reflexão sobre elas próprias e sua condição como mulheres; seus trabalhos (produtivo e reprodutivo); suas famílias e suas histórias. Essa reflexão compartilhada consubstancializa-se na produção de saberes, não só promovidos pela rica troca de experiências entre elas, mas principalmente na produção de novos saberes advindos da própria prática da auto-organização e das ações por ela impulsionadas.

A partir dos depoimentos das mulheres é possível perceber que o processo de auto-organização produtiva é capaz de mudar radicalmente suas vidas e na medida em que isso acontece elas mudam suas famílias, suas comunidades, os grupos produtivos, as organizações das quais participam. Não se trata de repetir o velho jargão do “se cada um mudar a si mesmo poderemos mudar o mundo”. Pelo contrário, é justamente o fato dessas mulheres se colocarem ativamente no mundo que faz com que elas se transformem, e é nessa relação dialética entre indivíduo, coletivo e sociedade que o todo se transforma.

De certo modo, auto-organização produtiva, autonomia econômica e enfrentamento à opressão se relacionam como um círculo virtuoso. O trabalho associado aparece para as mulheres como uma forma viável de conquistarem sua autonomia econômica. Através da conquista da autonomia as mulheres se fortalecem, ficam mais confiantes e conseguem enfrentar a opressão a qual estão submetidas. Quanto menos oprimidas se sentem, mais essas mulheres apostam na auto-organização produtiva como forma de se fortalecerem.

Se por um lado o trabalho associado tem um potencial emancipador na medida em que pode proporcionar a conciliação entre trabalhador e meios de produção, contribuindo com o processo de ‘desmercantilização’ e ‘desalienação’ do trabalho; por outro, a luta feminista e a auto-organização produtiva podem contribuir na ampliação do conceito de trabalho, que passa a ser visto a partir do paradigma da sustentabilidade da vida humana, valorizando assim práticas de trabalho não mercantil, historicamente exercidas pelas mulheres.

Evidentemente a relação entre estas esferas não é mecânica e ainda é permeada de contradições. Mas a teoria e a prática do trabalho associado e do feminismo vêm mostrando que essa é uma relação possível e muitas vezes bem sucedida, como tem demonstrado a experiência das mulheres da Rede Xique-Xique. Nesse sentido, considero que a colaboração com a valorização e sistematização dessas experiências caracteriza-se como uma das principais contribuições deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, Miguel; YURJEVIC, A. La Agroecología y el desarrollo rural sostenible en América Latina. **Agroecología y Desarrollo**, v.1, p.25-36, 1989.

APODI DIÁRIO. Estatuto das Mulheres de Apodi aprovado em 10.12.12. 2012. Disponível em: <http://apodiariooblog.blogspot.com.br/2012/12/leia-estatuto-das-mulheres-de-apodi.html>.

ASA. Articulação no Semiárido Brasileiro. O lugar da convivência na erradicação da extrema pobreza. Recife, 2011. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/Olugardaconvivenciaaerradicacaodaextremapobreza.pdf>.

ASA. Articulação no Semiárido Brasileiro. Apresenta informações sobre o trabalho da ASA. Desenvolvido por ASA Brasil. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2014.

ASA-PB. Articulação Semi-árido Paraibano. **Agricultura familiar e Agroecologia: caminhos para a convivência com o semiárido**. Remígio, 2002.

BAYAT, Asef. Un-Civil Society: The Politics of the 'Informal People'. **Third World Quarterly**, Vol. 18, No. 1 (Mar., 1997), p. 53-72. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3992901>.

BRANCO, Telma; MARRA, José Felipe. A agroecologia promovendo a segurança alimentar: um estudo de caso no semiárido brasileiro. *Agriculturas*, Vol. 1, Nº 0, 2004, p. 15-16.

BUTTO; Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. (Org.) *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2010.

CALHEIROS, Celso. A agroecologia quer criar raízes no semiárido. 2011. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/25292-a-agroecologia-quer-criar-raizes-no-semiarido>.

CASTRO, Mariana Pereira de. Por uma pedagogia da autogestão: a economia solidária na roda viva da educação. Campinas, 2010. Monografia (Especialização). Departamento de Política Científica e Tecnológica/IG, Unicamp.

CASTRO, Mariana Pereira de. **A visão depende do cristal pelo qual se olha?** Os diferentes olhares sobre a economia solidária In: III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede de ITCPs e I Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária, Porto Alegre, 2011a.

CASTRO, Mariana Pereira de. Vivências da autogestão: o trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP. In: VII Encontro Internacional de Economia Solidária. Anais... São Paulo; USP, 2011b.

CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesus (Org.) **Estúdios sobre gênero y economía**, Madrid: Akal, 2006.

CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Ma. Lucia; TITO, Neuza (Org.) **Trabalho doméstico e de cuidados – por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo, Sempre Viva Organização Feminista, 2008. p. 91-104.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**. SOF, São Paulo, 2012.

CF8. **Relações de Gênero no Semiárido**: diagnóstico do território de Apodi. Mossoró, 2003.

CF8. **Construindo cisternas, desconstruindo tabus**: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água. Mossoró, 2006.

CONTAG. A trajetória da Marcha das Margaridas, 2011. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw=1>. Acesso em: 04 de novembro de 2013.

COSTA, Maria José. **Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar**. Natal, 2005. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves Costa. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Protagonismos do trabalhador associado e educação. In: Carlos Shimidt. (Org.). **Economia solidária e mudança social**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2008, v. 1.

DANTAS, Conceição. Organização de mulheres e convivência com o semiárido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte. *Agriculturas*, Vol. 4, Nº 2, 2007, p. 28-31.

DANTAS, Conceição. **Resistência e solidariedade**: somos todas Apodi! Mossoró, 2012. Disponível em: http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/artigos/item?item_id=437507.

DANTAS, Isolda. Una economía solidária con igualdad para las mujeres. **América Latina em movimiento**, no. 430, **economia social e solidária**, publicação virtual, ALAI e RILESS, 2008. p. 14-16. Disponível em: <http://alainet.org/publica/430.phtml>

DE CICCIO, Gabriela. Mujeres y semillas para la resistencia. Asociación para los derechos de la Mujer y el Desarrollo, 2012. Disponível em: <http://www.awid.org/es/Las-Noticias-y-Analisis/Notas-de-los-Viernes/Mujeres-y-semillas-para-la-resistencia>.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, núm. 1, jan.-abr., 2004, p. 175-204.

DELPHY, Chistine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DOSSIÊ. Dossiê-Denúncia: Projeto da Morte – Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN. Apodi, 2012.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAO. The state of food and agriculture. **Agricultural trade and poverty**: can trade work for the poor? FAO Agriculture Series No. 36, Itália: 2005.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.) **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.) **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para mulheres rurais. Brasília, MDA, 2011.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Em debate, 2011.

FERNANDES, Melquisedeque de Oliveira. A encruzilhada da vida política em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. Natal, 2010. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOIS, Magaly Nunes de. **Marcha das Margaridas: mulheres trabalhadoras rurais construindo igualdade de direitos, políticas públicas e cidadania**. In: XX Seminario Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social. Anais... Córdoba; Universidad Nacional de Córdoba, 2012.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A classe operária tem dois sexos**, Revista de Estudos Feministas. n. 1/94, p. 93-100, 1º sem./1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Ed. Senac, 2003. p. 111-123.

IRPAA. Instituto Regional para a Pequena Pecuária Apropriada. Agroecologia, elemento importante para a convivência com o semiárido. 2013. Disponível em: <http://www.irpaa.org/noticias/630/agroecologia-elemento-importante-para-a-convivencia-com-o-semiarido>.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais. **Novos Estudos** 86. São Paulo: Cebrap, 2010.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MARINHO, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições pragmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasília, 2006. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/dpmr/arquivos/view/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra Semiárido**. Brasília, 2013. Disponível em: www.mda.gov.br/portalmda/-publicacoes/-cartilha--plano--safra--semiarido.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O fim da miséria é só o começo: Plano Brasil Sem Miséria – Dois anos de resultados. Brasília, 2013.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A convivência com o Semiárido. 2014. Disponível em: www.mds.gov.br/segurancaalimentar/programa-cisternas/entenda-o-programa/a-convivencia-com-o-semiarido.

MEDEIROS, Tárzia. Mulheres dão visibilidade nacional à luta em defesa da Chapada do Apodi. 2012. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_ARTIGO=158.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, Boitempo Editorial, 2002.

MI. Ministério da Integração Nacional. **Conviver**: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido. Brasília, 2005.

MMM. Marcha Mundial de Mulheres. **Aqui, Somos todas Apodi!** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11395>.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. **Revista Temporaes** / Departamento de História, FFLCH/USP. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. pp. 97-145.

NASCIMENTO, Cláudio. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=825&Itemid=216, acesso em 28/10/2009.

NOBRE, Miriam. **Diálogos entre economia solidária e economia feminista**. NEAD, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>>. Acesso em: 20 set. 2010.

NOVAES, H. T. **A autogestão como magnífica escola**: notas sobre a educação no trabalho associado. Campinas, 2009.

NOVAES, Henrique T. (Org.) **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NVivo. O que é o NVivo? Software de suporte para pesquisa de métodos qualitativos e mistos. Disponível em: <http://download.qsrinternational.com/Resource/NVivo10/NVivo-10-Overview-Portuguese.pdf>, acesso em 03/07/2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ONU. Organização das Nações Unidas. Conselho de Direitos Humanos. Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación, Sr. Olivier De Schutter. A/HRC/16/49. Ginebra, 20 de dezembro de 2010.

PESSOA, Marcus. As Tribos Indígenas do Estado do Amazonas. 2013. Disponível em: <http://noamazonaseassim.com.br/as-tribos-indigenas-do-estado-do-amazonas/>.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 2013.

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**, Rio de Janeiro: PACS, 2006.

REDE XIQUE-XIQUE. Rede de Comercialização Solidária Xique-Xique. Desenvolvido por Blogger. Apresenta informações sobre o trabalho da Rede Xique-Xique. Disponível em: <<http://www.redexiquexique.blogspot.com.br/>>. Acesso em 02 mar. 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras: 2006.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. In: **Mulheres, Economia Solidária e Cidadania**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 5, 2009. p. 69-90.

SIES, Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em 26 de junho de 2012.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília, 2009. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

SILVEIRA, Jamile Silva; HEIM, Bruno Barbosa. A institucionalização da política de reforma agrária no estatuto da terra: uma proposta à frente de seu tempo? **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3589, 29 abr. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24312>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

TAPIA, Mario; LA TORRE, Ana de. **La mujer campesina y la semilla andina**. Lima: FAO, 1993.

TAVARES, Aline G.; VASCONCELLOS, Bruna M.; COLOMBO, Camila S.; BEZERRA, Elaine M.; WIRTH, Ioli G. O Sexo da Economia Solidária: apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação. In: ITCP Unicamp. **Coletiva 2**. Campinas: Instituto de Economia, 2012.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva**. Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC, Volume 26, n. 1, jan./jun. 2008, p. 69-94. Florianópolis: Editora da UFSC:NUP/CED, 2008.

VIA CAMPESINA. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba/Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/DIVERSOS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SEculo%20XXI.pdf>.

VIA CAMPESINA. **Paraguay**: Mujeres Rurales abordan la problemática de las Semillas en el marco de un Seminario. 2013. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1881-paraguay-mujeres-rurales-abordan-la-problematika-de-las-semillas-en-el-marco-de-un-seminario>.

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão? Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Unicamp.

WIRTH, Ioli G.; FRAGA, Laís.; NOVAES, Henrique T. **Educação, trabalho e autogestão**: limites e possibilidades da economia solidária. BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.) Trabalho, educação e social: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE I: PESQUISA DE FREQUÊNCIA DE TERMOS NAS ENTREVISTAS

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
mulheres	8	459	2,23	mulher, mulheres
hoje	4	235	1,14	hoje
casou	5	226	1,10	casa, casada, casado, casados, casamos, casando, casar, casaram, casas, casasse, casei, caso, casos, casou
trabalho	8	222	1,08	trabalha, trabalhador, trabalhadora, trabalhadoras, trabalhadores, trabalham, trabalhando, trabalhar, trabalhasse, trabalhava, trabalhei, trabalho, trabalhos, trabalhou
faziam	6	204	0,99	fazem, fazemos, fazendo, fazer, fazia, faziam
começou	7	176	0,85	começa, começam, começamos, começando, começar, começaram, começarmos, começasse, começava, comecei, comecemos, começo, começou
minha	5	176	0,85	minha, minhas
dizia	5	162	0,79	dizem, dizendo, dizer, dizia, diziam
sabe	4	136	0,66	sabe, sabem, sabemos, sabendo, saber, sabia
nosso	5	131	0,64	nossa, nossas, nosso, nossos
filhos	6	117	0,57	filha, filhas, filho, filhos
ficar	5	116	0,56	fica, ficado, ficam, ficamos, ficando, ficar, ficaram, ficarmos, ficasse, ficava, ficavam, fico, ficou
lutou	5	109	0,53	luta, lutado, lutam, lutando, lutar, lutarmos, lutas, lutei, lutemos, lutou
participo	9	107	0,52	participa, participação, participações, participado, participam, participamos, participando, participar, participaram, participava, participavam, participe, participei, participo, participou
acho	4	106	0,51	acho
passou	6	106	0,51	passa, passada, passado, passamos, passando, passar, passaram, passava, passavam, passe, passei, passo, passou
moro	4	95	0,46	mora, moram, moramos, morando, morar, moraram, morarem, morava, morei, moro, morou
chegou	6	94	0,46	chega, chegado, chegam, chegamos, chegando, chegar, chegaram, chegarem, chegarmos, chegasse, chegava, chegavam, chego, chegou
importante	10	91	0,44	importante
conseguiu	9	90	0,44	consegue, consegui, conseguia, conseguido, conseguimos, conseguindo, conseguir, conseguiram, conseguirmos, conseguiu
podiam	6	89	0,43	pode, podem, podemos, podendo, poder, poderia, podia, podiam
marcha	6	86	0,42	marcha, marchando, marchar, marchas
anos	4	82	0,40	anos
disse	5	81	0,39	disse, dissemos, disser, disseram, dissesse, disso
falou	5	81	0,39	fala, falamos, falando, falar, falasse, falava, falavam, falei, falo, falou
tive	4	80	0,39	tive, tivemos, tiver, tiveram, tivesse
sempre	6	78	0,38	sempre
estar	5	77	0,37	estar
rede	4	74	0,36	rede, redes
junto	5	71	0,34	junta, juntamente, juntando, juntar, juntas, juntava, juntei, juntemos, junto, juntos, juntou
nada	4	69	0,34	nada

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
desse	5	68	0,33	dessa, dessas, desse, desses
tanto	5	68	0,33	tanta, tantas, tanto, tantos
vida	4	68	0,33	vida, vidas
partir	6	68	0,33	parte, partes, partido, partindo, partir, parto
agora	5	67	0,33	agora
reunião	7	67	0,33	reunião
pessoa	6	66	0,32	pessoa
companheiras	12	63	0,31	companheira, companheiras, companheiro, companheiros
grande	6	63	0,31	grande, grandes
sindicato	9	63	0,31	sindicato, sindicatos
conversar	9	63	0,31	conversa, conversando, conversar, conversas, conversasse, conversava, converse, conversei, converso, conversou
deixar	6	62	0,30	deixa, deixamos, deixando, deixar, deixava, deixavam, deixe, deixei, deixo, deixou
novo	4	61	0,30	nova, novamente, novas, nove, novo, novos
tempo	5	60	0,29	tempo, tempos
meninas	7	59	0,29	menina, meninas, menino, meninos
difícil	7	57	0,28	difícil
digo	4	57	0,28	diga, digam, digamos, digo
dinheiro	8	57	0,28	dinheiro
dentro	6	56	0,27	dentro
movimentos	10	53	0,26	movimentação, movimentar, movimento, movimentos
pessoas	7	52	0,25	pessoas
direito	7	51	0,25	direito, direitos
família	7	51	0,25	família, famílias
veio	4	51	0,25	veio
criou	5	51	0,25	criada, criado, criando, criar, criava, criei, crio, criou
assentamento	12	50	0,24	assentamento
homens	6	50	0,24	homens
primeiro	8	50	0,24	primeira, primeiramente, primeiras, primeiro, primeiros
conhecimento	12	50	0,24	conheça, conhece, conhecem, conhecer, conheceu, conheci, conhecia, conhecida, conhecido, conhecimento, conheço
comunidades	11	49	0,24	comunica, comunico, comunidade, comunidades
deus	4	49	0,24	deus
vamos	5	48	0,23	vamos
nunca	5	47	0,23	nunca
produzir	8	47	0,23	produz, produzem, produzia, produzido, produzimos, produzindo, produzir
vendo	5	47	0,23	vendas, vende, vendendo, vender, venderia, vendeu, vendi, vendia, vendo
marido	6	45	0,22	marido, maridos
quero	5	45	0,22	querem, queríamos, quero
fora	4	44	0,21	fora, foram
certo	5	44	0,21	certa, certas, certo
poucos	6	43	0,21	pouca, poucas, pouco, poucos
terra	5	43	0,21	terra, terras
mudou	5	43	0,21	muda, mudando, mudar, mudei, mudou
voltou	6	43	0,21	volta, voltado, voltamos, voltar, voltaram, voltasse, voltava, volte, voltei, voltou

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
sair	4	42	0,20	sair
melhor	6	40	0,19	melhor, melhora, melhorando, melhorar, melhorarmos, melhores, melhorou
daqui	5	38	0,18	daqui
faço	4	38	0,18	faça, faço
meus	4	38	0,18	meus
xique	5	38	0,18	xique
plantar	7	38	0,18	planta, plantamos, plantando, plantar, plantas, plantava, plantavam, plantei, planto
precisa	7	38	0,18	precisa, precisando, precisar, precisava, precisavam, preciso, precisou
botou	5	37	0,18	bota, botado, botando, botar, botaram, botei, botemos, boto, botou
gosto	5	37	0,18	gosta, gostam, gostando, gostaria, gostava, gostei, gosto
maior	5	37	0,18	maior, maiores, maioria
nessa	5	37	0,18	nessa, nessas, nesses
canto	5	36	0,17	canto, cantos
vivo	4	36	0,17	viva, vive, vivemos, vivendo, viver, viveu, vivi, vivia, viviam, vivido, vivo
projeto	7	35	0,17	projeto, projetos
história	8	35	0,17	história
moissoró	7	35	0,17	moissoró
mandou	6	35	0,17	manda, mandado, mandam, mandando, mandar, mandaram, mandava, mandei, mando, mandou
apodi	5	34	0,17	apodi
associação	10	34	0,17	associação, associações
espaço	6	34	0,17	espaço
terminei	8	34	0,17	terminado, terminando, terminar, terminaram, terminei, terminou
buscar	6	32	0,16	busca, buscando, buscar, buscasse, buscava
graças	6	32	0,16	graça, graças
diferente	9	32	0,16	diferente, diferentes
espaços	7	32	0,16	espaços

ANEXOS

ANEXO I – CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE XIQUE-XIQUE

O Espaço de Comercialização solidária é fruto de um amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que atuando em diferentes áreas luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Neste contexto, o objetivo principal do empreendimento é comercializar a produção de grupos organizados através do comércio justo e solidário que incentiva o consumo ético, onde consumidores e consumidoras conheçam e opinem sobre a forma de produzir e a qualidade dos produtos.

O espaço servirá para articulação e divulgação de uma proposta de socioeconômica solidária, entendida como um dos focos para a construção do desenvolvimento sustentável a partir da esfera local para o global, na perspectiva de um mundo melhor na atualidade e, sobretudo igualitário e justo para as gerações vindouras.

Através do estabelecimento de redes e cadeias produtivas solidárias, articulando produção, comercialização, consumo e assistência técnica entendida como uma forma do fazer econômico que visa à construção de novas conquistas onde os seres humanos sejam de fato a principal preocupação e definidores de todas as práticas que busquem a superação da economia dos mercados. Dessa maneira temos como princípios:

1. Uma nova economia que tem na solidariedade seu pilar sustentador e se opõe a competição característica da sociedade capitalista, que exclui milhões de trabalhadores e trabalhadoras do direito de uma vida digna;
2. Que os financiamentos, a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho, incluindo o trabalho infantil, ausência de salário digno, desigualdade salarial entre homens e mulheres, presença da figura do atravessador entre a produção e comercialização, dentre outras;
3. Valorização do trabalho das mulheres e jovens, reforçando sua participação, através de uma política de ação afirmativa em todas as etapas do processo (buscando instrumentos

que viabilizem a socialização do trabalho doméstico), respeitando suas diferenças sem gerar desigualdades de gênero e geração;

4. Tratando-se de produção agropecuária devem ser observados os princípios da agroecologia de: manejo sustentável do solo e água, valorização e resgate de culturas e sementes tradicionais, controle natural de pragas e doenças das plantas e animais, conservação e manejo dos ecossistemas aquáticos e integração das criações de animais no sistema de produção familiar diversificado;

5. A educação para o consumo ético objetivando o estabelecimento de relações de parceria entre consumidores e consumidoras, produtores e produtoras formando elos que visem o bem viver comum;

6. Os produtos comercializados serão avaliados por um processo de certificação participativa que envolva produtores e produtoras, técnicos e técnicas, consumidores e consumidoras orientados e orientadas por estes princípios.

POR TUDO REAFIRMAMOS QUE UMA NOVA ECONOMIA É POSSÍVEL! UM OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO!

Mossoró, 20 de Março de 2004.

ANEXO II – CARTA POLÍTICA DA REDE XIQUE-XIQUE

Nós, participantes do IV Encontro Estadual da Rede Xiquexique, realizado no período de 11 a 13 de maio de 2010, reafirmamos:

A agroecologia, o feminismo e a economia solidária são ações estratégicas da Rede Xiquexique e se constroem articuladas entre si, como uma prática cotidiana que garantem processos de autonomia, solidariedade e autogestão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, organizados nos territórios do

Rio Grande do Norte: Sertão do Apodi, Açu-Mossoró, Mato Grande e Terras Potiguaras.

A ação articulada da Rede Xiquexique é um exercício de democracia, onde se constroem projetos coletivos, a partir da união de diversos esforços envolvendo agricultores/as pescadores/as, artesãos/ãs, assessorias e parcerias.

Reafirmamos a nossa luta pela autonomia econômica das mulheres, o que significa a valorização e reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado que garante a sustentabilidade da vida humana e fortalece a soberania alimentar.

A Rede Xiquexique através da sua gestão, organização e mobilização política têm contribuído com a autodeterminação das mulheres, a visibilidade e valorização de suas atividades produtivas, assim como tem, proporcionado uma participação de jovens no seu processo de construção.

Reafirmamos que a comercialização coletiva da produção busca romper com a lógica da mercantilização da vida, da natureza e dos sonhos. Para nós a comercialização deve ter como princípios básicos a solidariedade, os bens coletivos e a justiça para todos e todas.

Diante disso, afirmamos os nossos compromissos de:

- Realizar, participar e construir coletivamente os processos do Sistema Participativo de Garantia em Rede;
- Representar e divulgar a Rede Xiquexique durante a realização das atividades nos municípios e espaços territoriais, feiras, meios de comunicação, trocas de experiências e comunicação em Rede;
- Fortalecer a cultura popular solidária, superando a cultura de massa, fruto de um sistema capitalista e excludente;

- Dar continuidade ao fortalecimento da economia solidária, através do processo de construção das políticas públicas, por meio da participação ativa nos espaços estratégicos de articulação, tais como: o Programa de organização produtiva de mulheres rurais, o Fórum Brasileiro e Potiguar de Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Sistema Participativo de Garantia (SPG).
- Fortalecer a luta contra a violência sexista que oprime as mulheres e contribuir com a construção de novos valores baseados no respeito, na valorização do trabalho, na solidariedade e na igualdade entre mulheres e homens.
- Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de discussão, comercialização, capacitação e troca de experiências, instrumentos importantes para a autonomia econômica das mulheres.
- Desenvolver junto aos grupos produtivos que fazem parte da rede, estratégias para o resgate, a conservação e multiplicação das sementes tradicionais, pelo reconhecimento da sua importância para a soberania alimentar dos povos.
- Trabalharemos o fortalecimento de novos grupos produtivos para ampliação dos núcleos da rede xiquexique.
- Comprometemo-nos, portanto, com a carta de princípios da Rede Xiquexique, fortalecendo a economia solidária, o feminismo e a agroecologia.

Mossoró-RN, 13 de maio de 2010.

ANEXO III – PRINCÍPIOS DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DA REDE XIQUEXIQUE – SPG

a) Confiança: é preciso que exista um sentimento de confiança e uma segurança íntima com o que se procede entre os produtores e produtoras e buscadores e buscadoras para que o relacionamento, as ações e o desenvolvimento dos processos ocorram de forma clara e transparente.

b) Participação: buscar o envolvimento de todos e todas nos espaços de discussões da Rede, envolvendo-os na construção dos processos através de materiais de divulgação da Rede informando como funcionam os processos decisórios e as demais instâncias bem como o envolvimento dos produtores e produtoras, assessores e assessoras e buscadores e buscadoras em todos os espaços de decisão. Ao buscarmos essa participação é necessário manter a política de ação afirmativa como parte desse processo.

c) Descentralização: como princípio, a descentralização democratiza o acesso às informações consequentemente às tomadas de decisão da rede e delega tarefas para outras pessoas que não sejam do conselho diretor garantindo dessa forma a participação de todos e todas nos processos desencadeados na rede. Essa descentralização acontecerá a partir do momento em que os princípios de participação, transparência e confiança, aconteça em todos os espaços de discussões e decisões, pois garantirão o partilhamento de responsabilidades.

d) Organização de base: os núcleos são bases da existência de nossa rede, através deles são criados os espaços para a discussão, aprofundamento, troca de experiências e fortalecimento das ações que visam a transformação da vida das pessoas. É através da economia solidária, feminismo e na agroecologia, que serão postos em práticas essas ações. Os núcleos são formados por grupos de produtores e produtoras, buscadores/as e técnicos/as (com o papel acompanhar e assessor o processo) por município e são os alicerces de sustentação da estrutura maior chamada rede. Neles são escolhidos e indicados os nomes para composição dos conselhos gestor e diretor da rede bem como da participação de

outras instâncias da rede. Haverá uma dinâmica de reuniões mensais além de encontros, palestras, e ciclos que envolvam produtores, produtoras, buscadores, buscadoras e assessorias locais; para o fortalecimento da articulação em rede com cota mínima de 50% de participação de mulheres. Para o seu funcionamento a rede incentivará a existência de um

espaço, como feiras agroecológicas e de economia solidária para o funcionamento efetivo dos núcleos e a criação de normas de convivência solidária nos núcleos e entre os núcleos;

e) Articulação em rede: é preciso que haja uma ligação entre os núcleos e entre as diversas redes de agroecologia existentes no país para que ofereçam uma maior credibilidade nos sistemas de garantia participativa e possibilite o fortalecimento da agroecologia através da participação em encontros como a Articulação Nacional de Agroecologia, a Marcha Mundial das Mulheres, o Fórum Nacional e Encontro estadual de Economia Solidária, a Rede de Catadores/as de Material Reciclados e o Encontro Estadual da Rede Xiquexique.

f) Transparência: a clareza das ações, das atividades e de tudo que aconteça na rede deve estar à disposição e ao alcance de todos e todas. Elas dar-se-ão de diversas formas como divulgação dos resultados dos eventos, na promoção do protagonismo juvenil, nas relações de gênero, nas relações familiares, nas finanças da rede, e serão de fato praticados através de instrumentos de divulgação como boletins, prestação de contas, correio eletrônico, jornais, editais etc.;

g) Economia Solidária: para que a produção esteja ao alcance dos grupos que fazem economia solidária, os custos do processo de acreditação deverão ser o mais barato possível, suficientes para garantir o processo.

h) Processo pedagógico: Entende-se que o processo de criação desse sistema deve ser pedagógico, ou seja, construído a partir dos saberes existentes, de forma multidisciplinar e que possua uma abordagem construtiva dos saberes técnico e tradicional e que a construção das ideias seja realizada através de planejamentos participativos considerando a base da unidade familiar e/ou dos grupos enxergando os aspectos sócio-político-cultural-produtivo, da participação das mulheres, do agroecossistema como um todo.

i) Adesão voluntária: ao respeito às diretrizes e princípios comuns e ao cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente como construção de um processo sem hierarquia. Buscando um envolvimento de todas e todas, a adesão voluntária é um processo de conhecimento e aceitação do sistema de garantia de forma não obrigatória, ou seja, as pessoas que vierem a fazer parte desse sistema virão fortalecer o grupo e a Rede Xiquexique.

j) Olhar externo: no processo através da comissão ou conselho de ética, estabelecido de acordo com o nível envolvido. Este é composto por produtores e produtoras, técnicos e

técnicas e buscadores/as, não envolvidos diretamente com o processo produtivo que será certificado.

k) Trabalho coletivo: incentiva a produção em grupo com forma fortalecer a organização dos/as produtoras e produtores em todos as etapas, desde a produção até a comercialização.

l) Pequenas iniciativas de processamento e comercialização solidária buscando diversificar e descentralizar a produção, beneficiamento e consumo dos produtos ecológicos atribuindo a toda cadeia produtiva a todo o processo produtivo valores justos e acesso facilitado.

m) Agroecologia, economia solidária e feminismo: são pilares sustentadores do sistema de garantia participativa por acreditarmos que tanto a agroecologia, como feminismo e economia solidária trabalham as dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais dos grupos que compõem a Rede.

n) Relações de trabalho: Além da legislação brasileira estabelecida, será levado em consideração para se respeitar as relações de trabalho, a Carta de Princípios da Rede Xiquexique que nega qualquer tipo de exploração do trabalho.

o) Relações sociais: além da Carta de princípios, que apresenta formas permitidas de relações, é necessário construir mecanismos concretos de rompimento com as desigualdades de gênero, raça e etnia. Para estabelecermos relações sociais adequadas é fundamental romper com qualquer tipo de violência contra a mulher, sendo considerado um ato inadmissível. Deveremos construir relações de respeito e solidariedade entre as pessoas e entre os grupos, independente de sexo, cor e orientação sexual, religião, etc.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O Semiárido TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 - a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semiáridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial "a desertificação" do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DEVEM SER IMEDIATAMENTE REFORÇADAS

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientalistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A ASA, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

NOSSA EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O SEMIÁRIDO É VIÁVEL

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri

cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE DIVERSIDADE DA REGIÃO

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres).

Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde. O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto socioeconômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de Convivência com o Semiárido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o Semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições

ambientais. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido.
- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O Semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do Semiárido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção. A ASA propõe para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.

- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
 - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos.
 - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados à partir da realidade local.
 - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.
- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e atavesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semiárido Brasileiro reivindica, entre outras medidas:

- que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.” A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no Semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semiárido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, custaram aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (56 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no Semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça.

Recife, 26 de novembro de 1999

ANEXO V – PANFLETO 24 HORAS DE AÇÃO FEMINISTA

24 horas de ação feminista em todo o mundo. Aqui, somos todas Apodi!

Declaração Internacional da Marcha Mundial das Mulheres

No dia 10 de dezembro de 2012, nós, ativistas da Marcha Mundial das Mulheres realizaremos ações nas nossas comunidades entre as 12h e as 13 horas. Da Nova Caledônia até Seattle, vamos nos mobilizar durante 24 horas para lançar um grito de alerta sobre os ataques aos direitos das mulheres, e para dar visibilidade para nossas ações de resistência e nossas alternativas.

Há oito anos, em 2004, reunidas em Kigali, Ruanda, aprovamos a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, após um longo processo de construção e elaboração coletiva. Nessa carta afirmamos que: *"Nós, as mulheres, há muito tempo marchamos para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres e, para afirmar que a dominação, a exploração, o egoísmo e a busca desenfreada do lucro produzem injustiças, guerras, ocupações, violências e devem acabar. Estamos construindo um mundo que tenha como força motriz a igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. Mundo que, com a nossa força, somos capazes de criar."*

Hoje, em 2012, a motivação de construir outras formas de organização da vida, que superem o patriarcado, o capitalismo, o racismo, a lesbofobia, tem ainda mais sentido face às crises sistêmicas e às suas falsas soluções. A crise econômica agrava o desemprego e apresenta como resposta apenas medidas de austeridade e cortes nas políticas sociais. As crises ambiental e climática são respondidas com a privatização da natureza. A crise do trabalho de cuidados gera maior responsabilização e sobrecarga das mulheres, especialmente para garantir as necessidades mais básicas que todas e todos temos. Estas falsas soluções são impostas pela captura do espaço político pelas corporações e tecnocratas financeiros, pela criminalização das lutas sociais e por um aumento da militarização. Estas crises se beneficiam e se alimentam com o aumento do conservadorismo, dos ataques dos fundamentalistas de diferentes religiões, do aumento de todo o tipo de violência contra as mulheres, do controle e maior mercantilização dos nossos corpos, da ameaça aos nossos direitos e conquistas. A poetisa filipina Joe Barrios resume: *ser mulher é viver uma guerra constante*.

Nós mulheres vivemos em meio a uma crise permanente. Construimos alternativas no desenvolvimento de outras formas de produção e preparação dos alimentos, ao cuidar das pessoas, na economia solidária, nas rádios comunitárias e em tantas outras formas de comunicação a partir dos movimentos sociais, nas festas populares livres de sexismo e de discriminação. Desenvolvemos práticas contra-hegemônicas e alternativas de poder popular; reescrevemos a história para resgatar a memória das nossas avós e de tantas lutadoras feministas, para recriar a harmonia entre os seres humanos e a natureza, que convidam a debater uma vida que valha a pena ser vivida.

Propomos um outro mundo, onde a exploração, a opressão, a intolerância e as exclusões sejam abolidas, onde a integridade, a diversidade, os direitos e liberdades de todas e todos sejam respeitados. Juntas numa ação comum, neste 10 de dezembro, aprofundamos a resistência nos nossos países e no mundo:

Continuaremos unidas até que todas as mulheres sejam livres!
Mulheres em resistência, 10 de dezembro de 2012

Marcha Mundial das Mulheres

Somos todas Apodi!

Aqui no Brasil, a disputa em torno do modelo de desenvolvimento é o que nos move nesse dia de ação feminista. Manifestamos nossa solidariedade à resistência das mulheres de Apodi, no Rio Grande do Norte. O agronegócio é o projeto do domínio do capital sobre nossos territórios e sobre nossas vidas. Ele mostra seus interesses e poder em todos os cantos, como na violência contra os e as indígenas no Mato Grosso do Sul para o monocultivo de soja transgênica, e na busca de uma aliança estratégica com setores do governo federal para tomar as terras de camponesas e camponeses da chapada do Apodi.

Estamos nas ruas em solidariedade às mulheres de Apodi, que resistem ao agro e hidronegócio.

Somos contra a proposta do perímetro irrigado de Apodi. O projeto quer entregar as terras da Chapada do Apodi e as águas da barragem de Santa Cruz para cinco empresas que produzem frutas para exportação. Esse projeto foi apelidado de **Reforma Agrária ao contrário**. Isso porque ele tem como objetivo desapropriar 13.855 hectares de pequenas propriedades para reconcentrar essa terra nas mãos do agronegócio. O exemplo de outros perímetros irrigados demonstram que aumenta a miséria, a prostituição e a violência.

A luta da Marcha Mundial das Mulheres, em conjunto com outros movimentos sociais, é em defesa de um modelo de desenvolvimento com igualdade e justiça. O projeto ameaça a agricultura familiar e camponesa e a produção do viver de centenas de famílias, que, a partir da produção nas pequenas propriedades, representa o terceiro PIB agropecuário do Rio Grande do Norte.

A produção na região é de mel, caprinocultura, avicultura e as agricultoras desenvolvem, cada vez mais, a agroecologia. Esta produção de alimentos abastece a região. Mas o perímetro irrigado vai acabar com isso: as empresas irão produzir para a agroexportação e da forma como o agronegócio sabe fazer: com agrotóxicos que contaminam a terra, a água e os alimentos, provocando escassez de água para os e as produtores/as de arroz do vale.

Por isso afirmamos: a chapada do Apodi é território da agricultura familiar camponesa!!!

A nossa luta é todo dia nossa chapada não é mercadoria!!!

Contra o agronegócio, por soberania alimentar!

A soberania alimentar, a reforma agrária e a agroecologia fazem parte da nossa luta por igualdade e autonomia econômica das mulheres, que se articula com uma mudança estrutural no modelo de (re)produção e consumo. As mulheres tiveram que lutar muito pra conquistar a terra e as condições para produzir, como água e infra-estrutura. E da mesma forma tem que lutar para permanecer na terra. Perder as terras significa perder a autonomia econômica e ter que buscar outras formas de sobreviver, provavelmente na periferia das cidades.

As mulheres resistem!

Estamos em solidariedade com as mulheres de Apodi desde o ano passado. Enviamos cartas para o governo, realizamos manifestações e audiências públicas. Mas apesar destas ações, o governo segue com a implementação deste projeto e já iniciou a indenização de 35 famílias que serão atingidas pela primeira fase da construção do perímetro irrigado.

Nos últimos meses, as mulheres de Apodi demonstram coragem na resistência e, neste 10 de dezembro, nós mulheres do Brasil e de todo o mundo nos unimos a esta luta: ***somos todas mulheres de Apodi!***

Estamos em marcha até que todas sejamos livres! No Brasil, isso significa, também, até que o campo esteja livre do agronegócio!

ANEXO VI – 24 HORAS DE AÇÃO FEMINISTA NO BRASIL

Aqui, Somos todas Apodi!

da Marcha Mundial de Mulheres

Dia 10 de dezembro, nas 24 horas de ação feminista pelo mundo organizadas pela Marcha Mundial das Mulheres, milhares de mulheres estiveram nas ruas de 33 países. No Brasil, o dia foi marcado pela luta, resistência e solidariedade às mulheres da chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte.

O lema foi à defesa da autonomia das mulheres e da soberania alimentar com parte da nossa luta por outro modelo de produção e consumo para o bem estar de todas e todos em harmonia com a natureza.

Em 15 cidades de 10 estados pintamos as ruas de lilás, ecoamos nossas vozes ao som da batucada para exigir que a terra em Apodi continue fortalecendo um projeto de mudança e rechaçamos o projeto de desapropriação dessas terras para serem entregues a 5 empresas do agronegócio.

Em Apodi (RN), cerca de 3 mil pessoas, em sua maioria mulheres de Apodi, Caraúbas, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Olho D'água dos Borges, Felipe Guerra, Açu, Carnaubas, São Rafael, Pendências, Tibau, Baraúnas, Trairí, Seridó, Campo Grande, Mossoró, Natal, São Miguel do Gostoso e Touros, tomaram as ruas do município de Apodi, no Rio Grande do Norte, para afirmar que lá já existe desenvolvimento com a agroecologia e que não precisam do veneno do agronegócio proposto pelo Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, conhecido como “projeto da morte”.

Um grito de denúncia ecoado pelas centenas de famílias, na iminência de serem expulsas de suas terras e terem sua história apagada, em conjunto com a população local e representações políticas nacionais da CUT, Contag, Marcha Mundial das Mulheres e de outros movimentos sociais.

Lá na Chapada nossas bandeiras foram erguidas e colocamos uma placa que diz: "A Chapada do Apodi é território da agricultura familiar e camponesa. Aqui, já fazemos desenvolvimento"

De Quixadá (CE), cerca de 350 mulheres de Quixadá, Quixeramobim, Fortaleza em conjunto com o MST e CUT realizaram um ato estadual nas 24 horas de ação feminista. Animada ao som de palavras de ordem a caminhada percorreu o centro de Quixadá e terminou na Praça central, onde foi feita uma grande ciranda com falas de organizações e depoimentos, após um almoço coletivo.

Em São Paulo (SP) as militantes da Marcha ficaram na Praça Ramos das 11h30 as 13h. O ato foi regado à criatividade e irreverência. De pratos vazios nas mãos as mulheres denunciavam a pobreza gerada pela concentração de terra do agro e hidronegócio. Foram distribuídos saches de mel simbolizando a agricultura familiar, a alimentação saudável.

Em Araras, também em São Paulo, as mulheres se reuniram para prestar sua solidariedade às mulheres de Apodi, debatendo e entendendo melhor a ação o agronegócio na vida das mulheres.

Na cidade de Osasco, o Cortejo das Mulheres que percorreu as ruas do centro da cidade denunciando a violação dos direitos humanos e a necessidade urgente de combater a violência contra a mulher. As mulheres denunciaram que a ação do agronegócio aumenta a violência e a exploração sobre as mulheres..

Em Curitiba (PR) o ato contou com militantes sindicais e feministas da Marcha Mundial das Mulheres e da CUT. A denuncia do projeto do agronegócio que prevê a desapropriação de 13 mil hectares em Apodi-RN, com expulsão de mais de 150 famílias produtoras de alimentos livres de agrotóxicos foi o eixo central da atividade. O ato também apoiou a causa palestina que vive uma situação grave de roubo de sua água pelo estado de Israel.

Em São João Del Rei (MG) das 12h às 13h foi realizado uma oficina de estêncil e panfletagem com as Mulheres do Coletivo Carcará da MMM e Levante Popular da Juventude. Somos todas APODI!

No Rio de Janeiro (RJ) o Largo da Carioca ficou mais lilás, junto com as companheiras da MMM e o MST - que realizam a Feira Estadual da Reforma Agrária. Elas manifestaram o repúdio ao agronegócio e a nossa solidariedade feminista às companheiras de Apodi.

Em Araguaina (TO), as meninas do Coletivo Olga Benário fizeram um grafite na Universidade Federal do Tocantins e panfletagem dizendo SOMOS TODAS APODI!

Em Recife (PE) as mulheres da MMM foram pelas ruas, panfletando e manifestando porque somos contra o agronegócio.

Em Brasília (DF), além da panfletagem, a MMM colocou uma faixa em frente ao palácio do planalto, dizendo: "Presidenta Dilma! Contra o perímetro irrigado e contra o agronegócio, por soberania alimentar e autonomia para as mulheres: Aqui, Somos todas Apodi!

Em Porto Alegre (RS), com o grito “Privatizar é a gota d’água”, as gurias estiveram no centro da cidade denunciando o agronegócio desde Apodi e as **ações** nefastas do capital sobre a vida das mulheres, sobre a natureza em ataques constantes a nossa soberania a autodeterminação dos povos. A denúncia em torno do tema da privatização da água e da natureza no Estado além da situação da Palestina, onde a empresa Mekorot tem deixado as mulheres sem água “As mulheres resistem contra o agronegócio”.

Em Esteio e Caxias do Sul, também nos pampas as **ações** seguiream no mesmo tom. Um apitão e falas tipo "boca no trombone" onde várias companheiras pegavam o megafone para denunciar a mercantilização da natureza e dos bens comuns, além da situação que ocorre em Apodi.

Em Santa Cruz do Sul, também no Rio Grande do Sul, as ativistas da Marcha Mundial das Mulheres e do Fórum em Defesa da água pública, ocuparam o espaço na Rádio Comunitária das 12h às 13h em solidariedade com todas as Mulheres do Mundo que se uniram durante uma **hora** para denunciar todos os tipos de violação contra os Direitos das Mulheres.

O programa foi dedicado às questões **feministas** dando destaque especial a *Apodi - “Somos solidárias às mulheres de Apodi, que resistem ao agro e hidronegócio”* e *“Estamos em marcha até que todas sejamos livres! Livres do agronegócio! Livres do hidronegócio! Aqui, Somos todas Apodi!”*

Na luta pelo direito das mulheres de Apodi continuarem em suas terras expressamos nossa convicção de que é nossa força organizada que garantirá as mudanças necessárias para o fim do patriarcado, do capitalismo e de todas as formas de opressão e discriminação. Quando somos expulsas de nossas terras enfrentamos mais violência, prostituição, empregos precários.

Nessa luta pelo direito a terra e por autonomia econômica não separamos nossa luta por autonomia e soberania sobre nossos corpos, por uma vida sem violência e com direito a decidir sobre nossa sexualidade e nosso corpo. Assim como nos fortalece ser parte de um movimento mundial, nossa solidariedade se fortalece a cada dia.

No dia 10, Apodi esteve em vários países assim como aqui expressamos nossa solidariedade as mulheres de todos os continentes e nossos laços se tornaram mais fortes quando pudemos mais uma vez por nossa organização ter o mundo em mobilização por 24 horas, porque em todos os continentes, ao meio dia mulheres da Marcha Mundial das Mulheres estiveram nas ruas construindo uma ação comum.

Acessem a galeria de fotos da Ação 24hs:

[http://www.24heures2012.info/index.php/es/en-action-photos.](http://www.24heures2012.info/index.php/es/en-action-photos)

Seguiremos em marcha, até que todas sejamos livres do agronegócio, do machismo e do capitalismo!

Marcha Mundial das Mulheres